

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

MILENA SANTOS MAYER

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MUSEUS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INSTITUIÇÕES
DOS CAMPOS GERAIS-PR**

PONTA GROSSA
2015

MILENA SANTOS MAYER

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MUSEUS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INSTITUIÇÕES
DOS CAMPOS GERAIS-PR**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientadora: Maria Julieta Weber Cordova

PONTA GROSSA
2015

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Mayer, Milena Santos

M461 Políticas públicas e museus: uma
análise sobre as instituições dos Campos
Gerais-PR/ Milena Santos Mayer. Ponta
Grossa, 2015.
136f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Maria Julieta
Weber Cordova.

1.Museu. 2.Campos Gerais. 3.Política
Nacional de Museus. 4.Campo cultural.
5.Lutas simbólicas. I.Cordova, Maria
Julieta Weber. II. Universidade Estadual
de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas. III. T.

CDD: 069.02

TERMO DE APROVAÇÃO

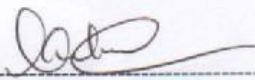
MILENA SANTOS MAYER

**“POLÍTICAS PÚBLICAS E MUSEUS: UMA ANÁLISE
SOBRE AS INSTITUIÇÕES DOS CAMPOS GERAIS-
PR”**

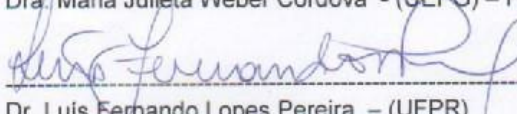
**Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Ponta Grossa, 09 de Junho de 2015.

Assinatura pelos Membros da Banca:



Dra. Maria Julieta Weber Cordova - (UEPG) – Presidente



Dr. Luis Fernando Lopes Pereira – (UFPR)



Dra. Lucia Cortes da Costa – (UEPG)

Dr. Constantino Ribeiro de oliveira Jr. – (UEPG) - Suplente

A todos que se dedicam à preservação da memória

Agradecimentos

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha família, em especial minha mãe Terezinha, pelo amor e pelo apoio incondicional, os quais foram fundamentais para me permitir chegar até aqui.

Ao André pelo carinho, incentivo e compreensão durante todo o processo de pesquisa. Não seria a mesma coisa sem você ao meu lado.

A professora Maria Julieta por aceitar orientar este trabalho, agradeço os conselhos, dicas e parceria nesta empreitada.

As professoras Lucia Cortes e Sandra Pelegrini pelas críticas e sugestões na banca de qualificação, as quais foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Ao professor Luís Fernando Lopes Pereira por ter aceito o convite para compor a banca e pela atenta avaliação.

A todos os profissionais dos museus que tive contato durante o processo, em especial aos representantes das instituições que participaram das entrevistas.

À professora Elizabeth Johansen pelo exemplo e pelo incentivo sempre.

À toda equipe do Museu do Tropeiro, em especial as minhas queridas amigas e companheiras de trabalho Amélia, Bernadete, Daniele, Fabiana e Solange que me apoiaram e me animaram nos momentos de dificuldade, o meu muito obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, aos professores e colegas pelos conhecimentos compartilhados.

A todos que de algum modo colaboraram para a realização do trabalho.

Obrigada!

A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio.

(Michel de Certeau)

RESUMO

A partir de uma abordagem interdisciplinar busca-se apreender e analisar o papel das políticas públicas culturais diante da preservação da memória de uma determinada região, os Campos Gerais-PR. Através de espaços específicos como os museus, percebe-se a identificação dos sujeitos e a construção de uma ideia de cidadania também pelo viés da cultura. Investiga-se também as lutas simbólicas em torno da formação de um campo cultural para compreender a relação entre a Política Nacional de Museus, criada no ano de 2003, e as ações de gestão dos espaços museais dos Campos Gerais diante da discussão em torno da função social dos museus. Os museus que participam da pesquisa foram definidos a partir do critério de instituição pública, ou seja, administrados pelo poder público. Sendo assim, sete instituições compõem o objeto desta análise, os quais correspondem aos seguintes municípios: Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Tibagi. Para responder os objetivos elencados acima foram realizadas visitas aos referidos museus, entrevistas com os gestores ou responsáveis pelos espaços, além de pesquisa e análise dos documentos produzidos pelos órgãos nacionais e internacionais vinculados a museus ou à museologia. Questiona-se a posição que os espaços museais, bem como seus gestores, ocupam dentro da lógica social de um campo cultural e a disposição de um *habitus* próprio, construindo um diálogo epistemológico com Pierre Bourdieu. O texto é composto por três capítulos, os quais abordam, respectivamente, os seguintes assuntos: a historicidade dos museus e a institucionalização dos mesmos, as políticas públicas nacionais e estaduais e a análise e sistematização dos dados levantados sobre os museus pesquisados.

Palavras-chaves: museu; Campos Gerais; Política Nacional de Museus; campo cultural; lutas simbólicas.

ABSTRACT

Starting from an Interdisciplinary Approach, is sought to learn and analyze the role of cultural public policies before the preservation of the memory of a specific region, the Campos Gerais-PR. Through specific spaces as museums, is sought an identification and building of an idea of citizenship also through the cultural bias. It investigates also Symbolic struggles around the formation of a cultural field to comprehend the relationship between National Policy for Museums, created in 2003, and the actions of management actions of museological spaces from Campos Gerais before the discussion starting from public institution discretion, so, manage by the public power. Thus, seven institutions make up the object of the analysis, which correspond to the following municipalities: Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Tibagi. For answering the listed goals above were performed visitations to the referred museums, interview with the managers and responsible people for the spaces, besides research and analysis of documents produced by the national and international bodies linked to museums and museology. Question the position that the museological spaces, and their managers, occupy within the social logic of a cultural field and the disposal of their own habitus, building an epistemological dialogue with Pierre Bourdieu. The text is composed of three chapters, which address, respectively, the following issues: The historicity of museums and the institutionalization thereof, the national and state public policies and the analysis and systematization of the collected data on the surveyed museums.

Keywords: Museum; Campos Gerais; National Policy for Museums; cultural field; Symbolic struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa das regionais de cultura do Estado do Paraná e instituições museais.....	26
QUADRO 1 - Proporção do número dos museus e de habitantes na região sul.....	24
QUADRO 2 – Evolução jurídico-institucional da área federal de cultura	42
QUADRO 3 - Instituições e sujeitos da pesquisa.....	56
QUADRO 4 - Principais documentos internacionais	57
QUADRO 5 - Documentos produzidos pelo Governo Federal do Brasil	57
QUADRO 6 - Principais leis ou decretos referentes aos museus brasileiros.	57
QUADRO 7 - Documentos oficiais relacionados aos museus paranaenses	58

LISTA DE SIGLAS

CNM – Cadastro Nacional de Museus
COSEM – Coordenação do Sistema Estadual de Museus (Paraná)
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM - The International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCG – Museu Campos Gérias
MHJ – Museu Conde Francisco Matarazzo
MHP – Museu Histórico Astrogildo de Freitas
MINC – Ministério da Cultura
MP – Museu Paranaense
MT – Museu do Tropeiro
PNC- Política Nacional de Cultural
PNM – Plano Nacional de Museus
PNM – Política Nacional de Museus
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
SEEC – Secretaria de Estado da Cultura (Paraná)
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura)

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
Museus: construindo instituições	15
1.1. Museus e museologia no Brasil	19
1.2. Museus e museologia no Paraná	23
1.3. Museologia: novos olhares	27
CAPÍTULO II	32
Museus: cultura e cidadania	32
2.1. Políticas públicas e políticas culturais	46
CAPÍTULO III	53
Entre o capital cultural e o <i>habitus</i> : desvendando as instituições museologias dos Campos Gerais	53
3.1. Identificando as fontes de pesquisa	54
3.2. Os Museus: apresentação e contextualização	59
3.2.1. Gerais e Paraná Tradicional	59
3.2.2. Os Museus	62
3.3. Metodologia e análise dos dados	77
3.3.1. Patrimônio: tempo ou origem?	79
3.3.2. Guardião da memória <i>versus</i> espaço de cidadania	84
3.3.3 Museu e sociedade	90
Considerações finais	106
Referências	111
ANEXO A- MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE	121
ANEXO B- DECLARAÇÃO DE QUEBEC	126
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CARACAS	129

INTRODUÇÃO

Museu pode ser definido internacionalmente¹ como:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno para educação e deleite da sociedade (ICOM, 2001, s/p.).

Desde o início de uma trajetória acadêmica o objeto desta pesquisa se fez presente. Os museus despertaram questionamentos e reflexões acadêmicas para mais tarde tornarem-se também objeto do campo profissional. O desenvolvimento desta pesquisa se dá a partir do constante exercício de estranhamento e da busca pela construção de um conhecimento capaz de auxiliar estes espaços a cumprirem sua função social, seja pelo viés da educação ou do deleite, reconhecendo-se como um espaço que também proporciona cidadania.

No ano de 2003 foi lançada a PNM - Política Nacional de Museus, a qual gerou um documento que já na sua introdução prevê a implantação de políticas públicas e destaca a importância dos museus no contexto cultural do país no que diz respeito à memória e cidadania. O IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus², órgão responsável pela PNM e pela criação de ações integradas entre os museus brasileiros, sugere a seguinte definição:

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose (IBRAM, 2013, s/p.).

Pode-se estender essa definição para além do museu propriamente dito, fazendo referência a todos os espaços de memória. Contudo, esta definição parece poética tanto na forma quanto no conteúdo, pois para o senso comum, o museu é estático e velho, possuindo a função de guardar “coisas” que não tem mais utilidade ou contar a história dos grandes heróis nacionais se estabelecendo como um espaço da elite intelectual e econômica.

¹ ICOM - International Council of Museums, no Brasil Conselho Internacional de Museus

² O IBRAM foi criado posteriormente a PNM, em 2009. Antes do IBRAM o órgão responsável pelos museus no Brasil era o DEMU – Departamento de Museus e pertencia ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O desdobramento destes órgãos e instituições serão analisados no decorrer da pesquisa.

Embora os profissionais da área, como os museólogos, arquivistas e historiadores estejam buscando a atualização do seu trabalho através de pesquisas, encontros e publicações, sendo que o Brasil hoje pode ser equiparado ao nível teórico dos países da Europa e dos Estados Unidos no que diz respeito a discussões da nova museologia, observa-se que a prática não acompanha o avanço teórico. Aspecto esse que pode ser notado em grandes museus, como demonstra o trabalho de Myrian Sapúlveda dos Santos (2004) que faz considerações a respeito do Museu Nacional, Museu Paulista e Museu da República, quanto nos museus do interior do Paraná e da capital:

Embora os museus brasileiros tenham constituído um campo próprio, denominado internamente como “museal”, em que valores, critérios, práticas e discursos específicos são reconhecidos, é notória a falta de transparência e de visibilidade, por exemplo, na gestão de recursos e seleção de profissionais, questões ainda vinculadas a trocas de favor e decisões políticas que não atendem critérios claros estabelecidos dentro do campo (SANTOS, M., 2004, p. 68).

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, procurou identificar como os museus dos Campos Gerais aparecem nesse cenário, considerando que estes se constituem a princípio como instituições idealizadas e usufruídas por uma elite intelectual dotadas de objetivos pautados em interesses. Sendo assim, buscou-se a identificação do diálogo entre as instituições pesquisadas e as instâncias nacionais e estaduais, procurando apreender as lutas simbólicas que se geram em torno da formação de um campo cultural, tendo como referencial teórico as produções de Pierre Bourdieu. Investigando assim a relação entre a PNM e as ações de gestão dos espaços museais dos Campos Gerais perante a discussão em torno do papel social dos museus, considerando as suas ações políticas e culturais diante da sociedade, posto que o acesso a cultura se caracteriza como um direito, conforme relata Marilena Chauí (1995) na experiência de gestão no município de São Paulo entre os anos de 1989 e 1992, propondo o conceito de *cidadania cultural* onde considera-se que:

A cultura deveria ser pensada como direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural. O projeto cultural colocou-se, portanto, na perspectiva da democratização da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação (p. 83).

Deste modo, se fez necessário questionar como as instituições museais dos Campos Gerais, que se encontram fora dos grandes centros ou capitais, atuam diante das novas propostas e perspectivas presentes nos documentos oficiais produzidos desde então, considerando especialmente a inserção dos museus da região dos Campos Gerais no estado do Paraná nesse contexto. Sendo assim, procurou-se analisar se há um diálogo destas instituições com as instâncias nacionais e estaduais, principalmente através das ações do IBRAM e da COSEM – Coordenadoria do Sistema Estadual de Museus³. Ou seja, se faz necessário entender a posição que os espaços museais, bem como seus gestores, ocupam dentro da lógica social de um campo cultural e a disposição de um *habitus*.

Considera-se que a problemática da pesquisa consiste em investigar as lutas simbólicas que se geram em torno da formação de um campo cultural, buscando apreender a relação entre políticas públicas culturais e sua relação com a construção de cidadania.

O direito de acesso às manifestações culturais aparece no art. 215 da Constituição Federal de 1988 e tem seus desdobramentos em diversos textos da legislação federal. Especificamente em relação aos museus, o termo cidadania aparece já no subtítulo do documento produzido em 2003 - *Política Nacional de Museus: memória e cidadania* e no texto da lei que institui o Estatuto dos Museus no inciso II do Art. 2º consta que um dos princípios fundamentais dos museus é “a promoção da cidadania”.

Para entender como se dá a institucionalização da memória nos Campos Gerais, através dos museus, é preciso também investigar a prática destes museus e a prática museológica contemporânea, estabelecendo comparações e contextualizando suas diferenças; analisar ainda a relação entre preservação da memória, construção de identidades, acesso à cultura e cidadania; e pensar também a representação dos museus na construção de uma identidade regional.

Participaram desta pesquisa sete instituições museais pertencentes aos seguintes municípios: Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Tibagi. Outros municípios da região dos Campos Gerais possuem museus, entretanto foram delimitados como objetos apenas as instituições mantidas pelo poder público.

³ Órgão instituído pela Lei n.º 9.375 de 24 de Setembro de 1990.

A proposta consistiu em realizar uma pesquisa exploratória que poderia identificar problemas e hipóteses para pesquisas posteriores, posto que este não é um tema amplamente trabalhado e as instituições envolvidas não foram objetos de outras pesquisas acadêmicas. Para a coleta de dados e produção das fontes, foram realizadas entrevistas com os gestores ou responsáveis pelos espaços museais, além de visitas técnicas para observação do cotidiano da instituição.

No primeiro capítulo faz-se uma análise de como se dá o processo de nascimento dos museus e como se tornam instituições no contexto europeu, no Brasil e no estado do Paraná. No segundo capítulo, apresentam-se os apontamentos a respeito do direito de acesso à cultura, o conceito de cidadania cultural e das políticas públicas culturais, mais especificamente as políticas voltadas aos museus. A apresentação das instituições museais e os apontamentos levantados e análise dos dados estão presentes no terceiro capítulo e nas considerações finais.

CAPÍTULO I

Museus: construindo instituições

Se nos voltarmos à história dos museus, podemos segundo Carneiro (2001, p.13-15) dividi-la em três momentos: um primeiro momento, o qual remonta a Antiguidade Clássica, quando eram reunidas coleções de objetos de arte e de outros variados objetos em templos gregos e romanos; um segundo momento seria o período do Renascimento, no qual foram criados os chamados gabinetes de curiosidades, com coleções de objetos raros ou considerados estranhos, bem como as coleções dos príncipes; já o terceiro período na história destes estabelecimentos se caracteriza a partir dos ideais do Iluminismo, quando os museus europeus foram se modificando, transformando-se em locais de pesquisas e em instituições públicas. Segundo seu mito fundador, o termo museu advém do grego antigo Mouseion, que significa o “Templo das Musas”. As musas eram seres mitológicos, filhas de Mnemosine, deusa da memória, e Zeus, o pai de todos os deuses. Segundo a interpretação de Bertotto (2007, p.18), estas musas ajudavam os homens a esquecer da ansiedade e das tristezas, uma vez que no Museion a mente descansava e o pensamento tinha condições de se dedicar às artes e às ciências. É destas características, desta simbologia, que deriva uma das funções dos museus, o lazer, o deleite, o entretenimento. A perspectiva do lazer é uma das questões que deve ser considerada e que também faz parte do que se entende como museu. Entretanto, ainda dialogando com o mito fundador, para Ferreira;Johansen (2010, p. 22):

Zeus era o deus supremo do Olimpo, pois representava o poder máximo. Mnemosine era a deusa da memória, assim como do esquecimento. Sendo assim, a união desses dois deuses representava a ligação entre o poder e a memória, ou seja, todo museu é um espaço em que o poder e a memória dialogam. Representa, portanto, a construção da memória (individual e coletiva) e o exercício do poder. Analisado por esse prisma é possível compreender o museu como uma instituição que desde o momento de sua criação possui um objetivo bem claro: a constituição e preservação de uma determinada memória, que pode ser oficial ou não, conforme a época e o modelo histórico escolhido para gerenciá-lo.

É nesse sentido que se busca compreender a origem dos museus nos Campos Gerais, bem como a atuação dos mesmos perante a realidade social para se estabelecer as relações de poder existentes nesse processo. Em *A economia das*

trocas simbólicas (2011), Bourdieu analisa a produção de bens simbólicos e a produção erudita, nesse sentido ele analisa um campo intelectual a partir da arte e da literatura, entretanto podemos estabelecer um paralelo com a realidade dos museus, posto que desde suas origens os museus estabelecem relações de poder e disputas dentro do que podemos chamar de campo cultural, além de serem responsáveis pela produção e/ou conservação e exposição de bens simbólicos.

Esta questão foi também analisada pelo autor na obra *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*⁴, além de estabelecer as motivações que levam o público aos museus, “a estatística revela que o acesso às obras culturais é privilégio da classe culta; no entanto, tal privilégio exhibe a aparência da legitimidade” (BOURDIEU, 2007, p. 69). Ou seja, frequentam os museus aqueles que possuem maior escolaridade e possuem, supostamente, capital cultural para usufruir e compreender o espaço.

A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos produtos derivados. (BOURDIEU, 2011, p.154).

Considerado o primeiro museu, o *Museion de Alexandria* surgiu no século III a. C. durante a dinastia dos Ptolomeus no Egito. Compreendia diversas instalações que formavam o Palácio de Alexandria com uma biblioteca, salas de estudo, anfiteatro e coleções ligadas a distintos campos do conhecimento. Sobre esta origem dos museus Waldisa Rússio Guarnieri escreve que:

(...) ao escolhermos o Museu de Alexandria para representar a Antiguidade, tivemos em conta que ele representa a grande ruptura com o museu sagrado para caminhar para o museu científico e, portanto, humano. Entretanto, como os demais museus da Antiguidade, fica restrito ao acesso de poucos: substitui os sacerdotes e sacerdotisas por cientistas e filósofos, o sagrado pelo científico e um restrito público de devotos por um outro, não menos seletivo, de jovens nobres (GUARNIERI, 1989, p.09).

⁴ BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Trad. Guilherme João de Freitas Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003, 243 p.

Conhecer esta origem se faz necessária, pois “nossos museus contemporâneos estão associados certamente a arquétipos antigos” (POULOT, 2013, p. 16). Estes espaços representam “templos de riquezas intelectuais”, de certa forma sacralizados.

Destaca-se este primeiro momento, denominado de Antiguidade Clássica, como o surgimento destes espaços museais. Em seguida, o período a ser salientado corresponde aos séculos XIV, XV e XVI chamado Renascimento. Vale advertir que não se considera aqui a Idade Média como um período de trevas e de estagnação cultural, como indicava a historiografia tradicional. Entretanto, busca-se apresentar de maneira objetiva o desenvolvimento dos espaços museais enquanto instituições e da museologia enquanto campo de conhecimento, e estes passam a apresentar nova perspectiva a partir da renascença.

O Renascimento é caracterizado como um período de impulso aos estudos das ciências, das artes e das letras. Este movimento tomou vulto na Itália, mas posteriormente se espalhou por toda a Europa. Há neste momento um despontar de personagens que se imortalizam, sejam pela produção artística ou pelos estudos em astronomia, matemática, física ou medicina. É neste período que se estabelecem os gabinetes de curiosidades, espaços dedicados a coleções de artes, antiguidades, objetos de outras culturas, e ainda de história natural ou ciências. O público era restrito, os gabinetes eram destinados àqueles que poderiam desfrutar da chamada “cultura erudita”.

Carneiro (2001) orienta para a percepção que estes espaços museológicos, já nesse período, são “locais de manifestação do poder do príncipe, sendo um símbolo do poder das casas reais europeias.” (p.15)

A partir do século XVIII, em todo o mundo, mas principalmente na Europa, são criados diversos tipos de museus, os quais correspondem aos valores e narrativas de seu Estado de origem. Em relação aos primeiros museus modernos⁵, Poulot (2013), escreve que “Roma é que conheceu então, as principais manifestações da modernidade museológica” (p.61), com a concepção do museu Pio- Clementino em 1770. Já na região da Alemanha o autor faz referência a um museu enciclopédico, proposto pelo conde Algorottiem em 1742. Pela primeira vez o prédio do museu é independente do palácio do Príncipe. Ainda na Alemanha há

⁵ Neste caso o autor entende por museu moderno ou museologia moderna quando começa a se pensar em organização e métodos tanto para a lógica da exposição quanto à conservação.

referência a utilidade pública destes espaços, pois o Museu de Kassel (1777), também enciclopédico, é aberto ao público em horários fixos. Entre outros exemplos que podem ser encontrados no século XVIII.

Durante este período o racionalismo ganha espaço através do ideário iluminista e sua influência pode ser percebida em diversos setores da sociedade, principalmente no que se refere à ciência e à cultura, e os espaços museológicos não ficaram alheios a estas transformações, ou seja, também foram conduzidos por estes ideais.

É com o racionalismo iluminista que os museus são vistos como locais de pesquisa e como instituições públicas. Os leigos e burgueses começam a buscar e exigir o acesso à arte e à ciência e é aí então que se tem a “origem do museu moderno, com suas funções de pesquisa, educação, valorização do racionalismo, método e classificação.” (POULOT, 2013, p.63)

Carneiro (2001), indica que na França, por exemplo, apenas “após a Revolução Francesa, a população teve acesso às grandes coleções e criaram-se diversos outros museus, como o Louvre, por exemplo, em 1793.” (p.16)

Ainda em relação ao público, é possível observar a preocupação em permitir o acesso e, portanto, desenvolver sistemas de organização das exposições e das coleções. Entretanto, “os verdadeiros usuários dos museus continuam sendo os *studiosi* e os artistas, que se beneficiam sempre em condições privilegiadas”. (POULOT, p.63)

Após o chamado século das luzes, temos a “Era dos Museus” – o século XIX. Entende-se que a história não é composta por fatos e datas marcadas na tradicional e “didática” linha do tempo, mas sim que é costurada ou remendada ao longo de processos complexos e multifacetados⁶. Todavia, considera-se que se faz necessário construir de maneira concisa esta sequência cronológica, porém, sem suprimir a ciência da complexidade dos processos.

O nacionalismo do século XIX contribui significativamente na expansão dos museus, com a criação de novas instituições para além do continente europeu, bem como o fortalecimento dos museus já existentes.

⁶ O ensino de história passa por um processo de intensa análise e construção teórica, entretanto, por experiência, acredita-se que a prática é marcada por características do positivismo e do chamado ensino tradicional. Sobre didática da história ver Jorn RÜSEN (2006), Luis Fernando CERRI (2010).

"justamente durante o século XIX, quando a definição do presente estava intrinsecamente atrelada à reconstrução do passado e à valorização da História, esses exemplares templos de exaltação da nação constituíram-se em instrumentos privilegiados para a produção e exaltação da memória nacional" (BREFE, 1998, p.284).

Este período é caracterizado pela exaltação da ideia de nação através da demarcação das diferenças. Estes são aspectos que geram conflitos chegando ao extremo da perseguição e da rejeição dos direitos de outros grupos étnicos (HUNT, 2009, p. 184).

Acredita-se que os museus ganham espaço neste período justamente por se constituírem enquanto um local de sacralização da memória e dos feitos de uma nação. Podemos citar como exemplo a criação do Museu de Versailles (1833), do Museu de Cluny e o Museu Saint-Germain (1862), do Museu de Antiguidades Nacionais de Berlim (1830), o Museu Gemani de Nuremberg (1852), o Museu Nacional de Bargello (1859), Florença, o Kunsthistorisches Museum, em Viena (1891). Todos estes são espaços europeus, entretanto não é apenas no velho continente que os museus ganham destaque durante o século XIX.

1.1. Museus e museologia no Brasil

O processo de constituição dos museus no Brasil acompanha, em grande medida, a trajetória dos museus europeus. O primeiro espaço brasileiro compreendido como museológico se constitui junto ao Palácio de Vrijburg, construído por Maurício de Nassau ainda no século XVII, possuía obras de arte, objetos indígenas, exemplares de plantas e também um zoológico. (BRASIL, 2012, p. 06).

No século XVIII surgem alguns jardins botânicos e destaca-se a Casa de Xavier dos Pássaros, no Rio de Janeiro. O local colecionava produtos naturais e adornos indígenas, os quais eram selecionados e preparados para serem enviados a Lisboa (BRASIL, 2012, p.06). Observa-se que estes espaços não diferem dos primeiros museus europeus, pois se buscava "guardar" o exótico e o curioso para ser estudado e conhecido por um público seletivo.

Deste modo, o Brasil também acompanha as tendências do século XIX e já em 1818, 10 anos após da vinda da família real, cria-se o Museu Real com o objetivo de propagar os conhecimentos das ciências naturais no Reino do Brasil. Ainda neste século são criados espaços como: Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emilio Goelgi (1871), Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

Carneiro (2001), em sua análise sobre o Museu Paranaense, caracteriza estes espaços dizendo que:

Os museus de ciências naturais ou os museus de história se constituíram em espaços para a consolidação da identidade e da memória nacional ou, conforme o caso, regional, pois tentavam exhibir os mais variados objetos e o tempo de modo organizado, compreensível para uma identificação com o público, parecendo instituições consagradas à exaltação da sociedade específica de cada local (p.21).

O nacionalismo é um forte aliado das instituições museológicas e no Brasil é através deste mesmo nacionalismo, retomado no século XX, é que se dá uma nova perspectiva aos espaços museológicos e ao patrimônio histórico e cultural brasileiro.

A regulamentação e as políticas públicas voltadas para cultura e preservação da memória se estabelecem na década de 1930. É no governo do Getúlio Vargas, período marcado pela busca de uma unidade nacional, que instituições de organização e de preservação são criadas no Brasil. Segundo Boris Fausto (2002), o regime do Estado Novo pretendia encontrar as raízes brasileiras com objetivo de promover uma integração nacional, buscando solucionar os conflitos existentes no país. O nacionalismo presente no projeto Varguista procurava superar o regionalismo e valorizar a industrialização, criando assim um novo país.

Os intelectuais brasileiros possuíram um papel fundamental na implementação deste projeto. A partir da década de 1930, estes personagens passam a marcar presença nas atividades do Estado, buscando construir o ideal de nação.

O regime de 30 fez coro com essa necessidade de “redescobrir o Brasil” proposta pelos intelectuais. O Estado procurava tornar-se responsável pela construção de uma unidade orgânica nacional, base para a definição de uma identidade cultural brasileira. Daí a incorporação de intelectuais dentro de seus quadros, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da

realidade nacional e produzir a propaganda nacionalista (AMARAL, 1997, p.03).

O movimento modernista, iniciado na década de 1920, teve significativa participação neste processo. O intuito dos intelectuais modernistas era a reformulação cultural do Brasil, a ideia era dar maior ênfase ao que era brasileiro e afastar-se da influência europeia. Nesse processo de construção e busca por uma identidade nacional as definições do patrimônio histórico e cultural do Brasil, aparecem como representativos desse período de claras intenções políticas.

Machado (2013) escreve que neste contexto,

[...] as noções de monumento histórico e patrimônio se atrelam ao projeto de Estado de construção de uma memória e de uma identidade nacional e passam a cumprir funções simbólicas de reforçar a noção de cidadania, de construir o “mito” de origem da nação, visando à legitimação do poder estatal (p. 149).

É nesse sentido que a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN, no ano de 1937, é uma estratégia importante quando se pensa o projeto Vargasista. O modernista Mário de Andrade, depois de realizar pesquisas em várias regiões do país, escreve em 1936 um anteprojeto que deu base à criação do SPHAN, “o objetivo era eleger um acervo que representasse a tradição brasileira e a imagem do passado no imaginário da nação, criando, desta forma, um ideal de brasilidade” (MASSUCATE, 2008, p.02).

O SPHAN, criado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional é então responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. O órgão deveria organizar, fiscalizar e proteger os bens móveis e imóveis considerados exemplares de notável valor histórico, artístico, arqueológico ou bibliográfico. As atividades do órgão “funcionaram de certa forma, como instrumentos de conformação ideológica do Estado Novo e propiciaram a formulação de novos ideais de preservação de monumentos e concepção de patrimônio histórico no país” (MACHADO, 2013, p.151).

Amaral (1997) alerta que o momento político-intelectual da criação do SPHAN era um momento de paradoxo, pois uma corrente que buscava novas possibilidades

artísticas, o modernismo, foi também a corrente que defendeu a proteção de um passado cultural. “Buscava-se resgatar uma identidade para que a modernidade no Brasil estivesse ancorada naquilo que poderia constituir o ‘genuinamente nacional’ ” (MASSUCATE, 2008, p. 07).

O SPHAN, definindo o que viria a ser patrimônio nacional, atuava como os outros órgãos do Estado Novo, centralizando e ditando regras e normas. O Estado deveria ser o protetor nacional e não seria diferente com os bens históricos e artísticos.

A existência de bens considerados inestimáveis para a nação proporciona a percepção de que todos faziam parte de um mesmo país, e isso aumentava a força gerada em prol do desenvolvimento do Brasil. A brasilidade é construída em torno da compreensão de que tanto a cidade de Ouro Preto, localizada em Minas Gerais, como o Museu do Ipiranga, na cidade de São Paulo, eram bens com valor inestimável para a nação como um todo (MASSUCATE, 2008, p. 08).

Ao novo Estado que surgiu, coube a adoção de medidas e inovações institucionais, instaurando novas relações do Estado com a sociedade. Assim, o SPHAN atuou como órgão organizador da cultura, exercendo um papel político fundamental na construção da nação e da identidade nacional.

O SPHAN é o órgão que sinaliza uma primeira ação do Estado enquanto regulador das práticas voltadas ao patrimônio no Brasil. No ano de 1970, passa a denominar-se IPHAN e torna-se a principal referência de determinação e fiscalização do patrimônio nacional atuando há 79 anos.

No que diz respeito especificamente aos museus, é também através do IPHAN que o Estado estabelece uma normatização. No ano de 2003 foi lançada a PNM a qual gerou um documento que já na sua introdução prevê a implantação de políticas públicas. É a partir de então que se cria o DEMU – Departamento de Museus órgão que administra os museus federais, organiza e oferece editais de captação de recursos, cria e acompanha projetos e programas como a Semana Nacional de Museus, até ser substituído pelo IBRAM em 2009. As políticas públicas e os órgãos de atuação federais e estaduais serão analisados no segundo capítulo.

1.2. Museus e museologia no Paraná

No Paraná, ainda no século XIX, é fundado o Museu Paranaense - MP em 25 de setembro de 1876. Portanto, pertencente ao contexto, já apresentado, da chamada “era dos museus”. Em relação a este período, Carneiro (2001), escreve que:

Foi, portanto, o crescimento de uma forte economia ervateira que propiciou o desenvolvimento urbano e cultural de Curitiba, de maneira que os idealizadores e fundadores do Museu Paranaense, representantes desta burguesia, tiveram grande influência na sociedade, criando estabelecimentos culturais, como o próprio museu (p.46).

Romário Martins, intelectual paranaense, esteve à frente do Museu por 25 anos e produziu diversas obras sobre história do Paraná. O MP Tornou-se órgão oficial do governo em 1882, “ganhando caráter de centro de instrução e pesquisa, sobretudo por se tratar de uma instituição que precedeu a fundação de escolas superior e universitária do Paraná” (IBRAM, 2010, p.474). Além do MP, o governo do estado, através da Secretaria de Cultura, é responsável pela administração de outros cinco museus⁷, todos localizados em Curitiba.

No Paraná o órgão dedicado aos espaços museais é a COSEM – Coordenação do Sistema Estadual de Museus, integrando a Secretaria de Estado da Cultura e, como o próprio nome diz, foi implantada para gerir o SEM- Sistema Estadual de Museus. Ambos foram instituídos pela Lei n.º 9.375 de 24 de setembro de 1990. Portanto, constata-se que as políticas estaduais são anteriores às nacionais.

No endereço eletrônico da COSEM⁸ e também na tese de Bertotto (2013) constam informações de que existem no Paraná 329 espaços museológicos distribuídos em 111 municípios, sendo 164 denominados de museu propriamente dito e 165 espaços considerados museais. É relevante destacar que apenas em Curitiba, capital do Estado, estão em funcionamento 98 instituições, o que corresponde 40% de todos os espaços museais do Estado. Entretanto, outro campo do site informa que existem aproximadamente 150 museus municipais e que está sendo realizado um novo levantamento.

7 Museu Alfredo Andersen, Museu do Expedicionário, Museu Oscar Niemeyer, Museu de Arte Contemporânea, Museu da Imagem e do Som.

⁸ Acesso em junho de 2014, entretanto acredita-se que estas informações não estão atualizadas.

Segundo o último grande levantamento publicado pelo IBRAM (2010), o Paraná possui 282 museus mapeados, dos quais 70 encontram-se na capital. Curitiba é a quarta cidade com o maior número de museus do país. Outro dado interessante é que o estado apresenta a maior proporção em relação ao número de museus e o número de habitantes da região sul.

LOCAL	POPULAÇÃO	NÚMERO DE MUSEUS	POPULAÇÃO/ NÚMERO DE MUSEUS
Paraná	10.284.503	282	36.470
Sul	26.733.595	878	30.488
Brasil	183.987.291	3.025	60.822

Quadro 1 – Proporção do número dos museus e de habitantes na região sul

Fonte: Cadastro nacional de museus-BRASIL, IBRAM - MINC. Museus em números p. 475

Bertotto (2013) propõe em sua tese estabelecer um estudo comparado entre as políticas públicas estaduais do Rio Grande do Sul e do Paraná, a partir da análise dos Sistemas Estaduais de Museus destes dois estados. Sobre o Paraná, a autora escreve que a proposta de criação de uma Coordenadoria de Museus surge em Curitiba em 1987 e desde então:

Várias iniciativas foram tomadas para consolidar a organização da museologia paranaense, como: o desenvolvimento de cursos e oficinas de capacitação profissional, realização dos Encontros de Museus do Paraná e as visitas técnicas com registro fotográfico e cadastro em todos os espaços museais do estado. Portanto, temos hoje mais de vinte anos de um trabalho dedicado aos museus do Paraná, contemplando as aspirações da categoria museológica e o fortalecimento de uma política engajada e comprometida com os processos de transformação social (p.61).

Segundo a autora, o início das políticas estaduais é marcado pela elaboração da Carta de Guarapuava durante o 1º Encontro de Museus do Paraná, realizado naquela cidade em 1988. Participaram deste evento técnicos e gestores de diversos museus do Estado. Este documento é composto por trinta itens, dos quais a autora destaca os seguintes temas:

Estabelecimento de política de capacitação, regulamentação e aperfeiçoamento do corpo funcional dos museus; adoção de política global para os museus; garantia de autonomia administrativa aos museus; adequação dos espaços físicos dos museus às novas normas museológicas; empenho na criação de cursos de graduação em

Museologia; criação de cargo e carreira de museólogo no quadro geral do funcionalismo público estadual; reconhecimento e apoio na criação da Coordenadoria de Museus, visando à consolidação do Sistema Estadual de Museus (p.62).

Sobre os eventos realizados pela COSEM a autora cita, ainda em seu texto, que no ano seguinte houve o 2º Encontro de Museus do Paraná, na cidade de Cascavel, onde também foi elaborado o documento Carta de Cascavel, e que em 2009 foi realizado o 7º Encontro de Museus do Paraná no município de Telêmaco Borba, “com significativa participação dos profissionais da área museológica de todo o estado” (p.63). Os assuntos destacados deste último documento são:

O fortalecimento do SEM/PR como órgão articulador das ações museológicas, a intensificação das ações de capacitação e formação, bem como de desenvolvimento de parcerias, ao destino de 1,5% das receitas do Estado e dos municípios para a área da cultura, desenvolver editais específicos para a área de museus, promover a realização de concursos públicos para o preenchimento de vagas nos museus e a criação de cursos de graduação em museologia no estado do Paraná, dentre outras perspectivas (BERTOTTO, 2013, p.65).

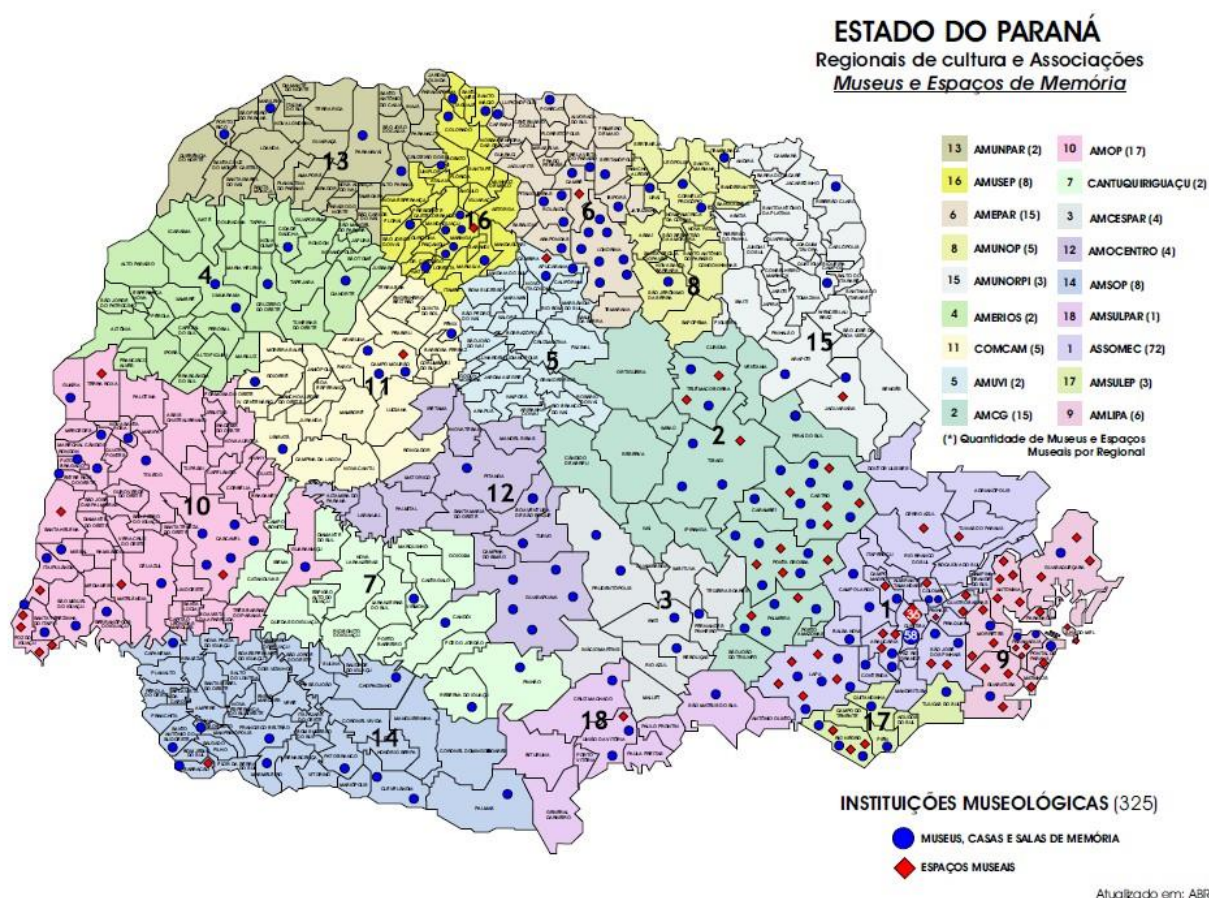
O conteúdo, portanto, de ambas as cartas não apresentam grandes diferenças, mesmo passados mais de 20 anos. O apelo por profissionais especializados nos parece a grande dificuldade explanada pela COSEM, e vale ressaltar que até o fim do primeiro semestre de 2014 o Paraná não possui cursos de graduação em museologia e dos sete museus envolvidos na pesquisa apenas um possui o cargo de Museólogo, mas o mesmo não está ocupado no momento.

Bertotto (2013) não escreve sobre os eventos que ocorreram no interstício entre 1988 e 2009, mas afirma que “o Sistema Estadual de Museus do Paraná, através de sua Coordenação (COSEM), tem suas atividades contínuas (apesar de interrompidas em alguns períodos) como articulador da museologia paranaense” (p.62). A autora apresenta ainda que “em 2010, foi realizada a plenária estadual para discussão dos eixos estruturais do 4º Fórum Nacional de Museus” (p.65), além de destacar a participação da Coordenação na “Comissão para a criação do curso de graduação em museologia na Universidade Federal do Paraná” (p.65).

A atuação da COSEM é dividida em 18 regionais segundo as Associações de Municípios do Paraná. Essa é uma questão importante para a pesquisa, pois segundo a divisão da COSEM a regional número 2 a AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais, compreende 17 municípios, são eles: Carambeí,

Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania – Candido de Abreu, Curiúva. Entretanto, os municípios de Candido de Abreu e Curiúva não fazem parte da AMCG e sim Arapoti, Jaguariaíva e Sengés, somando 18 municípios.

IMAGEM 1 – Mapa das regionais de cultura do Estado do Paraná e instituições museais



Fonte: Sistema Estadual de Museus do Paraná [COSEM-PR]. (2010). <http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/>. Acedido a 13 de setembro, 2010 de COSEM-PR em www.cosem.cultura.pr.gov.br. Sem indicação de escala na fonte.

Geograficamente Reinhard Maack (1991) define Campos Gerais como uma região de aproximadamente 19.060 km²: “utilizados predominantemente para a criação intensiva de gado bovino, entende-se desde a fronteira com o Estado de Santa Catarina até o limite com o Estado de São Paulo” (p.256). Esta pesquisa optou por definir como objeto os museus públicos municipais dos municípios associados à AMCG, e não a divisão proposta pela COSEM e também não a divisão

territorial segundo Maack, pois a AMCG organiza os municípios através de regionais de cultura, as quais se encontram regularmente para dialogar e construir suas políticas culturais municipais.

1.3. Museologia: novos olhares

A museologia, enquanto campo do conhecimento, começa a se consolidar já no século XX, estabelecendo normas, legislações e órgãos competentes. O ICOM – International Council of Museums, no Brasil Conselho Internacional de Museus, nasceu atrelado à criação da UNESCO – Organização das Nações Unidas, para Educação, a Ciência e a Cultura, no ano de 1946 em Paris.

Nas décadas de 1960 e 1970, através da realização de conferências e publicação de documentos resultantes destes eventos “o ICOM assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio” (POULOT, 2013, p.17). No Brasil, o Conselho Internacional atua através do Comitê Brasileiro do ICOM (ICOM Brasil), fundado em 9 de janeiro de 1948 no Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Os documentos a que Dominique Poulot (2013) faz referência correspondem às cartas produzidas a partir dos comitês de discussões realizados em conferências. Quando se fala em Nova Museologia, que seria esse olhar para a “utilidade social dos museus”, encontram-se suas propostas basilares na Carta de Santiago (ANEXO A), produzida durante a mesa-redonda nesta mesma cidade no Chile, em 1972. Para Poulot este documento enfatizou a dimensão social dos museus e abriu uma perspectiva de compromisso profissional (2013, p.17). A Carta propõe o conceito de Museu Integral, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ANEXO A).

Além de Santiago, foram publicados mais dois documentos considerados marcos da Nova Museologia: Declaração de Quebec, 1984 (ANEXO B) e Declaração de Caracas, 1992 (ANEXO C). Estes textos buscam estabelecer relações e pactos internacionais a fim de garantir a participação dos cidadãos e das comunidades na preservação da memória, bem como no acesso à cultura e à educação.

O ICOM-Brasil publicou em 2010, sob a coordenação da museóloga Maria Cristina Bruno, professora da Universidade de São Paulo, a obra “O ICOM-Brasil e o

pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados”, em dois volumes a obra traz uma retrospectiva da atuação do órgão no Brasil e também os principais documentos produzidos internacionalmente, incluindo os documentos em anexo.

Esta publicação traz introduções produzidas por participantes dos eventos em questão, avaliando o processo de construção destes documentos. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, em 1972, Hugues de Varine, destaca que:

O que existe de mais inovador, a meu ver, fora do contexto da época são, sobretudo, duas noções que aparecem melhor, embora às vezes mal colocadas, nas considerações das resoluções e não nelas mesmas: - aquela de museu integral, isto é, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; - aquela do museu como ação, isto é, instrumento dinâmico de mudança social. Desta forma se esquecia aquilo que se havia constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação. Chegou-se, em oposição, a um conceito, a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens (VARINE, 1995 in BRUNO, 2010, p.40).

Concluía-se em 1972, que os museus não se resumem a espaços de coleta e conservação. Observa-se uma exemplificação do distanciamento entre a prática e a teoria no que diz respeito aos museus de pequeno porte, como a pesquisa indicará a seguir. Varine, vê uma tomada de consciência e um reconhecimento do papel e do potencial dos museus na sociedade “a noção de museu como instrumento de desenvolvimento, desconhecida antes de 1972, é agora largamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de função social do museu. E também com a responsabilidade política do museólogo.” (VARINE, 1995, IN BRUNO, 2010, p.42)

O museólogo português Mário Canova Moutinho é quem apresenta e comenta a Declaração de Quebec de 1984. Relata que esta discussão começou a dar forma para uma museologia de caráter social em contraponto a uma museologia de coleções.

O que mais nos parece realce na Declaração do Quebec não é de certa forma qualquer novidade conceitual no texto em si, pois desse ponto de vista ele retoma, com as devidas atualizações, o essencial da Declaração de Santiago, mas sim o fato de ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada de 1972, por práticas que revelavam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional autônoma (MOUTINHO, 1995, in: BRUNO, 2010, p. 57).

Vinte anos depois, durante o seminário intitulado “A Missão do Museu da América Latina hoje: novos desafios” no ano de 1992, foi produzida a Declaração de

Caracas. Segundo Maria de Lourdes Parreiras Horta (1995), a novidade que este documento apresenta pode ser observada sob três ângulos, o primeiro seria um balanço da situação dos museus na América Latina e as transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas dos últimos 20 anos; a segunda uma releitura e atualização do Documento de Santiago; e a terceira a implementação de uma agenda de atuação de acordo com o contexto do continente (HORTA, 1995, in BRUNO, 2010, p. 63-64).

A museóloga que estava presente em ambos os eventos, traz a seguinte avaliação:

A grande novidade que me parece surgir do Documento de Caracas é a transformação do Museu Integral (abrangente, mas fugaz, impalpável, etéreo em sua idealidade) no Museu Integrado (termo não formulado, mas implícito nas propostas e postulados do Documento) à vida de uma comunidade. Mais do que realizações, propõem-se ações e processos que contemplam e consideram as particularidades de cada contexto local e específico, no qual atuam e se situam (HORTA, 1995, IN BRUNO, 2010, p. 65).

Ponderando os três depoimentos, observa-se que a Carta de 1972 é o grande marco desta Nova Museologia e que os encontros e documentos posteriores buscam a atualização e a prática dos novos conceitos e ideias apresentadas em Santiago. Devido à relevância destes documentos muitas pesquisas em museologia ou relacionadas ao tema apresentam considerações a respeito.

Outro tema bastante presente nas pesquisas de museologia diz respeito à Sociomuseologia:

A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, do Estudo do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território. A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica. O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela à áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita (MOUTINHO, 2007, s/p.).

Observa-se que esta proposta de Sociomuseologia é desenvolvida principalmente em universidades lusitanas. No Brasil até o ano de 2004, existiam apenas dois cursos de graduação em museologia. Hoje estão em andamento cursos em 14 instituições, além de dois mestrados e um doutorado. Segundo o banco de

dados da CAPES, foram encontradas diversas teses e dissertações envolvendo museus em diferentes áreas de pesquisa (História, Ciências Sociais, Artes, entre outros). Entretanto, especificamente sobre museus e políticas públicas não foram encontrados registros⁹.

Através do levantamento de referências para esta pesquisa verificou-se que muitas das produções de pós-graduação (teses e dissertações) de pesquisadores brasileiros são realizadas em universidades no exterior, principalmente em Portugal, como a tese de BERTOTTO (2013) já citada.

Vale ressaltar que a lei nº 7287 que regulariza a profissão de museólogo no Brasil é de 1984. Os diplomados em cursos de nível superior que, na data da lei, comprovassem pelo menos cinco anos de exercício de atividades técnicas de museologia poderiam exercer a profissão de museólogo ou somente pessoas com formação específica.

A museologia caminha a passos largos. Espaços de discussão através de eventos acadêmicos são cada vez mais frequentes, além do aumento do número de publicações. Mas esta é uma realidade também de outros estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro. Como se ponderou no decorrer do trabalho, a realidade do Paraná é um tanto diferente, devido justamente à falta de cursos de graduação. Estes outros estados citados acima possuem cursos de graduação e programas de pós-graduação em museologia, sendo assim promovem eventos, realizam cursos de extensão, formam estagiários e futuros profissionais para atuar na área. O que não ocorre no estado do Paraná, caracterizando assim um déficit significativo.

Para Bourdieu (1999), o diploma é uma forma de objetivação do capital cultural:

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. Ela institui o capital cultural pela magia coletiva, da mesma forma que, segundo Merleau-Ponty, os vivos instituem seus mortos através dos ritos do luto. Basta pensar no concurso que, a partir do continuum das diferenças infinitesimais entre as performances, produz descontinuidades duráveis e brutais, do tudo ao nada, como aquela que separa o último aprovado do primeiro reprovado, e institui uma diferença de

⁹ Pesquisa realizada em 12 de janeiro de 2015.

essência entre a competência estatutariamente reconhecida e garantida e o simples capital cultural, constantemente intimado a demonstrar seu valor. (p.78)

O autor escreve ainda que há uma “magia performática do poder de instituir, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 1999, p.78). O diploma funciona, perante a sociedade, como uma declaração de capacidade cultural.

No capítulo a seguir, analisa-se o capital cultural a partir das instituições museais, bem como os documentos oficiais e as ações dos órgãos ligados a estes espaços. Apresenta-se ainda a relação entre direito à cultura e o exercício da cidadania.

CAPÍTULO II

Museus: cultura e cidadania

Quando nos referimos à cultura, podemos falar da origem latina da palavra a qual nos remete cultivo, cuidado, entretanto é difícil estabelecer uma única definição deste termo complexo e extremamente relevante. Afinal, trata-se de tudo o que, numa dada sociedade, é adquirido, apreendido e pode ser transmitido. A cultura visa, portanto, todo o conjunto da vida social, desde os aspectos tecnológicos e as organizações institucionais, até as formas de expressão humana.

O contexto cultural caracteriza tipos de cultura, isto é, conjuntos de conhecimentos predominantes de ideias estabelecidas, de crenças admitidas, de normas aceitas, de valores e de condutas específicas a cada cultura. O antropólogo Clifford Geertz (2008) define que:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (p.04).

Ou seja, a cultura é um contexto que abrange muitos aspectos, pode ser considerado um sistema de signos que sofre interpretações. Nesta análise, considera-se o capital cultural, conceito fundamental para compreender porque os Estados, considerando suas especificidades, estabelecem e reconhecem direitos e políticas específicas para cultura.

O capital cultural pode existir sob três formas: *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1999, p. 71).

Neste caso, considera-se que os museus se inserem na segunda forma: estado objetivado. Justamente por conservar e divulgar os bens culturais produzidos pelo homem, desde objetos que já nascem com este objetivo, como obras de arte ou

livros, bem como objetos do cotidiano de uma determinada época que se tornam bens culturais a partir da sua seleção e interpretação quando integram um acervo patrimoniado.

A questão que surge a partir deste conceito é: quem detém este capital cultural? Como visto anteriormente, o museu se constituiu enquanto espaço das elites econômicas e culturais, entretanto, no Brasil, o debate a respeito da democracia cultural toma vulto a partir da promulgação da Constituição da Federal em 1988. Segundo Frederico Barbosa, Herton Ellery e Suylan Midlej (2009) a democratização cultural se desenvolve através de duas estratégias, a primeira seria o incentivo a formação de público e a segunda a construção de políticas públicas.

A Constituição Brasileira de 1988 trata a cultura como um direito do cidadão brasileiro. Apresenta no artigo 215 que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Com a CF/88 a cultura, além de participar dos direitos fundamentais, ou seja, situar-se como parte do rol dos direitos civis e políticos – dos direitos básicos, nos termos do filósofo político americano John Rawls - que incluem direitos e liberdades individuais, direitos de autor e direitos de participação política, passou a compor aqueles direitos que exigem condições materiais e ações específicas para garantir os meios de realização da cidadania, os direitos sociais, que para sua materialização, necessitam de recursos institucionais ou políticas públicas (BARBOSA; ELLERY; MIDLEJ, 2009, p.227).

No entanto, é a Emenda Constitucional nº 48 de 2005 que especifica em seu texto quais são esses direitos e prevê políticas públicas afim de garantir a efetivação desses direitos. O texto, portanto, reforça que cabe à administração pública, através de ações concretas, efetivar estes direitos.

Além de estar presente na Constituição Federal, Bernardo Novais da Mata Machado reforça que:

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade (MACHADO, 2007, s/p).

O autor diz ainda, em outros textos, que a CF e a UNESCO, órgão das Nações Unidas responsável pela cultura, não listam quais são os direitos culturais,

estes aparecem de maneira fragmentada nos documentos normativos sobre os direitos humanos:

A falta de consenso a respeito de quais são os direitos culturais dá lugar a diferentes maneiras de tipificá-los, nomeá-los e defini-los. Embora a UNESCO tenha encomendado a um grupo de intelectuais a elaboração de uma declaração específica sobre os direitos culturais, o autor deste artigo arrisca-se a propor, de antemão, uma lista de próprio punho, feita com base na leitura sistemática dos documentos das Nações Unidas que tratam do tema: convenções, declarações e recomendações. A lista proposta é a seguinte: direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito à memória ou, ainda, direito à proteção do patrimônio cultural); direito à participação na vida cultural (que inclui os direitos à livre criação, ao livre acesso, à livre difusão e à livre participação nas decisões de política cultural); direito autoral; e direito/dever de cooperação cultural internacional (ou direito ao intercâmbio cultural) (MACHADO, 2011, p. 106).

Pode-se perceber nos trechos citados acima, que além de aparecer na própria letra da lei que a cultura é um direito, os autores citados também concordam que este direito serve de alicerce ou complementam outros direitos a fim de se constituírem como um caminho para cidadania, entretanto, definir as bases ou até mesmo que cultura seria essa, tornar-se um desafio para gestores e sociedade.

A emenda constitucional nº 48 de 2005, é fruto também das discussões em torno da Política Nacional de Cultura - PNC que vem sendo implementada no Brasil desde 2003 através do Sistema Nacional de Cultura. As diretrizes gerais da Política foram elaboradas em 2006, sendo aprovada pelo Congresso Federal em 2009 após cinco anos de discussões a respeito. E é neste contexto que surge a *Política Nacional de Museus: memória e cidadania*.

José Murilo de Carvalho (2002), em seu trabalho sobre a questão da cidadania no Brasil, indica que este é um fenômeno construído, sendo assim o autor recupera a historicidade deste conceito e desenvolve suas implicações. Carvalho traz as contribuições de T. A. Marshal, o qual sugeriu que a cidadania teve seu desenvolvimento na Inglaterra com os primeiros direitos civis do século XVIII, seguido pelos direitos políticos, no século posterior, e só então foram conquistados os direitos sociais, no século XX (CARVALHO, 2002).

Deste modo, é comum entender que a cidadania é composta de direitos civis, políticos e sociais, “o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos” (CARVALHO, 2002, p.11). Ainda em relação à historicidade, o autor salienta que:

Outro aspecto importante, derivado da natureza histórica da cidadania, é que ela se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que chamamos de Estado-nação e que data da Revolução Francesa, de 1789. A luta pelos direitos, todos eles, sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação. Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado (CARVALHO, 2002, p.12).

Compreende-se que cidadania possui forte vínculo com o Estado e também com a questão da identidade e do pertencimento. Este é um ponto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Afinal, em pontos anteriores, verificou-se que as instituições museais estão intimamente ligadas a concepção de nação ou Estado desde os seus surgimentos, bem como a construção de identidades. Portanto, acredita-se que estes espaços, a partir da ressignificação proposta pela Nova Museologia, podem sim se constituir enquanto espaços de cidadania.

Considerando que a história do Estado brasileiro é marcada por quase 400 anos de escravidão, por um início de República de voto censitário e mais recentemente 21 anos de ditadura, conceitos como democracia cultural, cidadania cultural, ou até mesmo apenas cidadania podem ser avaliados e reconhecidos somente a partir de um Estado Democrático de Direito que é uma realidade muito recente deste território.

O IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicou no ano de 2009 boletins que avaliam as políticas sociais considerando os 25 anos da promulgação da Constituição Federal¹⁰. No capítulo dedicado à cultura, intitulado “A Constituição e a Democracia Cultural”, os autores Frederico Barbosa, Herton Ellery e Suytan Midlej apresentam no quadro a seguir uma retrospectiva de todas as políticas culturais desenvolvidas pela União, até mesmo antes da constituição. Algumas destas informações já foram destacadas no primeiro capítulo, como, por exemplo, a criação do IPHAN, considerada a primeira iniciativa de preservação cultural do país.

¹⁰ IPEA, Boletim

(continua)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) –1937	1937 – Lei no 378 cria o SPHAN 1937 – Decreto Lei no 25, organiza a proteção do patrimônio nacional 1946 – Decreto no 8.534, de Serviço passa a Departamento 1970 – Decreto no 66.967, passa a se denominar Instituto 1979 – Decreto no 84.198, transforma em secretaria vinculada ao MEC 1979 – Extingue o Iphan e transfere seu patrimônio para a Fundação Pró-Memória 1981 – Portaria do MEC no 274, cria a Secretaria da Cultura por transformação da SPHAN e SAC 1985 – Decreto no 91.144, (*) cria o MinC 1990 – Lei no 8.029, cria o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória 1990 – Decreto no 99.492, vincula o IBPC à SEC/PR como autarquia federal (Lei no 8.113/1990) MP no 752, altera a denominação IBPC para Iphan
Fundação Pró-Memória – 1979	1979 – Lei no 6.757, institui a Fundação Pró-Memória 1980 – Decreto no 84.396, aprova estatuto 1981 – Portaria do MEC no 585, incorpora Museu Imperial, Biblioteca Nacional, Museu Histórico e Museu da república, Museu Nacional de Belas-Artes, Museu Villa Lobos, Instituto Nacional do Livro (INL) 1983 – Escritura Pública – transfere e incorpora acervo do Museu Chácara do Céu e Fundação Maya e do Museu de Biologia Mello Leitão 1984 – Escritura pública – transfere e incorpora acervo da Associação Lasar Segall e da Fundação Cinemateca Brasileira 1985 – Decreto no 91.144, (*) cria o MinC 1985 – Escritura Pública, transfere e incorpora o Sítio Burle Marx Lei no 8.029, extingue Fundação Pró-Memória e cria o IBPC com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória. Decreto no 99.492, vincula IBPC à SEC/PR 1994 – MP no 752, altera denominação de IBPC para Iphan

(continuação)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Museu Imperial – 1940	1940 – Decreto Lei no 2.096 1965 – Lei no 4.639, reorganiza 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585
Museu Histórico Nacional – 1922	1922 – Decreto no 15.596 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585
Museu Villa-Lobos – 1960	1960 – Decreto no 48.379 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585
Museu Nacional de Belas-Artes – 1937	1937 – Lei no 378 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585
Museu da Inconfidência – 1938	1938 – Decreto no 965
Museu da República – 1960	1960 – Decreto no 47.883, incluído na estrutura do Museu Histórico Nacional 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585
Patrimônio Imaterial – Decreto no 3.551 – 2000	2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial
Fundação Nacional de Arte (Funarte) –1975	1975 – Lei no 6.312 1977 – Decreto no 79.591, incorpora a Comissão Nacional de Belas-Artes 1990 – Lei no 8.029, extingue Funarte e cria o Instituto Brasileiro de Artes e Cultura (IBAC) com acervo e dotação da Funarte, Fundação de Artes Cênicas (Fundacen) e Fundação Cinema Brasileiro (FCB) 1990 – Decreto no 99.492, vincula o IBAC à SEC/PR como fundação 1990 – Decreto no 99.492, vincula o IBAC à SEC/PR 1994 – MP no 752, altera a denominação IBAC para Funarte

(continuação)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) – 1958	1958 – Decreto no 43.178, institui a Campanha Brasileira de Defesa do Folclore 1961 – Decreto no 50.496, dispõe sobre o Conselho Nacional de Folclore e Decreto no 50.438 sobre a Campanha 1975 – Decreto no 6.312, cria a Funarte que incorpora a campanha de Defesa do Folclore 2005 – Incorporada ao Iphan
Serviço Nacional do Teatro – 1937	1937 – Decreto Lei no 92 de 1937 Portaria MEC no 628 de 1981 transforma em Instituto Nacional de Artes Cênicas (Inacen) 1987 – Lei no 7.624 de 1987 institui a Fundacen, por transformação do Inacen 1990 – Lei no 8.029, incorpora a Fundacen à Funarte
Fundação Cinema Brasileiro – 1987	1987 – Lei no 7.624 1990 – Extinto pela Lei no 6.426 1990 – Lei no 8.029, incorpora a FCB à Funarte
Comissão Nacional de Belas-Artes (1951)	1951 – Lei no 1.512 1977 – Decreto no 79.591, incorpora à Funarte
Comissão Nacional do Teatro (1937)	1937 – Lei no 378, extinta no mesmo ano pelo Decreto Lei no 92
Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince) – 1937	1937 – Lei no 378 1946 – Decreto no Lei 8.536, dá organização
Conselho Nacional de Cinema (Concine) – 1976	1976 – Decreto no 77.299 1985 – Decreto no 91.144 (*) cria o MinC, do qual faria parte o Concine
Instituto Joaquim Nabuco – 1949	1949 – Lei no 770 1979 – Lei no 6.687, transforma em Fundação 1990 – Decreto no 99.244, vincula ao MEC

(continuação)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Instituto Nacional do Cinema (INC) – 1966	1966 – Decreto Lei no 43, cria o INC e torna a censura de filmes competência da União 1975 – Extinto pela Lei no 6.281 de 1975 As atribuições foram incorporadas pela Embrafilme, e se transformará na FCB, depois incorporada à Funarte
Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) – 1969	1969 – Decreto Lei no 862 1975 – Lei no 6.281 de 1975, amplia atribuições 1985 – Decreto no 91.144, (*) cria o MinC, do qual faria parte a Embrafilme 1987 – Lei no 7.624, cria por desmembramento a Embrafilme – Distribuidora de Filmes S.A. 1990 – Decreto no 99.226, dissolve a Embrafilme
Biblioteca Nacional (BN) – 1810	1890 – Decreto no 856 (denominada em 1810 Real Biblioteca e depois Biblioteca Imperial e Pública da Corte) 1907 – Decreto no 1.825, institui o depósito legal 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585 1987 – Lei no 7.624, vincula a BN à Fundação Nacional Pró-leitura 1990 – Lei no 8.029, extingue Fundação Pró-Leitura e cria a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) com acervo e dotação da Fundação Pró-leitura 1990 – Decreto no 99.492, vincula BN à SEC/PR 1990 – Lei no 8.113, dispõe sobre a natureza fundacional da Biblioteca Nacional 1991 – Decreto no 519 institui o Programa Nacional de Incentivo à leitura (Proler) 1991 – Decreto no 520, institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
Fundação Nacional Pró-leitura (Pró-Leitura) – 1987	1987 – Lei no 7.624 (incorpora INL e BN) 1990 – Lei no 8.029, extingue a Fundação Pró-Leitura, cria a FBN com acervo e dotação da Fundação Pró-leitura 1990 – Decreto no 99.492, vincula FBN à SEC/PR

(continuação)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Instituto Nacional do Livro (INL) – 1937	1937 – Decreto Lei no 92 1981 – Incorporada à Fundação Pró-Memória pela Portaria MEC no 585 1987 – Lei no 7.624, incorpora à Fundação Nacional Pró-leitura
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – 1991	1992 – Decreto no 520, coordenadoria da BN
Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais – 1968	1968 – Lei no 5.422
Conselho Nacional de Direitos Autorais (CNDA) – 1973	1973 – Lei no 5.988 1985 – Decreto no 91.144, criou o MinC que era constituído pelo CNDA
Fundação Cultural Palmares (FCP) – 1988	1988 – Lei no 97.383 2000 – MP no 2.123-27 amplia competências. A FCP passa a aprovar a delimitação terras de comunidades remanescentes de quilombos, e determina a demarcação, homologadas por decreto
Casa de Rui Barbosa – 1928	1928 – Decreto no 5.429 1966 – Lei no 4.943 Decreto no 91.144, cria o MinC

(continuação)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Ministério da Cultura (MinC) – 1985	(*) 1985 – Decreto no 91.144, cria o MinC por desdobramento do MEC, constituído pela Secretaria da Cultura, integra finalidades do SPHAN, Fundação Pró-Memória, Funarte, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco e Embrafilme, além de abrigar o Conselho Federal de Cultura, Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e o Conselho Nacional de Cinema (Concine) 1990 – Lei no 8.028 e Decreto no 99. 240, extingue o MinC e cria a Secretaria da Cultura da presidência da República Lei no 8.029, extingue Funarte, Fundação Pró-Memória, Fundacen, Fundação Pró-Leitura, Fundação Cinema Brasileiro, Embrafilme e cria o Instituto de Artes e Cultura (IBAC) com acervo e dotação da Funarte, Fundacen, Fundação Cinema Brasileiro e FBN com acervo e dotação da Fundação Pró-Leitura e IBPC com acervo e dotação do SPHAN e Pró-Memória Decreto no 99.492, vincula IBPC, IBAC e FBN à SEC/PR 1992 – Lei no 8.490, recria o MinC 1995 – Decreto no 1.673, aprova estrutura regimental do MinC (o Decreto 2.599 de 1998 a mantém): órgãos Internos: Secretarias de Política Cultural, de Intercâmbio e Projetos Especiais; de Apoio à Cultura, para o Desenvolvimento do Audiovisual; delegacias regionais; órgãos colegiados: Conselho Nacional de Política Cultural, Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, Comissão de Cinema e entidades vinculadas – Iphan (autarquia) e Fundações Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes e Fundação Biblioteca Nacional 1999 – Decreto no 3.049, mantém os órgãos colegiados e unidades descentralizadas e entidades vinculadas e altera a organização interna criando Secretaria do Livro e Leitura; Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes plásticas; Secretaria de Música e Artes Cênicas e Secretaria do Audiovisual

(conclusão)

Instituições/ ano de criação	Legislação relevante
Leis de Incentivo – 1986-1991	1986 – Lei no 7.505, a Lei Sarney 1991 – Lei no 8.313, a Lei Rouanet, restabelece princípios da Lei Sarney, institui o PRONAC, com o Fundo Nacional de Cultura, Fundo de Investimentos Culturais e Incentivos a Projetos Culturais 1992 – Lei no 8.635, Lei do Audiovisual, regulamentado pelo Decreto no 974 1995 – Decreto no 1.494 regulamenta a Lei no 8.313 1996 – Lei no 9.323, altera limites de dedução Lei no 8.635, de 1 para 3% 1997 – Decreto no 2.290, regulamenta a Lei no 8.313, quanto ao Fundo Nacional de Cultura 1999 – Lei no 1.589, altera dispositivos da Lei no 8.313 e aumenta os limites de dedução em vários segmentos para 100% 2006 – Decreto no 5.761, regulamenta a Lei no 8.313
Agência Nacional do Cinema (Ancine) – 2001	2001 – MP no 2.228-1
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – 2009	2009 – Lei no 1.906 de 2009

Quadro 2 -Evolução jurídico-institucional da área federal de cultural

Legislação Cultural Brasileira/MinC (1997).

Elaboração dos autores.

FONTE: BARBOSA, F. A.; ELLERY, H.; MIDDLEJ, S.. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A Constituição e a Democracia Cultural. Cap. 4. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 2. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais / Brasília,2009.

É interessante observar que dos 32 itens levantados no quadro acima, 09 correspondem especificamente à instituições museais e outras 02 englobam os museus por se tratarem de ações que atingem todo o segmento cultural, são elas a criação do MinC e as Leis de Incentivo. Segundo os autores, este quadro “apresenta parte da movimentação jurídico-institucional de órgãos hoje presentes no Ministério da Cultura ou com competências por este incorporadas” (BARBOSA; ELLERY; MIDDLEJ, 2009, p. 254). Os autores indicam também que há outras ações que não foram inseridas nesta síntese.

As heterogeneidades das políticas indicam que as relações jurídicas podem mesmo serem consideradas, em termos gerais, nas relações entre cidadãos e Estado, mas também configuram relações jurídicas especiais, integradas em relações concretas, entre os objetos da política – circuitos culturais específicos –, da administração pública e de agentes culturais. Também se deve dizer que uma coisa é a previsão constitucional de direitos que configuram a Constituição cultural, outra é sua integração concreta em relações jurídicas concretas. Da mesma forma, uma coisa é a afirmação de políticas culturais, outra é o complexo processamento político de ações relacionadas com os diferentes circuitos culturais (BARBOSA; ELLERY; MIDDLEJ, 2009, p. 255).

Portanto, os autores ressaltam que é preciso considerar a dificuldade em definir ações posto a complexidade de interpretação da categoria cultura. Para a viabilização destas ações, os autores destacam o desempenho do MinC, o qual “deu unidade às linhas de atuação e organização institucional tão díspares” (BARBOSA; ELLERY; MIDDLEJ, 2009, p.255).

Analizando todos os dados levantados até então é possível afirmar que mesmo com esta dificuldade em definir políticas culturais, desde as primeiras iniciativas, o poder público propõe a preservação cultural, incluindo ações de preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiro, por ser reconhecida como essencial à identidade e ao exercício da cidadania.

Portanto, considerando o contexto da Cidadania Cultural como o direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação nas decisões de políticas culturais, apresenta-se o direito à memória como um importante elemento de construção das identidades e da cidadania, pois “é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas” (ORIÁ, 2006, p. 139).

A mobilização política, no entanto, atingiu também as bases da sociedade. A Igreja Católica começara a abandonar sua tradicional posição política reacionária e investia no movimento estudantil, no movimento operário e camponês, na educação de base. Seu braço mais politizado era a Ação Popular (AP), um desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC). O Movimento de Educação de Base (MEB), mantido pela Conferência Nacional dos Bispos, fornecia apoio logístico para o trabalho da AP no movimento de sindicalização rural. A UNE, por sua vez, desenvolveu intenso trabalho cultural de mobilização política. Criou um Centro Popular de Cultura em que trabalhavam artistas de talento, sobretudo músicos. Caravanas artísticas percorriam as principais cidades apresentando shows em que a arte se misturava estreitamente a propaganda das ideias reformistas. O ISEB promovia conferências e edições baratas de livros de conscientização política (CARVALHO, 2002, p.138).

Ou seja, há o reconhecimento entre os setores de gestão pública de que a cultura, de mãos dadas com a educação, é fundamental para o desenvolvimento político de uma determinada sociedade, bem como o contrário também é reconhecido. Cidadão sem vínculo de pertencimento, ou seja, reconhecimento de sua identidade, pode encontrar dificuldades em atuar politicamente e cobrar seus direitos. As pessoas, de maneira geral, gostam e defendem o que conhecem.

Nesse sentido, é que se defende a análise de que há lutas simbólicas em torno dessas políticas culturais, e em especial na criação de espaços como os museus. Voltando ao que foi demonstrado no Quadro 2, é possível seguir a sequência de criação dos seguintes museus: Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Villa-Lobos, Museu Nacional de Belas-Artes, Museu da Inconfidência, Museu da República. Apenas pela leitura das denominações é possível reconhecer a história oficial, bem como a cultura erudita que deveria ser preservada como memória da sociedade brasileira, como já citado alguns destes espaços do fim do século XIX, outros início do XX.

É apenas no fim do século XX que surgem outras iniciativas, dando voz a outros setores da sociedade, seguindo o Quadro 2, destaca-se a criação da Fundação Cultural Palmares¹¹ em 1988. Reiterando que a partir deste período é que começam ações efetivas relacionando cultura e cidadania.

De acordo com os documentos produzidos pelo Comitê Brasileiro do ICOM e através da PNM fica clara a preocupação e a influência da Nova Museologia para mudar a realidade para que os museus cumpram esta função social de também proporcionar cidadania através do acesso à cultura. Pode-se observar que as grandes instituições, aquelas que aparecem como representativas de um campo cultural, geralmente administradas pelo poder federal ou estadual e em sua maioria localizadas nas capitais, possuem assim uma maior visibilidade e retratam a princípio uma realidade diferente dos museus de menor porte, localizados no interior, e administrados pelo poder municipal ou privado¹².

¹¹ Entidade vinculada ao Ministério da Cultura que tem por objetivo promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira.

¹² Estas afirmações são baseadas no trabalho de observação da pesquisadora em visitas a diversas instituições museais, não só no Paraná, mas também em outros estados como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande Sul e Minas Gerais. Os museus localizados nas capitais recebem maiores verbas, possuem mais funcionários, por tanto apresentam uma infraestrutura mais adequada que os museus do interior, as condições deste últimos serão retratadas no 3º capítulo.

As instituições museológicas estão inseridas em um campo próprio marcado pela disputa de um capital cultural, capital intelectual e também um capital econômico e que possuem suas representações.

Conforme afirma Chartier (1988) “é preciso considerar as diferenciações culturais, não como a tradução de divisões estáticas e imóveis, mas como o efeito de processos dinâmicos” (p.186). Todas as representações percebidas através dos discursos produzidos pelos museus devem ser consideradas a partir de um processo dinâmico, e não apenas como um discurso de “mão única” dos gestores para o público, mas também a sociedade sendo refletida nos espaços museais.

A representação é construída a partir de discursos e os espaços museais são repletos deles, os quais se estruturam através de uma temática ou de uma intenção que buscam a produção de sentidos e a construção de significados. Os grupos envolvidos na criação e na gestão dos museus trabalham com imagens que representam determinados contextos, os quais constituem a identidade deste ou daquele grupo.

Portanto, se faz necessário que o Estado regule e garanta o acesso à cultura, como um direito, posto que este é previsto na CF. Democratizar o acesso é fundamental para que se possa buscar essa cidadania cultural, visto que a desigualdade social no país é evidente. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresenta no relatório do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007 a 2010 números que mostram alguns aspectos relevantes em relação à cultura e à situação econômica do brasileiro, bem como com o nível de escolaridade:

As despesas das famílias brasileiras com cultura são menores quanto menor a classe de rendimento (as famílias da maior classe, mais de R\$ 6.225,00, gastam em torno de 17 vezes o valor gasto por aquelas da menor classe, até R\$ 830,00). Quando o nível de instrução da pessoa de referência é menor, o seu gasto com produtos e serviços relacionados à cultura também é mais reduzido (famílias cuja pessoa de referência tem nível superior completo gastam em média seis vezes o valor gasto pelas famílias nas quais a pessoa de referência é sem instrução ou tem fundamental incompleto). Também é menor o valor gasto com cultura para as famílias cuja pessoa de referência se declarou da cor preta ou parda se comparadas com as famílias nas quais a pessoa de referência se declarou branca (R\$ 125,66, R\$ 130,11 e R\$ 237,81, respectivamente) (IBGE, 2013, p.126).

Em relação ao mercado de trabalho voltado para a cultura, o relatório traz ainda que:

A partir de 2009, os trabalhadores de cor preta ou parda ultrapassaram os trabalhadores de cor branca na população ocupada no total das atividades produtivas. Nas ocupações relacionadas à cultura, os trabalhadores brancos foram maioria em todo o período analisado. Em 2012, essa população representou 57,5%, enquanto os pretos ou pardos alcançaram 41,3%. Entre os trabalhadores do setor cultural, prevalece um nível de instrução mais alto que o observado entre os ocupados no mercado de trabalho em geral. Em 2012, a diferença entre o nível de instrução dos trabalhadores do setor cultural e dos trabalhadores em geral se acentuou: enquanto 14,0% dos trabalhadores em geral possuíam nível superior completo, no setor cultural esse percentual alcançou 20,8% (IBGE, 2013, p. 127).

A pesquisa realizada por Bourdieu e Darbel (2007), citada no primeiro capítulo, sobre o público dos museus de arte na Europa, reitera estas estatísticas do IBGE. Ou seja, esta não é apenas uma realidade brasileira, afinal os autores demonstram que os visitantes habituais dos museus, são aqueles que detêm o capital cultural e possuem maior escolaridade, nível superior.

Compreende-se que a desigualdade social interfere no que diz respeito ao acesso aos bens culturais. Machado (2011) escreve que:

É possível dizer que no Brasil existe uma base constitucional suficientemente robusta para alicerçar políticas culturais democráticas. Na CF/88, questões relativas à cultura, em todos os seus significados, perpassam sete dos nove títulos em que se divide o texto constitucional. Portanto, é lícito concluir que a cultura é um componente estrutural e estruturante da Constituição. No entanto, ainda falta à maioria dos governos e à sociedade como um todo reconhecer o papel estratégico das políticas culturais na promoção e proteção dos direitos culturais (p. 116).

Como democratizar o acesso à cultura? Entendendo que os direitos culturais são também direitos de cidadania, portanto, fundamentais para o exercício da mesma, o caminho a ser traçado é a implementação de políticas públicas culturais.

2.1. Políticas públicas e políticas culturais

Política pública é um campo do conhecimento em construção que deriva dos estudos em Ciência Política. Surgiu nos Estados Unidos enquanto área acadêmica e

as pesquisas se dedicam diretamente a ações dos governos, não mais apenas sobre o papel do Estado (SOUZA, 2006).

Souza diz que não existe uma única definição para o conceito, entretanto traz que a mais conhecida é de Harold Laswell: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (2006, p.24).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Portanto, segundo o autor, políticas públicas são elementos e estratégias de governos democráticos para efetivar ações sistemáticas em prol da sociedade. Geraldo Di Giovanni (2009) também considera o conceito de políticas públicas, como um conceito em construção e que está em “processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade” (p.11). Outro aspecto que o autor enfatiza é o contexto da democracia, pois Estado democrático hoje é aquele que reponde as demandas sociais. “A política pública deixa de ser uma simples intervenção do Estado e passa a ser uma nova forma de exercício de poder numa sociedade democrática” (p.01). A sociedade participa diretamente deste processo enquanto instituições ou organizações que pressionam ou propõem agendas. Enquanto integrante do NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de Campinas, o autor indica que os campos que possuem mais estudos no Brasil em relação a políticas públicas são os estudos de caráter social que compreendem hoje emprego e renda, saúde, educação, previdência e assistência social.

Considerando este conceito de política pública, no que diz respeito às políticas públicas culturais, destacou-se na primeira parte do texto que o início das políticas de estado voltadas para a memória e patrimônio foram estabelecidas a partir da década de 1930 com o SPHAN, hoje IPHAN. No entanto, a proposta da pesquisa é analisar as políticas públicas específicas para os museus, portanto adverte-se que no decorrer dos anos existiram ações do estado voltadas para a

cultura, entretanto, o recorte da análise se dá a partir de 2003, quando se observa uma ação sistemática para o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente através do processo de construção do PNC – Plano Nacional de Cultura.

O PNC foi instituído através da Emenda Constitucional 48, aprovada pelo Congresso em julho de 2005, resultado dos 20 encontros realizados em 2003 durante o *Seminário Cultura Para Todos*, a realização do evento *Agenda 21 da Cultura* em maio de 2004 e da formação das câmaras setoriais também a partir de 2004¹³.

O PNC é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura. Toma como ponto de partida um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais, propõe orientações para a atuação do Estado na próxima década. Sua elaboração está impregnada de responsabilidade cívica e participação social e é consagrada ao bem-estar e desenvolvimento comunitário (BRASIL-MINC, 2008, p.10).

No que diz respeito aos museus, o texto do PNC traz dados sobre o número destas instituições no país, destacando que segundo pesquisa do IBGE em 2006 apenas 21,9% dos municípios brasileiros possuíam estes espaços, destes a grande concentração ocorre nas capitais e especialmente nas regiões Sul e Sudeste. (BRASIL.MINC, 2008, p.45). Portanto, “é necessário integrar seus sistemas de gestão e reduzir o atual índice de concentração regional desses espaços, de modo a garantir o direito à memória dos diferentes grupos sociais”. (BRASIL.MINC, 2008, p. 45).

O texto da Política Nacional de Museu foi publicado em maio de 2003, acompanhando as discussões do PNC. A PNM propõe sete princípios orientadores, são eles:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do uso dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-as como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização.
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal e

¹³ Ver BRASIL, Ministério da Cultura. “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”. Brasília. 2008. 2ª ed.

dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes de acordo com as suas especificidades e diversidades. (BRASIL, 2003).

Democratização das instituições, valorização de processos identitários, respeito à diferença e à diversidade cultural, participação comunitária e sustentabilidade. A pesquisa se propõe a compreender se estes pontos aparecem na construção dos espaços de memória nos Campos Gerais.

O conceito de identidade, proposto nesta análise, concorda com o sociólogo Michael Pollak (1992), ou seja, considera-se que identidade “é o sentido da imagem de si, para si e para os outros” e que a construção dessa identidade está relacionada também a um sentimento de pertencimento que envolve diferentes aspectos, conforme afirma o autor:

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo, isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos, portando, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (p. 5).

Os museus são essencialmente considerados espaços de memória, portanto, busca-se apreender as representações de uma identidade regional através das instituições museais públicas dos Campos Gerais –PR.

No que diz respeito ao conceito de representação, opta-se pela perspectiva de Roger Chartier, posto que o autor em suas obras dialoga com Pierre Bourdieu, compreendendo os conceitos de campo e *habitus*. Bourdieu propõe sua teoria, a

qual é construída por meio de suas pesquisas empíricas a partir das lutas simbólicas que se estabelecem nos diferentes campos sociais, é através da aceitação e do reconhecimento da sociedade que a autoridade se torna legítima. Os indivíduos incorporam a estrutura social, legitimando-a e reproduzindo-a, o que deverá ser pensado a partir das noções de *habitus* e campo. As instituições museológicas estão inseridas em um campo próprio marcado pela disputa e um capital cultural, capital intelectual e também um capital econômico.

Bourdieu (2012) define que Poder Simbólico é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 7-8) E é a partir do que ele denomina como sistemas simbólicos que podemos identificar o norte do seu pensamento, os sistemas simbólicos aparecem como estruturas estruturantes que agem como instrumentos de dominação. Podemos citar como exemplos a arte, a religião, a língua, os mitos, entre outros.

Para o autor senso=consenso, ou seja, “a objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (2012, p.8). O conhecimento aparece no sentido de conformar a realidade. O conhecimento só gera um poder estruturante porque é estruturado, “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (2012, p. 9).

Em relação ao poder simbólico diante dos instrumentos de dominação, Bourdieu trata o conceito ideologia, pois as ideologias podem se apresentar enquanto portadoras de interesses universais, entretanto, acabam muitas vezes servindo aos interesses particulares e agem a partir de uma cultura dominante que forja uma integração da sociedade, que fomenta a desmobilização das classes dominadas e reforça as distinções sociais. Para ele, as produções simbólicas servem de instrumentos de dominação, “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções” (BOURDIEU, 2012, p. 11).

Quanto à relação entre Chartier e Bourdieu¹⁴, Pacheco (2005) escreve que a “análise sociológica e histórica sobre a forma como Chartier construiu seus conceitos

¹⁴ Relação está expressa pelo próprio historiador. CHARTIER, Roger. A história Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d, p. 17.

de representação, prática e apropriação, nos mostra que esse autor interiorizou de forma decisiva as noções de *habitus* e campo”, para o autor:

Chartier elaboraria a ideia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico capaz de apreender em um campo histórico particular, a internalização simbólica das lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Ao mesmo tempo, que tal conceito seria capaz também de possuir as condições de demonstrar que a exteriorização da internalização simbólica de tais lutas seriam capazes de comandar atos e, dessa forma, possuir importância como algo decisivo dentro das estruturas de relações objetivas de um campo social histórico, tanto quanto os afrontamentos que são efetivamente materializados entre os grupos (p. 4).

Para quem vive o cotidiano dos museus ou frequenta e conhece estes espaços, é possível reconhecer diversos elementos apresentados na análise de Bourdieu e Chartier. Quando um objeto passa integrar o acervo de um museu, este adquire uma função completamente diferente daquela de origem, uma faca de prata, por exemplo, não serve mais para cortar, esta faca se torna um bem simbólico que conta determinada história e possui um discurso. Alguém ou uma instituição determina que este objeto é relevante a ponto de tornar-se um patrimônio. Por que a faca de prata e não um estilingue de madeira e borracha? O que em uma determinada sociedade deve ser preservado? O que não deve ser preservado? Os museus estão cotidianamente inseridos em lutas simbólicas.

Portanto, opta-se por esta proposta teórico-metodológica para tentar responder os objetivos da pesquisa, afinal, trata-se de investigar estas lutas simbólicas estruturadas a partir de relações entre grupos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que são produzidas dentro de determinado campo social e que são expressas através de representações.

A proposta teórico-metodológica fundamentada em Chartier e Bourdieu se justifica exatamente pelas características dos objetos da pesquisa (os museus). A representação destas instituições se dá justamente através do reconhecimento social, o qual legitima estas instituições como espaços culturais e de conhecimento. Além disso, as instituições museológicas se constituem em um campo próprio definido a partir das disputas entre o capital cultural, o capital intelectual e também o

capital econômico. Portanto, estes e outros conceitos trabalhados pelos dois autores, podem auxiliar na compreensão e na investigação da institucionalização da memória na região dos Campos Gerais – PR.

Sobre o conceito de capital cultural e suas dimensões simbólicas, Bourdieu (1999) esclarece que, “o capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*” (p.74). Ou seja, é um bem que não pode ser transmitido por doação, venda ou troca.

Por consequência, ele apresenta um grau de dissimulação mais elevado do que o capital econômico e, por esse fato, está mais predisposto a funcionar como capital simbólico, ou seja, desconhecido e reconhecido, exercendo um efeito de (des)conhecimento, por exemplo, no mercado matrimonial ou no mercado de bens culturais, onde o capital econômico não é plenamente reconhecido. A economia das grandes coleções de pintura ou das grandes fundações culturais, assim como a economia da assistência, da generosidade e dos donativos, repousam sobre propriedades do capital cultural, das quais os economistas não conseguem dar conta. Com efeito, o economicismo deixa escapar, por definição, a alquimia propriamente social pela qual o capital econômico se transforma em capital simbólico, capital denegado ou, mais exatamente, não reconhecido. Ela ignora, paradoxalmente, a lógica propriamente simbólica da distinção que assegura, por acréscimo, benefícios materiais e simbólicos aos detentores de um forte capital cultural que retira, de sua posição na estrutura da distribuição do capital cultural, um *valor de raridade* (este valor de raridade tem por princípio, em última análise, o fato de que nem todos os agentes têm meios econômicos e culturais para prolongar os estudos dos filhos além do mínimo necessário à reprodução da força de trabalho menos valorizada em um dado momento histórico) (BOURDIEU, 1999, p.74).

No entanto, mesmo o capital cultural sendo algo pessoal e que não pode ser transmitido em transações comerciais, ele está intimamente ligado ao poder econômico, ao capital econômico. No que diz respeito às instituições museais estes conceitos são utilizados como ferramentas teóricas para compreender a posição destas instituições, bem como a composição de seus acervos e de suas exposições.

CAPÍTULO III

Entre o capital cultural e o *habitus*: desvendando as instituições museológicas dos Campos Gerais

A pesquisa está sendo realizada a partir da observação e de entrevistas com sujeitos envolvidos diretamente com as atividades de museus públicos da região dos Campos Gerais no estado do Paraná. A delimitação por região dos Campos Gerais se dá a partir dos municípios associados à AMCG, principalmente porque os espaços de discussão de políticas culturais das administrações municipais acontecem em espaços proporcionados por esta organização. A própria COSEM desenvolve as suas atividades considerando esta divisão.

A região dos Campos Gerais é composta pelas cidades que se desenvolveram com o pouso dos tropeiros do século XVIII e XIX. Percorrendo o trajeto de Viamão no Rio Grande do Sul até a feira de Sorocaba em São Paulo, realizavam longa viagem, com duração de meses, para vender suas tropas de mulas. Está é uma informação importante, pois todos os sete museus participantes da pesquisa possuem acervo relacionados ao tema.

Em relação à identidade e cultura regional Bourdieu (2012) traz reflexões fundamentais à pesquisa:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedade (estigmas ou emblemas), ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (p. 113).

Os museus se configuram como uma institucionalização dessas lutas, posto que grande parte dos espaços buscam salvaguardar a memória de uma determinada região ou de um determinado contexto ou de um determinado grupo.

Considerando as questões expostas, como visto anteriormente, procura-se compreender os discursos dos representantes das instituições diante das propostas evidenciadas nas publicações governamentais ou nos documentos oriundos do

processo de implantação das políticas públicas no que diz respeito ao campo estabelecido. Em relação à função social do museu, pode-se estabelecer uma relação com o que Bourdieu compreende como *capital cultural*, ou seja, o déficit de *capital cultural* está relacionado à falta de acesso a bens simbólicos e as desigualdades sociais não aparecem somente diante do capital econômico. Posto isso, questiona-se se seria possível uma (trans) formação de um novo *habitus* no que se refere a museus e a sociedade?

A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que frequentemente se estabelece entre o “meio” e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que frequenta o *habitus* e o *habitat*, as atitudes e a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica de certo modo com ela própria, se reflete nela própria, se reflete ela própria (BOURDIEU, 2012, p. 83).

Considera-se, conforme Bourdieu, que para responder estas questões é necessário compreender que a relação dos museus com o mundo social “é uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (2012, p. 83).

3.1. Identificando as fontes de pesquisa.

A AMCG é composta por 18 municípios, são eles: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania. Destes, nove não possuem instituições museais. As instituições existentes são (privadas e públicas):

Arapoti:

- 1- Casa do Lembrador
- 2- Museu da Colonização Holandesa
- 3- Museu do Trator

Carambeí

- 1- Casa da Memória de Carambeí
- 2- Parque Histórico de Carambeí

Castro

- 1- Memorial da Imigração Holandesa (Moinho)
- 2- Museu da Loja Maçônica Fraternidade Castrense
- 3- Museu do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada
- 4- Museu do Imigrante Alemão
- 5- Museu do Tropeiro e sua seccional Casa de Sinhara

Palmeira

- 1- Espaço Cultural Sítio Minguinho
- 2- Memorial da Cultura Polonesa
- 3- Museu Histórico de Witmarsun
- 4- Museu Histórico de Palmeira Astrogildo de Freitas

Piraí do Sul

- 1- Museu Histórico de Piraí do Sul

Ponta Grossa

- 1- Casa da Memória Paraná
- 2- Museu Campos Gerais
- 3- Museu de Arqueologia e Egiptologia
- 4- Museu Época

Telêmaco Borba

- 1- Museu da Fauna e da Flora
- 2- Museu Histórico Municipal de Telêmaco Borba

Tibagi

- 1- Casa da Memória Nhá Tota
- 2- Museu Casa do Colono
- 3- Museu Histórico Municipal Desembargador Mercer Junior

Sabe-se que as políticas públicas podem ter alcance em todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas. Entretanto, opta-se apenas por museus administrados pelo poder público. O quadro abaixo apresenta as instituições públicas e os sujeitos que participaram das entrevistas:

Instituição	Cidade	Cargo/Função	Escolaridade	Tempo de atuação
Museu do Tropeiro	Castro	Chefe da Seção de Patrimônio Histórico Cultural	Graduada em História	01 ano com este cargo, mas já trabalhou em outros períodos.
Museu Histórico Astrogildo de Freitas	Palmeira	“Diretora”	Curso Técnico em Museologia, Graduação em História.	09 anos
Museu Campos Gerais	Ponta Grossa	“Diretora”	Graduação em História; Mestrado em Educação	05 anos
Museu Histórico Municipal Conte Francisco Matarazzo	Jaguariaíva	Historiadora	Graduação em História; Especialização em História	05 anos
Museu Municipal Ricardo Martins Szesz Filho	Piraí do Sul	Secretário de Turismo	Graduação em Agronomia	02 anos
Museu Histórico Telêmaco Borba	Telêmaco Borba	Chefe da Divisão de Cultura	Graduação em Pedagogia	2 anos
Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior	Tibagi	Diretor	Curso Técnico em Museologia e graduação em Gestão Pública	25 anos

Quadro 3 - Instituições e sujeitos da pesquisa
 Fonte: Elaboração da autora

Conhecer os sujeitos é fundamental para compreender o conteúdo das entrevistas, bem como estabelecer parâmetros para a análise das lutas simbólicas presentes no cotidiano dos museus pesquisados. Estas lutas estão intimamente ligadas ao capital cultural que envolve instituições e gestores. Segundo Bourdieu (1999),

O capital cultural no estado objetivado apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e que - como bem mostra o exemplo da língua -

permanece irredutível, por isso mesmo, àquilo que cada agente ou mesmo o conjunto dos agentes pode se apropriar (ou seja, ao capital cultural incorporado). É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado (p.77).

Ou seja, o capital cultural é efetivado a partir da apropriação dos agentes e pode ser utilizado como arma nas lutas simbólicas. Nesse sentido, é importante compreender que muitas das falas são pautadas no conhecimento individual de cada sujeito e na relação/posição que cada representante possui perante a administração do espaço.

Além das entrevistas, foram sistematizados os seguintes documentos:

Documentos ICOM	Data
Mesa-Redonda de Santiago do Chile	1972
Declaração de Quebec	1984
Declaração de Caracas	1992

Quadro 4 - Principais documentos internacionais.

Fonte: Elaboração da autora

Documentos Nacionais	Data
Política Nacional de Cultura	1976
Política Nacional de Museus: memória e cidadania	2003
Política Nacional de Museus	2007
Declaração da Cidade de Salvador	2007
Plano Nacional Setorial de Museus	2010

Quadro 5 – Documentos produzidos pelo Governo Federal do Brasil.

Fonte: Elaboração da autora.

(continua)

Legislação	Assunto
Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo.
Decreto de 31 de maio de 2004	Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

(conclusão)

Legislação	Assunto
Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004	Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.
Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005	Institui o Sistema Federal de Cultura(SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, e dá outras providências.
Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006.	Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus
Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.
Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
Lei nº 12.840, de 9 de julho de 2013	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

Quadro 6 – Principais leis ou decretos referentes aos museus brasileiros.

Fonte: Elaboração da autora.

Documentos Estaduais	Assunto
Lei nº. 9375 Data 24 de setembro de 1990	Institui o Sistema Estadual de Museus - SEM e a Coordenação do Sistema Estadual de Museus - COSEM.
Relatório do ano de 2012 - COSEM	Atividades desenvolvidas pela COSEM
Relatório do ano de 2013 - COSEM	Atividades desenvolvidas pela COSEM

Quadro 7 – Documentos oficiais relacionados aos museus paranaenses.

Fonte: Elaboração da autora.

Os documentos oficiais, bem como as legislações, são resultados de diversos interesses e podem representar o discurso de um determinado segmento, ou então um campo:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por ele produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2012, p. 69)

Conforme explica Bourdieu, é preciso considerar que esta produção está envolta de conflitos, interesses e lutas. Há que se ponderar também que os textos são produzidos a partir da intenção dos agentes.

Reduzir os agentes ao papel de executantes, vítimas ou cúmplices, de uma política inscrita na Essência dos aparelhos, é permitir-nos deduzir a existência da Essência, ler as condutas na descrição dos aparelhos e, ao mesmo tempo, fugir à observação das práticas e identificar a pesquisa com a leitura de discursos encarados como matrizes reais da prática. (BOURDIEU, 2012, p. 77)

No que diz respeito às leis e órgãos referentes aos museus, como já percebido no decorrer do texto, há uma disputa e uma construção a partir de um cotidiano acadêmico e da militância da comunidade envolvida com a temática, as quais dão origem ao teor da documentação elencada acima. A seguir, demonstra-se a prática presente nos museus dos Campos Gerais, diante da teoria proposta nos documentos.

3.2. Os Museus: apresentação e contextualização

3.2.1. Campos Gerais e Paraná Tradicional

Esses Campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária, surgem aqui e ali nas baixadas (Sant-Hilaire).

O povoamento dos Campos Gerais se dá a partir das concessões das sesmarias a ricos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá.

Num levantamento procedido em 1772, das fazendas do Paraná, foram recenseadas vinte nove grandes fazendas, desde o rio Pitangui, hoje município de Ponta Grossa, até o rio Itararé. Ressalta nesse documento que alguns possuidores o eram de muitas fazendas, ao mesmo tempo (MACHADO; BALHANA, 1968, p. 30-31).

Há a formação de uma estrutura agrária, não somente composta por grandes latifúndios, mas também com pequenas propriedades, portanto a denominada “sociedade campeira”.

Entregues à vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam historicamente, vivendo numa região que se constituiu em “zona de passagem”, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham, sobretudo, costumes de gaúchos (MACHADO, BALHANA, 1968, p.38).

A economia desenvolvida nas fazendas se deu a partir da subsistência e do comércio de gado. As atividades dos trabalhadores consistiam na moagem de trigo, no artesanato do couro, na criação de pequenos rebanhos de ovelhas e produção de laticínios. No entanto, neste período, a principal atividade econômica dos Campos Gerais é a pecuária, com o criatório e a invernagem do gado trazido do Sul.

Maria Julieta Weber Cordova (2009), apresenta em sua pesquisa sobre a produção intelectual paranaense, em especial nos trechos sobre Brasil Pinheiro Machado, o qual escreve sobre os Campos Gerais, que “embora as famílias fazendeiras constituíssem a ‘parte socialmente mais importante dessas cidades’ e nas quais exerciam o seu poder político, somente habitavam tais cidades durante um pequeno período do ano” (p. 206), ou seja, passavam a maior parte do tempo em suas fazendas. A autora destaca ainda que “eram essas famílias fazendeiras as que detinham as grandes fortunas da província e que representavam o poder político local” (p.206).

Obtida a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, que passam a exercer o poder político da Província, principalmente através da liderança das famílias fazendeiras dos Marcondes e dos Araújo. De fato, a liderança política exercida pelos fazendeiros se processa sob a forma de oligarquias. (MACHADO;BALHANA, 1968 IN CORDOVA, 2009, p.207).

Carmencita de Hollebem Mello Ditzel (2007), em sua pesquisa sobre o integralismo nos Campos Gerais, escreve que:

Desse grupo dos primeiros sesmeiros, originaram-se diversas famílias que constituíram aquilo que a historiografia regional denomina "elite campeira". Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a história política de Ponta Grossa foi marcada pela presença de personagens que se originam nas famílias Taques, Villela, Batista, Ribas, Guimarães, Rosas, Almeida, entre outras. (p.28).

Sendo assim, considera-se o Tropeirismo um importante ponto em comum desta história de formação dos Campos Gerais e isto é refletido nos museus aqui apresentados. Entre as sete cidades pesquisadas, cinco contam sua história a partir do pouso de tropeiros, são elas: Castro, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Palmeira e Jaguariaíva. Em Tibagi há um destaque para a mineração e em Telêmaco Borba, que emancipou de Tibagi em 1964, tem sua história fortemente atrelada às Indústrias Klabin. Entretanto, em todos os museus pesquisados, inclusive, nestes últimos encontra-se acervo relacionado ao ciclo tropeiro.

Pode-se considerar então que há um discurso padrão, aceito e disseminado em todas as instituições da região dos Campos Gerais. Dialogando com Bourdieu, identifica-se nas exposições dos museus pesquisados uma dominação simbólica através da temática "Tropeirismo", bem como um *habitus* comum entre todos estes espaços. Entretanto, essa "unanimidade" não se dá gratuitamente ou surge sem conflitos ou intenções, segundo Bourdieu (2012):

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou internacionais) da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo. (p. 124)

A questão posta aqui não é para desvalorizar ou desconsiderar o Tropeirismo como um fator importante de formação da identidade nos Campos Gerais, entretanto alerta-se que muitas vezes outras identidades ou outras vozes podem não serem ouvidas.

3.1.2. Os Museus

Para a realização da pesquisa foram realizadas sete entrevistas com representantes das sete instituições propostas. Através do contato com a administração dos museus verificou-se a necessidade de solicitar um representante para participar da entrevista, a própria instituição indicou quem estaria apto a colaborar. A proposta inicial era entrevistar os gestores, ou seja, os diretores dos espaços, entretanto nem todos os espaços possuem esse cargo, na realidade, de fato, nenhum dos sete participantes. Funcionários que ocupam outros cargos oficialmente acabam assumindo a responsabilidade pelo espaço ou em alguns casos optou-se pelo funcionário com mais tempo de atuação na instituição. As entrevistas aconteceram pessoalmente com cinco representantes, apenas Tibagi e Piraí do Sul responderam as questões e por meio de correspondência eletrônica.

Abaixo a apresentação destes espaços:

a) Museu do Tropeiro – Castro

O Museu do Tropeiro completou em janeiro de 2014 37 anos de existência¹⁵. Por iniciativa da professora Judith Carneiro de Mello a proposta era criar um museu histórico da cidade. Neste período iniciou-se a restauração da sede com o acompanhamento do Departamento Histórico e Artístico do Paraná vinculado à, até este momento, Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, sendo o arquiteto responsável pelas obras Sergio Todeschini Alves.

O prédio original foi construído no século XVIII, possui traços da arquitetura colonial e foi escolhido por ser a casa mais antiga na cidade. O imóvel é tombado

¹⁵ As informações sobre as sete instituições foram colhidas durante as entrevistas.

pelo Conselho Estadual do Patrimônio através Lei nº 1211 de 06 de setembro de 1953. Adquirido pela Prefeitura Municipal de Castro em junho de 1975 na gestão do prefeito Lauro Lopes, a casa foi destinada para sediar o Museu do Tropeiro cuja criação se deu pela aprovação dos projetos de lei nº 17/1975 e nº 72/1975.

Durante o processo de pesquisa para instalação do Museu, o professor Newton Carneiro, então membro do Conselho do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, sugeriu que devido às origens do município se instalasse em Castro um museu temático, o primeiro museu sobre o tropeirismo do Brasil. O IPHAN participou diretamente na instalação do Museu do Tropeiro através de Alfredo Rusins, assessor de Renato Soeiro, então presidente do Instituto. A inauguração do Museu ocorreu no dia 20 de janeiro de 1977. A professora Judith ficou a frente do museu da data de inauguração até o ano de 2007, quando faleceu.

Atualmente o imóvel sofre as consequências da ação do tempo e da falta de manutenção, com inúmeras goteiras, buracos no assoalho e até o reboco de uma parede desmoronou. Para salvaguardar o acervo, as instalações do MT foram transferidas para outro imóvel. O prédio original, presente inclusive em uma aquarela de Debret intitulada “lapó” (1827), aguarda o restauro que será financiado pelo poder público. Obras emergenciais do telhado serão realizadas com recursos da Prefeitura Municipal e o restante aguarda aprovação e repasse de verbas do Governo do Estado.

Além de um espaço de exposição de longa duração há sob a guarda do Museu documentos e livros dedicados à pesquisa sobre o tropeirismo, história de Castro ou ainda história do Paraná.

Um aspecto interessante é a existência de uma Associação de Amigos, composta por pessoas da comunidade que auxiliam nas atividades, agilizando algumas questões de compras de material, por exemplo, que caso dependesse da prefeitura demoraria algum tempo devido à necessidade de licitações e outros trâmites burocráticos.

Em relação ao público, pode-se dizer que em sua maioria é o público escolar, mas a instituição recebe visitantes de todo o Brasil e do exterior, além dos visitantes locais. Segundo os três últimos relatórios a média de público anual é de aproximadamente 13.000 visitantes.

O Museu do Tropeiro possui ainda uma Seccional, a exposição Casa da Sinhara. O objetivo do ambiente é retratar a vida da mulher castrense no período do tropeirismo. Pensado para ser uma exposição de curta duração foi inaugurado em 2004 e completou 10 anos em 2014. A comunidade apreciou e se identificou, cobrando a permanência da exposição.

IMAGEM 02 – Prédio original do Museu do Tropeiro



Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro.

IMAGEM 02 – Exposição do Museu do Tropeiro no atual prédio



Fonte: Prefeitura Municipal de Castro, foto de divulgação.

b) Museu Campos Gerais - Ponta Grossa

Em Ponta Grossa não existe um museu sob a administração municipal como nas outras cidades que participam da pesquisa, o Museu Campos Gerais é administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, portanto está sob a administração pública, mas é vinculado ao governo do Estado do Paraná.

Atualmente encontra-se instalado no prédio do antigo Banco do Estado do Paraná, o Banestado, desde 2003, quando o acervo foi retirado do prédio original para a realização de uma restauração, que teve início apenas no ano de 2014. Este prédio abrigou o fórum da cidade por volta de 1928 até 1982, e a partir de 1983 recebeu em suas instalações o MCG.

A proposta de criação do museu é da década de 1940 e surgiu a partir da iniciativa de profissionais liberais que participavam do Centro Cultural Euclides da Cunha¹⁶, no início da década de 1960 o museu ainda não possuía uma sede própria e ocupou algumas salas onde hoje é a Universidade Estadual de Ponta Grossa. O

¹⁶ O Centro Cultural Euclides da Cunha era um clube literário, criado em 1947 por Faris Antonio Salomão Michaele.

Centro Cultural confiou o acervo à, então, Faculdade Filosofia Ciências e Letras, mais especificamente para o curso de História. No início da década de 1980 o prédio do antigo Fórum pertencente ao governo do Estado do Paraná foi doado para a Universidade com o compromisso de que este espaço sediaria atividades culturais.

Além do acervo de objetos tridimensionais em exposição ou acondicionados na reserva técnica, o museu conta com um setor de pesquisa bastante diversificado, com acervo de periódicos, livros, documentos e iconografias. As atuais instalações do MCG não são consideradas ideais, afinal o prédio foi construído para ser um banco e a documentação é acondicionada de acordo com as condições existentes. O prédio sofre com problemas de goteiras e umidade.

O projeto de restauração do prédio original que contará com condições ideais para o setor de pesquisas e acessibilidade aos seus visitantes e pesquisadores (o que não ocorre no prédio atual) está em andamento. Algumas etapas da restauração já estão sendo concluídas. O recurso para o projeto é fruto das leis de incentivo à cultura do governo federal.

IMAGEM 03 – Faixada restaurada do prédio original do Museu Campos Gerais.



Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais.

IMAGEM 04 – Exposição do Museu Campos Gerais no atual prédio



Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais.

c) Museu Histórico e Geográfico de Palmeira Dr. Astrogildo de Freitas

A instituição é fruto da iniciativa de militares que chegam ao município de Palmeira com a instalação de uma unidade do exército na década de 1970. A proposta era criar um museu para ocupar o solar do conselheiro imperial Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, uma construção de 1850. O prédio abrigava na época o jardim de infância do município, o qual seria transferido devido à restrição do espaço físico. Em 1977 a câmara de vereadores de Palmeira aprovou a lei de criação do museu e no ano seguinte houve a inauguração.

No período entre 1988 e 1992 o museu ficou sem uma pessoa responsável, sabe-se que a escola da banda municipal ocupou as instalações e neste período de 1988 a 1995 há uma lacuna. O acervo foi composto por doações da comunidade e não possuem documentação. Há alguns anos o museu possui apenas uma funcionária, que atua como diretora, além de uma auxiliar de serviços gerais e

alguns estagiários. A instituição possui também um acervo bibliográfico e um acervo documental como fotografias, recortes de jornais, entre outros.

O público, em sua maioria, são crianças estudantes de escolas municipais. O número varia entre 300 a 400 pessoas ao mês. Há uma grande procura também por parte de pesquisadores de graduação e pós-graduação.

IMAGEM 05 – Faixada do Museu Histórico e Geográfico de Palmeira Dr. Astrogildo de Freitas



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Palmeira Dr. Astrogildo de Freitas.

IMAGEM 06 – Parte da exposição do Museu Astrogildo de Freitas



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Palmeira Dr. Astrogildo de Freitas.

d) Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo - Jaguariaíva

A origem de um espaço museal no município se dá com a criação de um Museu Ferroviário em meados de 2005 quando a antiga estação Ferroviária passou a ser sede da Prefeitura municipal. O acervo que estava sob a posse da estação foi transferido para o Palacete do Conde Francisco Matarazzo, entretanto o espaço funcionou durante pouco tempo devido à questões administrativas do poder executivo. Em 2007, através da Lei Municipal nº 1731/2007, foi criado o Museu, porém sem ações efetivas para viabiliza-lo. A gestão que assumiu em 2009 se deparou com um acervo em péssimo estado de conservação e buscou a reabertura do Museu. Houve concurso público para Historiador e Museólogo ainda em 2009 e no ano seguinte, em 2010, o museu foi de fato implantado com a exposição fotográfica “O Trabalho das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo em Jaguariaíva”.

A instituição é, portanto, muito recente, se comparada as anteriores, entretanto apresenta uma característica que é considerada um avanço dentro do campo da museologia, existe no quadro da prefeitura dois cargos que não aparecem em outros municípios: historiador e museólogo. Ou seja, há a possibilidade de contar com profissionais especializados. Embora o cargo de museólogo esteja vago, desde 2011, aguardando um novo concurso. O Museu não possui um (a) diretor (a) específico (a) e a instituição conta com dois historiadores, um concursado e outro em cargo de comissão.

IMAGEM 07 - Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

IMAGEM 08 – Parte da exposição do Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo



Fonte: Museu Histórico Municipal Conde Francisco Matarazzo.

e) Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior de Tibagi

Em Tibagi o museu foi organizado em 1985 com a colaboração da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O processo de criação do museu é peculiar, pois grande parte das peças foram coletadas a partir de uma gincana cultural em que a comunidade resgatou objetos para compor o acervo. (DINIZ; MEDRONI, 2006 p. 129).

A inauguração aconteceu no dia 03 de abril de 1987, desde então o Museu funciona no mesmo prédio cedido pelo Governo do Estado do Paraná. O prédio foi construído na década de 1940 e assim como o do MCG, sua função foi abrigar o fórum da cidade até o ano de 1983. O prédio é conservado conforme suas características originais.

O acervo é composto por peças originais e a instituição não possui uma reserva técnica, ou seja, praticamente todo o acervo está em exposição. Esta é organizada a partir de salas temáticas, entre elas: sala do garimpo, usos e costumes indígenas, arte-sacra, sala de fotografias. A sala com o maior destaque faz referência ao garimpo, entre os anos 1912 e 1945 mineradores de várias regiões do Brasil trabalharam na região em busca de ouro e pedras preciosas.

Segundo os últimos relatórios da COSEM, disponíveis no site do órgão, o Museu de Tibagi foi a única instituição, entre os museus pesquisados, a receber uma exposição itinerante organizada pelo Museu Paranaense e com o apoio da COSEM. A exposição “Guerra do Contestado” ficou à disposição entre os meses de agosto a outubro de 2013.

Atualmente o Museu possui três funcionários: o responsável que tem curso técnico em museologia e graduação em Gestão Pública, uma auxiliar de serviços gerais e um guardião, além de uma estagiária da área de história.

IMAGEM 09 – Faixada do Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior de Tibagi



Fonte: Acervo da autora

IMAGEM 10 – Parte da exposição do Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior



Fonte: Acervo da autora

f) Museu Histórico Municipal de Telêmaco Borba

Criado por lei em 1975, o Museu de Histórico Municipal de Telêmaco Borba só foi inaugurado oficialmente em 17 de março de 1994. Estas foram informações obtidas através de documentos encontrados durante pesquisa no Museu. Hoje este espaço não possui funcionários próprios, sendo assim, houve dificuldades para levantar informações sobre histórico da instituição.

O município de Telêmaco Borba traz uma questão que é fundamental para a pesquisa, pois no ano de 2009 sediou o 7º Encontro Estadual de Museus, promovido pela COSEM. O evento contou com a participação de boa parte das instituições do Estado, foram oferecidos cursos e oficinas além de palestras e discussões a respeito da museologia no Paraná e em outros estados. Na ocasião o acervo estava aberto ao público dividindo espaço com a Biblioteca Pública Municipal. Durante o evento foi produzido um documento intitulado “Carta de Telêmaco Borba”, que entre outros assuntos, solicitava apoio ao Museu.

Atualmente a instituição ocupa o mesmo prédio, entretanto, em uma sala específica, ainda no 2º andar da chamada da Casa da Cultura, compartilhando o espaço com a biblioteca e com a sede da Seção de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Recreação. O acervo é composto por doações, com utensílios domésticos, objetos utilizados no garimpo, objetos indígenas e, ainda, objetos de trabalho em diversas áreas de atuação.

Reitera-se que o museu não possui funcionários específicos, há uma funcionária da biblioteca que realiza também atividades no museu, como organização das peças e atendimento ao público. Portanto, a instituição recebe visitação sob o agendamento, entretanto pode-se considerar que ela não está aberta ao público, afinal a sala fica com as portas fechadas e não há indicações ou divulgação de que ali existe um museu.

IMAGEM 11 – Exposição do Museu Histórico de Telêmaco Borba



Fonte: Acervo da autora

IMAGEM 12 – Exposição do Museu Histórico de Telêmaco Borba



Fonte: Acervo da autora.

g) Museu Municipal Ricardo Martins Szesz Filho

Criado por lei no ano de 1994, a instituição só foi aberta ao público em 1998, o Museu esteve situado em dois endereços diferentes antes de ocupar a atual sede há dois anos. Segundo o responsável, é a partir de então que a instituição começa a se adequar às normas museológicas, como catalogação das peças, por exemplo.

O atual prédio foi construído em 1915 e foi sede da Prefeitura Municipal até o ano de 1963. Abrigou também a Delegacia de Polícia, Conselho Tutelar e Biblioteca Pública Municipal, e hoje também conserva suas características originais.

O acervo é composto por doações da comunidade e consiste em utensílios domésticos, objetos de trabalho, fotografias, entre outros. Há um espaço destinado às exposições temporárias organizadas pela Secretaria de Turismo, a qual é responsável pelo espaço.

A instituição é a única que já recebeu verbas por editais do IBRAM, o valor recebido é de R\$ 10 mil pela elaboração de projeto para aquisição de equipamentos

e reparos de suas dependências. Este dinheiro estava disponível já no final do ano de 2014. Portanto, é importante ressaltar que este é único espaço a se beneficiar diretamente com ações de apoio financeiro do IBRAM.

IMAGEM 13 – Faixada do Museu Municipal Ricardo Martins Szesz Filho



Fonte: Acervo da autora

de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2007, p. 72-73).

Para auxiliar na compreensão dos dados levantados, busca-se também a comparação entre as instituições aqui analisadas, pois se considera que:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p.01)

Ponderando as especificidades dos museus analisados é estabelecida a comparação entre a origem e o local das instituições, entre as atividades desenvolvidas, entre a organização e a administração dos museus e ainda como as políticas públicas são reconhecidas nestes espaços.

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107)

Esta pesquisa exploratória se propõe em apresentar e construir uma análise a respeito dos museus públicos dos Campos Gerais, a fim de compreender como se dá a institucionalização da memória nesta região, investigando e comparando a prática entre estes espaços e também destes com a prática museológica contemporânea proposta através das políticas públicas. Estabelecendo estas comparações e contextualizando suas semelhanças e diferenças, busca-se a identificação das lutas simbólicas envolvidas nestes processos e a compreensão de um *habitus* neste campo cultural.

A noção de *habitus*, tal como é encontrada em Aristóteles ou São Tomás – ou, além deles, em pessoas tão diferentes como Husserl, Mauss, Durkheim ou Weber – acaba exprimindo algo muito importante: os “sujeitos” sociais não são espíritos instantâneos. Ou, dito por outras palavras, para

compreender o que alguém vai fazer, não basta conhecer o estímulo; existe, no nível central, um sistema de disposições, ou seja, coisas que existem em estado virtual e vão manifestar-se em relação a uma situação. Eis o processo, em grandes traços. Trata-se de um debate extremamente complicado, mas a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais. (BOURDIEU, 2011, p. 58)

3.4. Patrimônio: tempo ou origem?

As fontes indicam que dos sete museus já analisados, três surgiram a partir da iniciativa da sociedade e não do poder público. O Museu do Tropeiro surge a partir da iniciativa de uma professora, em Palmeira é uma ação de militares e o Museu Campos Gerais é pensado por membros de um clube cultural. O apoio do poder executivo municipal no caso dos dois primeiros e da Universidade no terceiro que acontece após a iniciativa da comunidade em preservar a história local.

Um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p.19).

A orientação sobre patrimônio aparece no segundo princípio da PNM: “valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-as como unidades de valor estratégico nos diferentes processos indenitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local”. Quando perguntados sobre o conceito de patrimônio, os entrevistados apresentam opiniões semelhantes. Patrimônio aparece como algo que deve ser preservado, perpetuado como herança, além de remeter a uma comunidade, um grupo.

Palmeira: São bens que as pessoas bem acondicionam, preservam para que elas permaneçam. Uma coisa patrimoniada é uma coisa para existir por uma vida muito, muito, muito longa, para que se deixe de geração em geração.

Ponta Grossa: é patrimônio aquilo que é deixado de herança para outro. Então pensando dentro da lógica de uma comunidade aquilo que é representativo para um grupo de pessoas, para uma comunidade e que eles deixam de herança para outros. Esse patrimônio pode ter uma característica material, palpável, quanto imaterial, então músicas, danças, culinária, ditos, jeito de falar, ou seja, aquilo que compõe a identidade de um grupo. Esse grupo pode ser em pequeno número ou uma

representatividade um pouco maior. Então vamos pensar em patrimônio comunitário, a “Feirinha do São José” para os habitantes do São José¹⁷, pode ter uma representatividade maior, então o “ade”¹⁸ aqui de Ponta Grossa, ou seja, é uma expressão idiomática que caracteriza não só o pontagrossense, mas boa parte dos habitantes da região dos Campos Gerais, então é um patrimônio imaterial, mas com alcance regional e paulatinamente existem também outros patrimônios que tem um alcance muito maior e que são representativos daí de comunidades maiores, então patrimônio nacional e um patrimônio mundial.

Jaguariaíva: Eu entendo patrimônio por todo aquele objeto, aquela instituição, aquele documento que conta uma história e que nós deveríamos preservar.

Castro: Entendo que patrimônio são todos os bens materiais e imateriais que refletem a identidade de um determinado grupo. Assim, o patrimônio contempla as edificações, os objetos, as artes, a língua, os saberes, os costumes, a memória social, etc.

Tibagi: Patrimônio representa para a sociedade, um bem histórico, que por várias épocas foi de grande importância artística, cultural ou religiosa.

Telêmaco Borba: Nesse sentido que nós conversamos é o histórico, a história, né?! Da cidade, das pessoas.... Nós trabalhamos muito com esta questão. É um objetivo nosso trazer à baila a história do município. O nosso município é muito novo, nós só temos 50 anos. Então a nossa história anda muito com a cidade vizinha de Tibagi, então as histórias mais antigas, os moradores mais antigos... a história nossa é a de Tibagi. Nós estamos criando agora a nossa história.

Piraí do Sul: É uma coisa herdada que pode ser enriquecida para ser transmitida.

Para Marques (2013), o sentido de pertencimento a uma localidade sofre influência direta das políticas patrimoniais implementadas.

O património fala do Homem e da sua história, ajuda a construir memórias, a reforçar uma inscrição num tempo longo e a estabelecer elos identitários, revelando simultaneamente a própria alteridade que o tempo produz; por outro lado, a sua relação com a sua temporalidade remete-o para uma relação de pertença, com raízes no território, e para a construção de um discurso identitário (MARQUES, 2013, p.239).

Considera-se patrimônio uma categoria para esta análise. Patrimônio é definido pelo dicionário como: “herança paterna, bens de família, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico, quaisquer bens materiais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade” (MICHAELIS, 1998). Deste modo, a origem da palavra é intimamente ligada ao termo herança, o qual também aparece na fala dos entrevistados. Desta categoria, pode-se retirar das falas duas características e opiniões que geram conflito: tempo e relevância.

Em relação ao tempo, destaca-se nos trechos acima a ideia de que o tempo equivale à história, ou seja, quanto mais antigo, mais história. Mesmo entre os

¹⁷ São José é um bairro da cidade de Ponta Grossa.

¹⁸ “Ade”: gíria local que tem sentido de dúvida, equivale a “de verdade?”, “mesmo?”

historiadores existe resistência quando se trata da história do tempo presente. Um pressuposto muito evidenciado é o distanciamento para a análise histórica, herança de Leopold Van Ranke, historiador do século XIX, e de sua escola metódica. Mesmo com a “superação” destes conceitos, através das críticas construídas pela Escola dos Annales¹⁹, há na academia e fora dela a concepção de que só é história o que passou há muito tempo. Entretanto, a história do tempo presente é um campo que cresce na produção historiográfica, pode se citar como exemplo as pesquisas de Eric Hobsbawm²⁰.

Para a Nova Museologia, o tempo também é repensado, afinal não é apenas porque um objeto foi produzido há muito tempo que ele deve estar no Museu. Aliás, é importante ressaltar que existem diversos museus sem acervo tridimensionais. Um exemplo é o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, a língua é um patrimônio que existe há muitos anos, entretanto ela é atual e construída no cotidiano.

Essa questão do tempo é evidenciada principalmente na fala da representante do Museu de Telêmaco Borba, “o nosso município é muito novo”, “nós estamos construindo agora a nossa história”. Sendo assim, justificaria os motivos pelos quais o museu não possui visibilidade ou nem está disponível ao público, o pouco tempo de emancipação justificaria a dificuldade em preservar o patrimônio.

No que diz respeito à relevância, existem dois pontos evidenciados nas falas. As representantes de Ponta Grossa e de Castro consideram patrimônio eventos do cotidiano, como língua e costumes, dialogando assim com a Nova Museologia. Entretanto, nas outras falas é possível perceber que a conotação que se dá a patrimônio é de algo considerado relevante, importante, ou seja, um fato excepcional. É senso comum que o que está guardado no museu é patrimônio. A questão é: o que de fato está em exposição nestes museus?

Excluindo o Museu do Tropeiro, que se propõe a ser um museu temático, os outros espaços se apresentam como guardiões da história de todo um município, ou então, como o Museu Campos Gerais, de toda uma região. Estes espaços salvaguardam bens culturais significativos para todos os cidadãos de sua comunidade ou apenas para parte dela?

¹⁹ Sobre Ranke e a escola metódica e a Escola dos Annales ver REIS, José Carlos. A HISTÓRIA: entre a filosofia e a ciência. Ática – São Paulo, 1999.

²⁰ A era dos extremos - O breve século XX (1995, Cia. Das Letras); Tempos interessantes - Uma vida no século XX (2002, Cia das Letras); Revolucionários - Ensaio contemporâneos (2003, Paz e Terra), entre outras.

Estes são questionamentos que estão contemplados nos primeiros dois princípios da PNM, posto que o primeiro prevê o “estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do uso dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais”, enquanto que o segundo, como visto anteriormente, busca a valorização do patrimônio e vê o mesmo como fator estratégico em relação aos processos identitários.

Fundar e manter um museu também pode ser considerada uma política de patrimônio, afinal o museu se apresenta como um espaço que perpetua, guarda e expõe o que determinada comunidade ou determinados indivíduos julgam patrimônio. A partir do momento que um objeto se torna acervo de um museu ele torna-se também patrimônio. Nos museus estudados, tornam-se ainda patrimônios públicos por pertencerem a instituições públicas. Portanto, objetos que são de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

Em relação ao espaço que ocupam, seis instituições têm como sede de origem um prédio considerado histórico, ou seja, também reconhecidos como patrimônio. Quatro deles são tombados pelo Conselho do Patrimônio Estadual. Entretanto, estes locais não foram devidamente preservados sofrendo com a ação do tempo e falta de manutenção. Atualmente o MT está em outro espaço, a casa atual aguarda o restauro. O MCG também está em outra sede, mas o restauro do prédio original já teve início. O MHP funciona no prédio original convivendo com goteiras e infiltrações. E ainda o MHJ mesmo sendo o mais recente também possui problemas na estrutura como goteiras, infiltrações e infestações de insetos. O MHT está no mesmo prédio desde sua fundação, há 32 anos, a estrutura encontra-se em boas condições. Segundo a publicação Museus do Paraná (2006) quando da sua criação o MHP ocupou uma casa construída em 1904, quando o proprietário a solicitou, houve a mudança para um prédio provisório até a restauração do atual prédio, que está também em boas condições. Já o MHTB tem um perfil diverso dos outros espaços, por se encontrar um prédio considerado moderno.

A questão do prédio é relevante, pois representa também a identidade da própria instituição e o patrimônio arquitetônico ou edificado é identificado mais facilmente como tal. No MCG, por exemplo, mesmo funcionando há quase 10 anos em outro local, a logomarca da instituição é a imagem do prédio original. Nas

entrevistas percebe-se que na questão “histórico da instituição” há sempre a ênfase sobre o prédio. Em vários casos as edificações recebem destaque durante as falas, ou por ser propriedade de um personagem ilustre: Conde Matarazzo em Jaguariaíva ou o Jesuíno Marcondes em Palmeira, ou por ser imponente, simbolizar o Estado e com localização privilegiada como o Antigo Fórum em Ponta Grossa, como é também o caso de Tibagi e Piraí do Sul, ou então ser a construção mais antiga da cidade e aparecer em uma aquarela de Debret²¹ em Castro.

Palmeira: Na década de 1970 nós tivemos aqui em Palmeira a vinda de uma unidade do exército, esses militares que chegam aqui no final da década de 1970, eles vão dar, assim, um impulso nas questões de cultura; então foi por iniciativa de um Major chamado Dutra em contato com o prefeito da época Batista Querubim Celeste eles têm a ideia de criar um museu neste solar onde estamos. O solar do Conselheiro Imperial Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá uma construção de 1850 por aí. Aqui funcionava o jardim de infância no município, como ele estava pequeno para funcionar o jardim eles então estudam a possibilidade de viabilizar a criação do museu nesse espaço onde morou uma das personalidades mais importantes do Estado do Paraná o palmeirense Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá que por conta da proclamação da república ele vai se exilar na Suíça e vai morrer só em 1903. E este solar ficou abandonado. Na década de 1970 ele foi reformado e aí em 1977 a Câmara de Vereadores de Palmeira aprovou a lei de criação do museu com o intuito, digamos assim, de preservar a cultura e à memória do povo palmeirense. Então em 1978 no dia 7 de abril, que é aniversário do município, numa solenidade, foi inaugurado o Museu Histórico de Palmeira.

Ponta Grossa: No início da década de 1960 o MCG não tinha uma sede própria né, específica, ainda vinculado ao Centro Cultural, então ele ocupou algumas salas da Universidade e num certo momento ele ocupou o porão da concha acústica ali na Praça Barão do Rio Branco. Então no começo dos anos 1960 essa concha acústica estava com alguns problemas e automaticamente o acervo que estava guardado lá também, então o Centro Cultural deixou sobre responsabilidade da então Faculdade Filosofia Ciências e Letras, mais especificamente para o curso de História que atualmente fica no Bloco B da Universidade (...) Quando a Universidade foi criada, ou seja, na virada de 1969 para 1970 é que a gente tem a oficialização da doação desse acervo para a Universidade. Esse acervo que até então estava sob responsabilidade da Faculdade, como a Faculdade junto com outras acabou resultando na criação da UEPG esse acervo foi doado para a Universidade, mas assim, sem arrolamento de peças, quantidade peças, nada. Da onde que eu sei de tudo isso? De históricos sem autoria, sem datação, do próprio MCG. Então, acredito eu, que apenas tudo na base na história oral, sem registro de fontes, sem registro de autoria do texto, sem registro de datação. Então acaba sendo aquela história informal. Isso nessa virada, daí sim esse acervo vai ser guardado em salas e nos corredores do bloco B aqui no Campus Central. Então quando eu fiz a minha graduação no final da década de 1980, me formei em 1990 a coleção do Felipe Justos em certos momentos, ela ficava no corredor, nos corredores do Bloco B e algumas salas na parte de paleontologia, da parte de etnografia ficavam nas salas no Bloco B. Até que em 1983 o MCG ganhou uma sede própria. No início da década de 80 o fórum de Ponta Grossa, o prédio que comportava o fórum.

Jaguariaíva: O museu hoje ocupa um espaço que antes abrigava a casa da família Matarazzo em Jaguariaíva, mais tarde depois casa de família. Lá era de uma empresa e essa empresa doou o terreno em 2002 para a prefeitura municipal. Em 2007 foi criado o museu, mas instituído somente em 2010. Onde teve a abertura dele com exposição a respeito da família Matarazzo em Jaguariaíva. (...) nós temos lá na verdade essa exposição que é permanente, que fala da família Matarazzo, mesmo porque o nome do museu é o nome da família.

Castro: Um museu que resguardasse os atributos de identidade desta cidade, fazia parte dos planos da professora Judith Carneiro de Mello desde o início dos anos 1970. Seu objetivo inicialmente era de

²¹ Aquarela de Jean Jaques Debret intitulada “lapó” de 1827.

fazer um museu histórico, porém sem limitação de assunto ou época. A proposta de criar uma instituição com ênfase no Tropeirismo, veio do historiador paranaense e amigo pessoal de Judith, Prof. Newton Carneiro, que via neste tema o cerne da história de Castro. Em 1976, a iniciativa ganhou apoio do governo municipal e o então Prefeito Lauro Lopes fundou através de Lei Municipal o Museu do Tropeiro e adquiriu um imóvel histórico para sediá-lo. Após as obras de restauro do referido prédio, o Museu foi inaugurado em janeiro de 1977.

Em Telêmaco Borba, mesmo o Museu sendo criado por lei em 1975, ele só foi inaugurado em 1994 e permanece no mesmo prédio desde então. Tibagi e Piraí possuem prédios imponentes, entretanto nestes três espaços os entrevistados não forneceram mais informações sobre o prédio, além das que já foram citados nesta pesquisa.

3.4. Guardião da memória *versus* espaço de cidadania

Como apresentando anteriormente, segundo a definição do ICOM, o museu é uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade que atua através da conservação, pesquisa e exposição de testemunhos materiais, com viés educativo ou para o lazer.

Através das análises dos documentos levantados para pesquisa, considerando a nova museologia, acredita-se que o museu é também um espaço de acesso à cultura, ao direito à memória e, portanto, um espaço de cidadania. Contudo, apesar de em algumas falas não apresentarem tal aspecto de maneira direta, indiretamente pode-se observar estas características nos seguintes trechos:

Palmeira: O museu numa concepção muito simples nada mais é do que o guardião da memória. Quando nós recebemos alunos aqui hoje os professores palmeirenses eles quando já fazem a prévia de trazer os alunos no museu eles já explicam né. A gente já conseguiu doutrinar isso museu não é lugar de coisa velha museu é um espaço é um lugar de coisas históricas então uma determinada peça ela não precisa ser velha para se tornar histórica. Então às vezes as pessoas dizem 'Nossa! Mas tal coisa já está no museu' então eu brinco com as crianças e digo assim para estar contemplado no museu basta ser histórico, não importa o período em que aquilo foi produzido porque de repente uma peça construída um artefato constituído resquício da população constituído hoje ele pode não parecer histórico mas no futuro ele vai ser eu não tenho que guardar no museu só as coisas dos 800 início dos 900 então essa concepção de que é museu é o guardião da memória e não necessariamente coisas velhas .

Ponta Grossa: O museu é uma das instituições que tem como função, como objetivo a guarda deste patrimônio e que pode ser dentro destas caracterizações que eu falei para você, material ou imaterial de alcance regional, no alcance local, no alcance nacional. Então o museu ele tem essa função né, ele se baseia em um tripé que é a guarda, que é a organização, a catalogação, conservação e

automaticamente a exposição. Ou seja, nesse tripé guarda, conservação e exposição é que o museu se estrutura. Obviamente que em cada um destes pés deste tripé ocorrem desmembramentos, subdivisões para outras atividades, mas o museu tem essa função. O que que ele vai guardar? O que ele vai conservar? Como é que ele vai expor? Aí depende da identidade de cada museu.

Jaguariaíva: Museu é um lugar de memória, em especial eu falo no caso do que eu trabalho que é o museu histórico então através dele a gente passa informações relevantes à população especialmente na história da cidade de Jaguariaíva.

Castro: mas para mim, falando de maneira prática, Museu é a instituição que guarda e preserva a memória, ao mesmo tempo que a difunde como forma de resguardá-la ainda mais. Levando ao conhecimento da sociedade sua própria herança, os museus desempenham o importante papel de educação e compreensão da diversidade de ideias, da relativização dos valores éticos, culturais, etc.

Tibagi: Instituição aberta ao público que conserva, investiga e expõe para sociedade a história de uma população, seus costumes e tradições.

Telêmaco Borba: Seria o lugar que você guarda.... Não é guardar, né?! Na verdade, teria que ser um lugar adequado, né?! Para que você tivesse essas coisas, esses trabalhos, essas fotos, enfim toda essa história em exposição para que as pessoas pudessem vir, as que não conhecem chegar a conhecer essa história.

Piraí do Sul: São bens culturais de uso público.

De maneira geral, a principal a função destacada em todas as falas é a guarda. Portanto, guarda se constitui como uma outra categoria para análise. O museu como “guardião da memória”. É interessante observar que este é um conceito tradicional e unânime, tradicional aqui não corresponde a ultrapassado e nem se apresenta como pejorativo, afinal o museu é sim uma instituição de guarda. Todavia, o que se busca na pesquisa é compreender se estes locais são vistos como depósito de velharias ou se como sugere o IBRAM são “pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes” (IBRAM, 2009).

Para exemplificar essa ideia de museu como algo estagnado e “empoeirado” no senso comum, cita-se aqui uma ocorrência recente e de repercussão nacional. Uma empresa farmacêutica publicou em sua rede social uma peça publicitária com os seguintes dizeres: *Quem fica parado no tempo é museu – eu vou em frente*. O IBRAM publicou um comunicado em 4 de julho de 2014 direcionado a empresa com o seguinte conteúdo:

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – órgão federal responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor, como aumento de visitação dos museus, construção de políticas públicas e criação de ações integradas entre os museus brasileiros – considera que a peça publicitária publicada no último dia 27 de junho, na rede social Facebook pelo analgésico Anador, da indústria Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica, tem cunho inadequado, cumprindo um desserviço para a cultura brasileira. A peça com os dizeres “Quem fica parado no tempo é museu – eu vou em frente”, e com setas para trás,

remete à ideia de retrocesso. Conceitos incorretos e desatualizados que podem ser rebatidos por frequentadores das mais de três mil instituições museológicas e pelo próprio Estatuto de Museus - Lei 11.904/2009. (...) Cada vez mais os museus cumprem papel fundamental no meio social, político, econômico e, principalmente, educacional e cultural. Pode-se perceber, ao se visitar museus físicos e virtuais, ou mesmo Pontos de Memória – que valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social –, que seus acervos são memórias vivas e, ainda, manifestações atualizadas de seus artistas, sempre em troca com o público. Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento, assim como, caso haja interesse, o agendamento de visita a qualquer um dos museus da rede Ibram para que conheçam a vitalidade dos museus brasileiros (IBRAM, 2014).²²

Esse episódio representa significativamente o que se busca discutir nesta pesquisa. Por mais que teoricamente a Nova Museologia já se faz presente dentro dos espaços acadêmicos, ela ainda não aparece nos espaços burocráticos e também não se efetiva nas instituições. No Brasil, é partir de 2003, com o início da construção da Política Nacional de Museus que as instituições começam a ser mapeadas através do Cadastro Nacional de Museus e iniciar um diálogo sobre museologia contemporânea na prática das instituições, ao menos no que diz respeito às grandes instituições localizadas nos grandes centros.

A representante do MCG destaca questionamentos fundamentais para compreensão destes espaços de memória: “o que que ele vai guardar? O que ele vai conservar? Como é que ele vai expor? ”. Cada instituição possui também sua própria identidade, definindo qual a história dever ser preservada e narrada através das suas exposições.

Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e, particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1993, p. 05).

A PNM apresenta os espaços museais como instituições estratégicas em relação aos processos identitários, e aqui observa-se também a orientação do terceiro princípio da PNM o qual diz que é preciso proporcionar o “desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do

²² Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/Comunicado_Anador.pdf

povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização”.

Ou seja, a memória preservada nas exposições dos museus pesquisados, os objetos que estão sob a guarda das instituições, correspondem, em grande medida, a memória de grupos específicos. Encontra-se em todos os espaços, imagem de homens bem-sucedidos, objetos de políticos, médicos, tropeiros, entre outros. Contudo, inúmeras peças remetem ao passado do cotidiano de cidadãos anônimos, mas aproximar toda a comunidade desses espaços é um exercício que depende de cada instituição. Um exemplo é a exposição que remete a moda, no MCG, os objetos expostos pertenceram a uma estilista de alta costura, em Ponta Grossa o nome desta estilista remete imediatamente a quem tinha maior poder aquisitivo e poderia ter acesso ao seu trabalho. Todavia, independente de condição social a moda atinge a vários outros segmentos da sociedade. Mas ainda assim essa aproximação é um desafio.

Desafio este, contemplado também entre os sete princípios da PNM, são eles o 4º e o 5º, respectivamente:

4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural. (BRASIL, 2003).

Entretanto, o que se encontra nos municípios pesquisados é uma realidade distante destas orientações. Nos museus de Telêmaco Borba e Palmeira encontram-se galerias de prefeitos, além de móveis ou objetos que pertenceram a homens que exerceram cargos políticos; no Museu do Tropeiro há dois quadros com imagens, ambos também destacados por seu grande poder aquisitivo e sobrenomes de “tradição”²³, ainda no Museu Campos Gerais, além da estilista Dilma Ozorio, há exposições de personalidades como o médico Candido de Mello Neto e a poetisa Leonilda Hilgemberg Justos. Em Piraí do Sul há uma sala “Famílias Tradicionais” onde se encontram louças e fotografias de eventos sociais; em Jaguariaíva a

²³ Felisbino Bueno e Manoel Inácio Canto e Silva

homenagem iniciada pelo nome do Museu ao próprio Conde Matarazzo e também às indústrias Matarazzo, ou seja, evidenciam uma família reconhecida também por fazer parte de uma elite, não só paranaense, mas que se estende a outros estados do Brasil, principalmente São Paulo. E por fim, em Tibagi há também um grande destaque ao Desembargador Edmundo Mercer, com a exposição de objetos pessoais e familiares, além de também possuir salas com fotografias de “pessoas ilustres”.

Propostas completamente diferentes, por exemplo, dos ecomuseus ou museus comunitários, conceito sugerido pela Nova Museologia a partir da década de 1970 e também previsto na PNM, em que o preceito consiste na participação efetiva de uma comunidade na concepção e em todas as atividades do museu. Um exemplo é o Museu da Maré, localizado na Favela da Maré no Rio de Janeiro²⁴. Um museu que reconstitui as casas em palafitas utilizadas pelos moradores quando do início da ocupação na Maré. Nesse caso, o museu atua como fator essencial para a consolidação da dignidade social desses moradores enquanto sujeitos, muitas vezes privados de diversos outros direitos, mas que também preservam suas memórias e reafirmam suas identidades.

Estas ações tornam-se viáveis através do incentivo das políticas públicas:

As ações de política pública no domínio da cultura que contemplam, hoje, noções de preservação e proteção das referências culturais implicam, progressivamente, a aceitação da cultura como: elemento gerador de projetos, de novas ações e de empregos; elemento que potencia o entendimento do presente; bem de mérito; veículo de coesão; instrumento para o exercício pleno da cidadania; fator de competitividade; e fator de afirmação das comunidades no exterior (construção e reafirmação de identidades) (PRIMO, 2006, p.90).

Desde 2007, o DEMU, após 2009 o IBRAM, propõe aos museus uma atividade, um evento que se denomina Primavera dos Museus, esta atividade sugere às instituições que debatam, organizem exposições, realizem ações com determinado tema. No ano de 2013 o tema proposto foi *Museus, Memória e Cultura Afro-brasileira*. Qual a referência afro-brasileira que se encontra nos museus dos Campos Gerais?

²⁴ Ver CHAGAS, M. ABREU, R. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, nº3, IPHAN: Rio de Janeiro, 2007, p.130-152.

A história do Paraná é marcada pela construção de um ideal branco. Cordova (2009), em sua tese de doutoramento, traz esta questão analisando os discursos de intelectuais paranaenses, segundo os quais, diferente de outras regiões do país, o Paraná não teria sofrido influência dos negros e dos indígenas, evidenciada na expressão “macha loira do sul do Brasil”. A autora escreve que durante a comemoração do Centenário da Emancipação do Estado houve diversas manifestações durante as festividades, inclusive um desfile cívico realizado em Curitiba no ano de 1953. Neste desfile, “dentre as etnias participantes da Festa da Emancipação, não se registrou espaço nem para a cultura negra, nem para a índia” (CORDOVA, 2009, p. 145).

Bento Munhoz da Rocha Netto, intelectual paranaense e governador do estado neste período do centenário (1951-1955), considerava que:

A contribuição do índio é minguada como a do negro, pois a ausência de cultura extensiva e intensiva nos tempos da colônia – a pecuária foi nessa época a grande atividade – não exigiu a importação do braço escravo, na mesma intensidade que nas zonas onde se estabeleceu, por primeiro, o eixo da economia brasileira (ROCHA NETTO, 1995, p. 146).

Contrariando estas ideias, especificamente sobre a presença dos negros nos Campos Gerais, faz-se referência às pesquisas do historiador Ilton Cesar Martins²⁵, as quais tem como fonte basilar a documentação criminal de Castro, principal localidade desta região até o século XIX. Martins traz os números levantados por Cecília Westphalen em suas produções sobre a história do Paraná:

No período em que o tropeirismo encontrava-se consolidado, já com regular comércio de tropas na feira de Sorocaba, no ano de 1836, a presença escrava na região atingiu sua maior proporção. Para uma população de 10.857 pessoas a presença escrava correspondia a 27,5%, totalizando 2.986 escravos. Já para o ano de 1854, logo após a criação da Província, a população total da região dos Campos Gerais alcançava 22.187 pessoas, sendo que 5.121 eram escravos, o que correspondia a 23,1% (MARTINS, 2011, p.57).

Portanto, não se pode ignorar a presença e influência da cultura africana na região e no estado. Dando continuidade ao questionamento acima, quais os

²⁵ Martins, Ilton Cesar. Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853- 1888). Curitiba, 2011, 250p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná; _____, VEREDICTO CULPADO :a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888). Curitiba, 2005, 151p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Paraná.

elementos materiais encontrados nos museus dos Campos Gerais? Em Castro, cidade onde esta presença está evidenciada nos documentos oficiais, há em exposição uma gargalheira, a qual prendia os escravos pelo pescoço e objetos de trabalho como o pilão. Sabe-se que apesar de o museu ser temático, desde o princípio de sua criação a instituição apoia toda e qualquer iniciativa de preservação na memória da cidade, mesmo não estando relacionada ao tema diretamente.

Para desenvolver a temática proposta pelo IBRAM, houve contato com a comunidade a fim de organizar uma exposição sobre outro aspecto da cultura afro que não estivesse relacionado à escravidão, buscou-se informações e fotografias sobre o Clube Campo Gerias, um clube social organizado e frequentado pela comunidade afrodescendente²⁶. Houve envolvimento da comunidade através de ex-associados e também com as comunidades quilombolas do município. Sem a proposta da Primavera dificilmente seria realizado algo nesse sentido. Posto que há uma resistência em considerar a influência do negro na construção social e cultural do município.

Observa-se então, que neste caso, o 7º princípio da PNM está sendo colocado em prática. Pois prevê o “respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes de acordo com as suas especificidades e diversidades”. Entretanto, ainda sobre a 7ª Primavera de Museus, levantamos que o Museu Campos Gerais, por exemplo, não realizou atividades por não possuir qualquer elemento referente à cultura afro.

3.5. Museu e sociedade

As instituições pesquisadas configuram-se enquanto espaços que preservam a história local. Durante as entrevistas expressões como “história de Castro”, “história de Palmeira”, “história de Jaguariaíva”, “história do município”, aparecem com frequência, a não ser no caso de Ponta Grossa, onde se busca uma história regional, mas vale ressaltar que o acervo é essencialmente composto de objetos de origem pontagrossense.

Ao questionarmos qual é a representatividade da instituição para o município em que ele se encontra, obtiveram-se respostas convergentes, principalmente das

²⁶ Sobre Clubes Sociais Negros ver ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio em potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Santa Maria, 2010. Universidade Federal de Santa Maria.

três instituições com maior tempo de atuação. Apesar de existirem outros espaços de memória nestas localidades, essas instituições são reconhecidas, por determinados grupos, especialmente em espaços acadêmicos, como principais locais de preservação e centros de pesquisas sobre história local de seus respectivos municípios. Entretanto, em Ponta Grossa e Jaguariaíva há o relato de que a representatividade diante da comunidade em geral é pequena.

Palmeira: Com toda a deficiência técnica funcional que museu tem nós nos constituímos hoje como principal centro de pesquisa o principal centro de memória. Dado que em Palmeira nós não temos casa da memória, nós não temos um arquivo público devidamente instaurado, então o museu com as coletâneas históricas que a gente fez nós temos duas categorias de visita: têm as visitas contemplativas aquele povo que vem para visitar o museu, para conhecer, para admirar e tal; e grande público que nós temos aqui são pesquisadores. Então neste espaço aqui que eu chamo de espaço administrativo e que também é a nossa biblioteca, nós temos aqui cerca de 3.000 volumes direcionados para a história, primando pela história regional e pela história local. Então nós temos aqui desde o aluno que está se alfabetizando e está estudando os símbolos de Palmeira até os que estão em mestrado e doutorado quando Palmeira, digamos assim, é tema de pesquisa é aqui que eles vão encontrar fontes, é aqui que eles vão encontrar referências. Então para mim como coordenadora isso para mim é o que dá mais vida para nossa instituição, poder ajudar, digamos assim, nessa parte de pesquisa.

Ponta Grossa: Bom, quando a gente começa a estudar a os museus, a história dos museus e principalmente a conceituação contemporânea de museus, você vê que os museus eles são criados com um objetivo, com uma missão, uma finalidade. O que de uma certa forma esclarece a identidade dessa instituição. Então pensando assim o MCG quando foi criado lá na década de 1940 a proposta de seus criadores era que ele retratasse essa memória material da região dos Campos Gerais, no entanto quando a gente vê efetivamente o acervo que está guardado aqui no MCG, você vê que ele é essencialmente um museu local. Ele trata, muito mais, por mais que ele seja um museu eclético, ou seja, ele não é apenas um museu histórico, nós temos outras coleções que eu caracterizo como um acervo eclético. Ele não trata só, não trata o que ele deveria tratar, não trata dos Campos Gerais, ele trata mais essencialmente de Ponta Grossa. Sendo assim eu vejo que ele tem uma importância, mesmo porque ele está vinculado a uma instituição universitária, nós estamos mais detalhadamente vinculados a uma Pró-Reitoria de Extensão, ou seja, uma atividade voltada para a comunidade. Ele tem uma importância considerável, mas tem uma representatividade pequena, ou seja, enquanto uma atividade extensionista você consegue trabalhar e principalmente a partir de 2009 para cá, a ideia, a tentativa de trabalhar essa lógica Ponta Grossa - Campos Gerais eu tentei cada vez aprofundar mais, ou seja, para que o MCG não fosse um museu de Ponta Grossa, as exposições, principalmente as exposições de longa duração algumas delas, na realidade grande parte delas conseguem ter uma vinculação com a ideia de Campos Gerais por mais que os objetos sejam objetos conseguidos pela comunidade de Ponta Grossa, então a questão do tropeirismo, a presença da moda, a questão da música e das bandas e orquestras existentes, a presença dos pracinhas, a participação dos pracinhas na 2ª guerra mundial, a presença dos imigrantes. Então são exposições de longa duração que todas essas cinco temáticas são comuns a qualquer cidade dos Campos Gerais. Obvio que esses objetos que estão aqui foram conseguidos em Ponta Grossa raríssimos foram conseguidos em outras regiões, por outro lado, você vê que o museu então que por mais que ele tenha uma importância enquanto local de preservação de memória material local ele tem uma baixa representatividade e principalmente de reconhecimento, ou seja, o percentual da população pontagrossense que sabe da existência, que já visitou e que sabe onde fica, inclusive, o MCG ela é pequena, por mais que nós tenhamos cada vez mais buscado o auxílio da mídia, participação da mídia, nas redes sociais, ou seja, o auxílio sempre que possível com as escolas, ainda nós temos um baixo alcance.

Jaguariaíva: Por ser recente ainda a abertura do museu, faz só quatro anos que ele está aberto, ainda é meio lento, as pessoas já têm conhecimento, a gente também leva isso através de ações que

a gente faz com os Colégios, com as escolas municipais, com as escolas particulares. Mas a participação da comunidade ainda é um pouco pequena. A maioria do nosso público é escolar. Aí através desse público escolar aí as famílias acabam se interessando em ir lá conhecer. O nosso maior público na verdade é em período de natal, onde a instituição faz a exposição natalina aí atrai bastante atenção, mas quanto à instituição museu ainda é bem pequena.

Castro: O Museu do Tropeiro é a primeira e mais tradicional instituição museológica do município. Décadas após sua fundação surgiram outros museus, como o da Imigração Holandesa, da Imigração Alemã, do Quartel, e da Maçonaria, porém funcionam com voluntariado e mantêm basicamente espaços de exposição, abertos ao público sob agendamento. Desta maneira, a população de Castro identifica o Museu do Tropeiro como o Museu da cidade, seja pela sua longevidade, seja por constituir um Museu público, ou seja, pela sua atuação junto à comunidade.

Tibagi: é um espaço que representa para sociedade conhecer a nossa história o passado da Cidade de Tibagi.

Telêmaco Borba: Como eu disse e reforço do ano passado para cá nós temos tentado fazer um trabalho com o museu, nós temos convidado escolas, as escolas trazem as crianças para essa visita no museu. Uma visita monitorada, geralmente a professora agrega essa visita ao que ela está passando, estudando com os alunos o que é importante porque ele está estudando e ele está vendo, principalmente a história né. Então nós temos feito esse trabalho. Temos divulgado um pouco, porque um pouco? A gente nem pode divulgar tanto porque a estrutura dele, o espaço dele é muito pequeno, então se você faz uma campanha imensa, a gente não vai conseguir receber todas essas pessoas, não dá conta mesmo.

Piraí do Sul: A comunidade se beneficia do Museu culturalmente através das exposições temporárias e o turista através das exposições permanentes que contam a história do município

Para saber o que a instituição representa e como ela é vista pela comunidade seria necessária uma pesquisa com o público, aos moldes da análise de Bourdieu sobre os museus de arte na Europa, já citada neste texto. Esta é uma hipótese de continuidade desta pesquisa, saber qual a representatividade destes espaços perante o público, conhecer a opinião e os sujeitos que usufruem estes museus dos Campos Gerais, a partir do seu próprio ponto de vista.

Globalmente, entende-se por público o conjunto de usuários de um serviço. No caso dos museus, os usuários são todos aqueles que utilizam um serviço posto à disposição pela instituição museu. Assim, o público dos museus corresponde não só aos visitantes (pessoas que entram ou entraram no museu), mas também a parcela daqueles que, de alguma maneira, sem uma relação presencial no museu, usufruíram dos serviços ou bens por ele disponibilizados (p. e. encomenda de livros ou outros materiais por catálogo, visitas às exposições itinerantes, destinatários de ações pedagógicas levadas a efeito nas escolas...) (MOREIRA, 2007, p 101).

Independente da questão da representatividade perante o público, as instituições se apresentam enquanto espaços de memória coletiva. Segundo Halbwachs (1990) a memória é construída coletivamente. O autor não acredita em

uma memória estritamente individual, “a memória individual pode ser entendida, então, como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.p.291). Para ele a memória coletiva é uma articulação de lembranças, “uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.291) resultado de um determinado grupo social. “A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.293).

A memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Ou seja, tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura. Desta forma, a memória coletiva apresenta-se como a solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica, como algo que cura as feridas do passado (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 293).

Os museus históricos, como instituições de memória, são capazes de articular e compartilhar essas lembranças e, portanto, são pontes fundamentais nestes processos de construção e afirmação das identidades, por meio desta memória que é construída coletivamente.

As instituições aqui investigadas, com exceção de Jaguariaíva e Telêmaco Borba que é construída a partir do interesse de um poder estabelecido, surgem de iniciativas da comunidade, entretanto, de setores e grupos específicos, os quais fazem parte de uma elite intelectual. No entanto, as instituições se consolidaram, afinal três delas estão ativas há mais de 30 anos. E um ponto de crucial atenção é que todas são administradas e mantidas pelo poder público, ou seja, verbas públicas. Portanto é necessário compreender quais atividades e qual o retorno que estas instituições trazem para a sociedade.

Palmeira: nós temos uma prática de desenvolver exposições temáticas temporárias, então dentro da missão do nosso museu que é preservar e manter a cultura e a história do povo palmeirense nós trabalhamos, iconizamos, pinçamos, vários temas que podem estar contemplados até, como, por exemplo, uma das últimas exposições que a gente fez que foi muito bem repercutida que foi o centenário da imigração japonesa no Brasil, então você pega macro e vai fazendo os desdobramentos até chegar nos imigrantes japoneses em Palmeira. Outra exposição que a gente já trabalhou, que a gente trabalha, por exemplo, o Tropeirismo até chegar nos tropeiros, 2ª Guerra Mundial até chegar na atuação dos palmeirenses e isso repercute muito bem, a gente faz isso de forma didática, todas, se não todas, quase todas as escolas do município tanto as municipais, quanto as estaduais visitam. A gente faz aí uma divulgação mínima, mas a gente tem uma adesão de público

muito positiva em relação às exposições temporárias e são essas exposições que trazem as pessoas outras vezes ao museu, porque se você tiver só a exposição permanente, então a pessoa viu aquela exposição e a partir do momento que você pega até uma peça do museu que está em exposição permanente você contextualiza ela numa outra história a visão é diferente. As exposições temporárias acontecem aqui mesmo no museu na sala central, onde nós fazemos essas exposições, e elas variam dependendo da sua temática de 6 meses a 1 ano de duração e a gente não pode estar fazendo muitas porque envolve toda uma questão de pesquisa, de logística e a parte financeira.

Ponta Grossa: Primeiro a guarda, ou seja, os objetos doados eles são guardados, não digo de forma ideal, mas minimamente conservados. Estão catalogados, muitos deles estão em processo de catalogação, nós não temos a catalogação completa do nosso acervo, ou seja, a gente tem objeto aqui e tem demora para dar esse retorno para o pesquisador, está guardado aqui, mas não tem uma disponibilidade na hora do retorno (...). Então primeiro a guarda e isso querendo ou não tem impacto da comunidade, pelo fato da instituição estar vinculada a uma Universidade a uma instituição de ensino superior. Segundo o processo de catalogação você querendo ou não dá um retorno para a comunidade, uma forma desse retorno é o próprio site do MCG. Então coleções de documentos que nós já conseguimos catalogar na íntegra e disponibilizamos no site, nós estamos tendo busca não só da comunidade local e não é nem da comunidade regional, nós temos buscas de pesquisadores de outros estados.(...) Bom, aí no tripé ainda pensando guarda, conservação, exposição aí sim se efetiva mais o retorno para comunidade, ou seja, a partir do momento que você desenvolve atividade para uma comunidade escolar, de escolas públicas, Ensino Fundamental e Ensino Médio, particulares ou instituições de ensino superior em que você apresenta um discurso, que é o discurso específico do museu, ou seja, um trabalho de monitoria você também está retornando para a comunidade. Então para isso essa monitoria ela está muito vinculada a identidade da instituição se é uma instituição de alcance regional essa fala não pode ser só uma fala local ela tem que ser uma fala de alcance regional, então a questão do tropeirismo é regional, a moda ela é regional, a música ela é regional, os pracinhas alcance regional, os imigrantes sem sombra de dúvida um alcance regional. Então isso daí a gente sempre acaba alcançando a comunidade, mas não é somente esse público escolar. Então por exemplo a gente tem uma série de outros públicos diferenciados que também vem ao museu, tem os paciente do CAPS²⁷ que com uma certa regularidade, que eu digo assim, uma vez a cada dois meses, vem os grupos nos visitar e o museu na realidade ele não tem uma função educativa nesse contexto, ele tem uma função terapêutica, ou seja, os psicólogos, os assistentes sociais os que vão trabalhar com os pacientes do CAPS, eles trabalham essa visita como uma função terapêutica, então o museu passa a ter outra característica. Nós já recebemos públicos como grupos de terceira idade e que aqui o museu ele passa a ser um espaço essencialmente de memória, não de memória identitária de algo que você não vivenciou, mas que você ouviu falar, mas de algo que você viveu, que você utilizou, que você assistiu, que você presenciou, então daí é um contexto também diferente “ah, no meu tempo era assim” então uma leitura diferenciada da leitura feita por um aluno que vem para conhecer algo que é uma tecnologia passada, que é uma prática de vivência passada que ele não viveu e que seu ancestrais falaram, diferente de um grupo de terceira idade. E já tivemos, foi uma única experiência, mas nós já tivemos atendimento a menores infratores, ou seja, o museu foi fechado, era horário de expediente normal, com os profissionais da casa de detenção e a gente teve monitoria normal para um grupo de menores infratores, ou seja, o museu ele tem uma série de atividades.

Jaguariaíva: Já realizamos ações educativas com crianças do 5º ano, com todos os 5º anos, a gente inclui aí escolas municipais e particulares. Todas vão ao museu conhecem a história da instituição todas as exposições que nós realizamos. Outra ação que a gente também faz lá é com o Ensino Fundamental 2, que são os adolescentes, a gente realiza com os 9º anos, também com escolas estaduais e particulares, onde mesma coisa, eles conhecem a instituição do museu também. Eu acho que com isso a gente já está ganhando muito, porque eu acho que o nosso ponto de partida realmente são os jovens, que a partir deles é que a gente vai criar uma identidade para esse pessoal já dentro de Jaguariaíva como museu. Então a gente já pensa desde o início, em já criar isso nas crianças, esse gosto pela visita, o conhecimento histórico, a pesquisa, tudo através dessa visita de uma forma prazerosa para as crianças, não deixa nada pesado, na verdade acaba sendo uma aula divertida para eles e eles acabam retornando geralmente com a família por conta disso.

Castro: O Museu mantém dois espaços com exposições de longa duração, Tropeirismo e Exposição da Casa de Sinhara, abertos ao público em geral, oferecendo visitas guiadas individuais ou para grupos. A partir da inauguração da expografia do Tropeirismo em 1977, porém, Judith Carneiro de Mello, procurou constituir no Museu um acervo documental e bibliográfico e que agora, décadas depois representa um centro de referência para pesquisas sobre Tropeirismo e história do Paraná, sendo o Museu muito procurado por estudantes e pesquisadores para esta finalidade. Além disso, o Museu atua na divulgação da história do Tropeirismo através de eventos que promove ou que participa, como palestras, seminários, encontros, projetos culturais de outras instituições, exposições em outros locais, etc.

Tibagi: O museu participa da Semana Nacional dos Museus, Primavera dos Museus, colaboração com o site da Prefeitura de Tibagi "Coluna Aconteceu" com acontecimentos e fotos históricas.

Telêmaco Borba: Oferece as visitas monitoradas, essa funcionaria ou um de nos acompanha a professora, e como a gente tem todo o material catalogado, identificado, fica mais fácil para poder trabalhar

Piraí do Sul: Exposições culturais temporárias e trocas culturais (concursos).

A categoria elencada, a partir destas falas, é a ação educativa, pois é principal atividade apontada nas entrevistas. Esse não é o termo utilizado por todos os profissionais, entretanto o conceito é bastante frequente no campo da museologia. A ação educativa “não se trata de uma simples ação de apresentação de objetos em uma exposição, mas sim, desenvolver o material trabalhado como fonte de informação” (RODRIGUES, 2010, p.220).²⁸ Ou seja, é a monitoria e o acompanhamento durante a visita, todos os museus oferecem este acompanhamento, principalmente quando o público é escolar.

O MCG cita outros grupos, além dos escolares, e traz perspectivas que ilustram as questões já apresentadas sobre função social dos museus. Grupos de terceira idade, menores infratores ou pessoas atendidas pelo CAPS, são grupos que, apesar de não aparecerem na fala das outras instituições, também fazem parte do público dos outros espaços. A museóloga Judite Primo (2006) considera que as novas perspectivas da museologia podem ser entendidas como um caminho para que os museus ampliem suas funções, atuando como “instrumento cultural a serviço da sociedade” (p.91). As práticas museológicas não devem se ater apenas as coleções e nem apenas a lógica da visitação.

Uma museologia criada à revelia dos objetos herdados e, nesse sentido, mais livre para tratar das questões relacionadas com o mundo em que vivemos, ou seja, da museologia de intervenção que ajude a sustentar,

²⁸ Sobre ação educativa desenvolvida no Museu do Tropeiro ver: MAYER, M. Museus e educação: a experiência do Museu do Tropeiro e as escolas rurais de Castro-PR. **VI Congresso Internacional de História**. ISSN 2175-4446. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/404_trabalho.pdf

eventualmente, uma política cultural preocupada com as transformações de um mundo que se confronta com o processo de globalização (p.91).

A potencialidade educativa dos museus é latente, o desafio é propor ações educativas para a construção de consciência crítica e não apenas reprodução de conhecimento. “O museu, ainda que, em complementariedade aos espaços formais de aprendizagem, promovem hoje uma aprendizagem social do conhecimento” (NASCIMENTO, 2013, p. 234). O museu é um local de educação ou educativo, todavia é também um local de lazer, de encantamento, capaz de provocar reflexões e construir conhecimentos.

3.6. Dificuldades convergentes

O 6º princípio da PNM, o qual prevê o “incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização”, talvez seja o princípio que mais aparece na fala dos gestores e no cotidiano dos espaços. Ou melhor, a falta destas ações. Ainda sobre as atividades que os museus desenvolvem para comunidade, houve também o relato a respeito da dificuldade de realiza-las.

Palmeira: Do ponto de vista do que que nós precisaríamos fazer mais, nossa muita coisa, hoje a gente sabe que nos novos conceitos de museus, o museu não é essa instituição inerte, parada, fica apenas no lugar ela precisa ir além, precisa interagir com a comunidade nesse quesito de interação com a comunidade, nos interagimos muito pouco ainda. Eu queria, tenho assim planos de fazer, por exemplo, exposições itinerantes de repente a mesma exposição temporária que faço aqui no museu eu queria levar para os bancos, os espaços culturais das casas bancárias queria levar para outras instituições, queria levar para outros lugares, algumas das coisas que nos impedem é justamente o patrocínio para isso e a própria falta de recursos humanos, a falta de recursos humanos às vezes não é nem de investimento de patrocínio desta ou daquela exposição, é recursos humanos mesmo. Então a gente tem uma deficiência logística e de recursos humanos, a gente precisaria transportar, eu precisaria de monitores, eu precisaria de gente para estar atendendo e daí ou eu fecho o Museu ou vou atender uma exposição temporária fora do local. Então ainda falta essa interação com a comunidade, você pode observar que as nossas dependências físicas né elas precisam ser readequadas para a questão da museologia, nós, por exemplo, não temos climatização, nós não temos nem na questão do plano de preservação nós temos aqui 24 janelas que não estão isufilmada, então você tem que estar atendendo de acordo com o sol para proteger, para não entrar. Então nós também não temos o Plano Museológico. Precisaria de gente com capacitação para cuidar da reserva técnica, então, assim, o Museu ele funciona nesse ponto assim mais ou menos, precisaria de muito investimento ainda na questão física e na questão logística. Nós precisaríamos de guardião, tem muito problema aqui de muitas coisas que não podem estar expostas por conta de vandalismo, então se nós somos apenas duas pessoas para atender, infelizmente nós estamos nas mãos de vândalos que nos roubam acervo, que nos estragam acervo sabe, então precisava de guardião, precisava equipar o museu sabe? De recursos humanos para a gente digamos assim, estar atuando de uma forma que a museologia merece e que propõe para os dias de hoje e por falta de recursos humanos há uma grande bronca da comunidade que o museu não abre nos sábados e domingos e

feriados. Porque aí nós não daríamos conta de trabalhar de segunda a segunda, não que a gente não tenha vontade de fazer isso, mas você não vai poder trabalhar direto então a comunidade nos cobra isso(...) E a gente vê assim que o segmento cultura parece que não está muito preocupado com isso, está muito conformado digamos assim “ah, nós já temos o museu”, então o museu já está lá pronto, sabe, a gente não encontra, eu pelo menos ao longo dessa minha trajetória aqui não encontrei as autoridades digamos assim, concretamente, abraçando o museu como um ícone importante da cultura que precisa ser dinamizado, que precisa ter investimento, e se conformam apenas com o fato de dizer “o museu já existe”. Existe uma preocupação muito maior, agora nessa gestão pelo viés do turismo (...). Qual que seria o primeiro roteiro turístico de Palmeira para você mostrar para o visitante: o museu histórico, então daí ele aparece. Hoje eu estou recebendo um maior apoio, digamos assim, estou vendo uma luz no fim do túnel muito mais pelo viés do turismo do que pelo viés da cultura. Até porque o turismo a gente sabe que tem muito mais orçamento do que a própria cultura, então nós estamos abraçando essa ideia pelo viés do turismo para revitalizar o espaço, de repente para a contratação de monitores para o final de semana, então para atender essa demanda.

Ponta Grossa: Seria interessante que nós tivéssemos, e essa foi uma solicitação que eu fiz para algumas das chapas concorrentes a reitoria, que o museu estivesse na mesma condição que outros museus universitários das nossas coirmãs, principalmente da UEM e da UEL, porque os museus históricos, vamos pensar assim porque elas, as outras universidades tem outras categorias de museus, a UEPG só tem institucionalizado o MCG, sem institucionalização existem outros museus dentro da universidade, mas com título de museu só nós. E na UEM e na UEL os museus ou estão vinculados direto ao gabinete da reitoria ou estão vinculados direto ao gabinete do Pró-reitor de Extensão. Isso dá uma autonomia muito maior do que a nossa, nós não temos autonomia. Qualquer coisa que nós venhamos a pedir nós temos que fazer todo um caminho burocrático que trava violentamente desde a compra de materiais básicos para a conservação ou para a montagem de uma nova exposição. Então nós somos completamente amarrados a questão burocrática e orçamentaria da universidade isso é muito difícil, por mais que nós não tenhamos verbas como outros museus, um exemplo bem delirante né Oscar Niemeyer o próprio Museu Paranaense, nós não temos verba nenhuma e isso amarra qualquer atividade cultural. O MCG não possui um orçamento, não possui dotação orçamentarias dentro da Universidade.

Jaguariaíva: Agora quanto a fazer, eu acho que poderia melhorar muito o nosso acervo lá, como eu falei, trata-se daquele problema da falta de verbas. Esse é o grande empecilho que a gente tem no momento, porque a gente tem, embora seja pequeno, a gente tem recursos humanos a gente conta com a participação na disponibilização de transporte para levar essas pessoas até mesmo porque o nosso museu é um pouco afastado, ele fica na beira de uma rodovia então isso também nos atrapalha um pouco, a falta de público grande. Mas o que realmente nos atrapalha é a falta de verba. Quando nós tivemos nossa primeira exposição, quando se deu a abertura do museu, nos contávamos com uma museóloga, só que infelizmente ela era de uma região longe da nossa e teve que ir embora. Foi chamada uma outra pessoa que também era do Rio de Janeiro e também preferiu não ficar. E nessa agora nós estamos esperando um novo concurso, porque é um profissional que nos faz falta também lá.

Castro: Acredito que o Museu cumpre bem a sua finalidade de estar a serviço da comunidade e também conta com ela para desenvolver este objetivo. Entretanto, uma dificuldade é a falta de orçamento específico para a instituição. O que auxilia bastante no desenvolvimento das atividades é que no início dos anos 1990 Judith trabalhou para constituir uma Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, com o propósito de dar legitimidade e suporte ao museu perante à sociedade e aos órgãos regulamentadores. Através da Associação é possível desenvolver atividades específicas para o Museu.

Tibagi: A falta de espaço no Museu dificulta realizações de atividades.

Telêmaco Borba: O grande problema é estrutural, nós não temos um espaço, a ideia é que se faça, se construa um espaço adequado para o museu. E também temos pensado muito em museu virtual. Sabe, para, claro tudo é muito complicado, mas enfim, digitalizar os documentos, montar um museu, porque aí você tendo esse museu virtual a gente poderia chegar a muito mais pessoas até a gente poder resolver essa questão de estrutura porque é uma coisa que estamos pensando bastante.

Pirai do Sul: Há carência de mão de obra especializada (museólogo), além da falta de recursos financeiros para o bom desempenho do Museu.

Não somente por meio das entrevistas, mas também com base na observação destes espaços é possível identificar que existem diversas convergências no que diz respeito à atuação destas instituições. Excluindo o Museu Conde Francisco Matarazzo, todos os espaços ficaram durante anos sendo administrados por pessoas sem conhecimento técnico especializado, portanto é possível identificar as carências no que diz respeito à conservação e exposição. Há um discurso unânime também em relação à falta de investimento e isso se dá a partir dos recursos humanos, e se estende na falta de estrutura para melhor acondicionamento do acervo como móveis específicos, aparelhos para controle de temperatura e umidade, essenciais para a conservação dos objetos, entretanto não há também o conhecimento do que seria o certo ou esse conhecimento é superficial. Ou seja, não existem profissionais capazes de exigir ou de orientar os investimentos, quando possíveis. Mesmo o Museu Campos Gerais que está atrelado a uma instituição de ensino superior e a pessoa responsável possui conhecimento específico, bem como os estagiários estarem cursando uma graduação, ainda assim, a principal queixa apresentada é a falta de recursos humanos. O Museu Histórico Astrogildo de Freitas possuiu apenas uma funcionária durante mais de 5 anos, nesse caso, mesmo sendo técnica em museologia, não é possível diversificar as atividades. O Museu do Tropeiro, hoje é o que tem melhor estrutura em termos de recursos humanos, pois possui três historiadoras, entretanto historiador não é um cargo dentro do organograma da administração pública.

Em relação aos recursos humanos nos museus, considera-se que este é um espaço multidisciplinar e poderiam estar contemplados diferentes profissionais como: historiadores, museólogos, pedagogos, entre outros. Assim seria possível projetar todas as potencialidades dos espaços. “Os museus são, portanto, um lócus com grande potencial para experimentação do conhecimento interdisciplinar (tanto de sua construção como de sua fruição)” (CANDIDO, 2009, p.04).

Na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) surgiu a ideia traduzida como a de um museu integral. Entretanto, por não ser possível musealizar tudo, por serem indissociáveis memória, museu e seleção, a reflexão museológica internacional vem questionando este conceito e se aproximando do museu integrado, sugerido em 1992, em Caracas. Ao invés

da pretensão de totalidade, a viabilização da integração. No plano prático, esta posição conduz aos museus interdisciplinares devido à integração: entre diferentes vertentes patrimoniais – consequentemente de disciplinas e de profissionais; entre diversas atividades e setores das instituições museológicas; entre as comunidades e os museus (CANDIDO, 2009, p.05).

Para colocar em prática as propostas da nova museologia há a atuação de órgãos internacionais, nacionais e estaduais. Órgãos estes, que são diretamente responsáveis em pensar e propor ações que viabilizem políticas públicas em suas áreas de atuação.

Quando questionados sobre a atuação destes órgãos as respostas também foram semelhantes:

Palmeira: Eu conheço toda, todo não, em parte, desde que o Ibram era um departamento do IPHAN, acompanhei todo esse desmembramento, acompanhei a luta do pessoal da cultura para criar o Ibram. Conseguimos em 2008/2009 cadastrar o nosso museu no IBRAM, nós somos cadastrados. Mas não participamos da Semana Internacional de Museus justamente por falta de logística no museu. Há dois anos atrás nós fizemos uma exposição sobre o atnado e fez parte na Semana Internacional de Museus. Como nós não temos, digamos assim, no quadro o cargo de diretor, de pessoas capacitadas para isso, a gente não participa de capacitação, a gente não participa de reuniões, sabe? Nunca tem verba, nunca tem diária para que a gente possa se deslocar, por exemplo, para Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo. Muitas vezes eu fiz isso por vontade própria né, por estar na área, por gostar disso. Já estive em evento em Salvador, estive em evento em São Paulo por conta da questão museal, em Foz do Iguaçu, muito eventos em Curitiba por conta da museologia.

Ponta Grossa: ICOM só plano teórico, nunca cheguei a ter contatos maiores. O ICOM é um órgão internacional um Conselho Internacional de Museologia. Efetivamente o que faz, até onde eu sei somente discussões teóricas, o que eu quero dizer com isso, questão de organização, questão de preocupação de política internacional de preservação de patrimônios nacionais, com relação a preocupação de perda de patrimônio via tráfico, via roubo, internacional que isso apresente, mas eu além disso não tenho conhecimento.

Em relação a Política Nacional de museus eu tive oportunidade de participar, não trabalhando aqui no museu, mas trabalhando na Casa da Memória, com o lançamento do Cadastro de Museus, a primeira versão. Que hoje em dia se você for cadastrar uma instituição, você cadastra direto no site tem todo um banco de dados e tudo mais. Quando eu participava na Casa da Memória foi meu primeiro contato, desde receber um caderninho e ter que responder a mão o caderninho para poder enviar para a Fundação Cultural de Ponta Grossa, da fundação para a Secretaria Estadual de Cultura, da Secretaria para o Ministério da Cultura na época para o DEMU- Departamento de Museus, que ainda nem havia sido criado o Ibram e o Demu ainda pertencente ao IPHAN.(...) A distribuição de material bibliográfico, ou seja, a política ela começou a difundir uma discussão teórica que é uma discussão essencialmente acadêmica, mas a difundir para museus espalhados pelo Brasil como um todo. Ou seja, pelo menos umas três, quatro vezes no ano nós recebemos publicações, vindas do Museu Histórico Nacional, vindas do Museu de Astronomia e Ciências Afins, vindas do Museu do Índio, ou seja, dos museus federais que produzem e essa produção que fica exclusiva a um círculo muito restrito, com a Política Nacional de Museus, ela se ampliou consideravelmente. Lógico que muitos dos museus pequenos, principalmente museus municipais que estão esparramados pelo Brasil interior a fora, com orçamentos, quando existentes, mínimos na maior parte dos casos inexistentes, muitos desses não tem uma qualificação, não tem uma mão de obra qualificada, mas pelo menos eles já estão cadastrados, ou seja, o ministério já sabe que eles existem, ou seja, se for feito uma continuidade no trabalho junto com o Ministério do Turismo e com outras atividades, esse mapeamento permite uma, vamos dizer assim, um novo fronte de atividades inclusive de sustento, ou seja, com um alcance econômico considerável. Mesmo que ele tenha sido criado em 2009, atividades anteriores ao IBRAM, como a Semana de Museus, como a Primavera de Museus que haviam sido criadas pelo DEMU, são atividades que chegam não só ao MCG, mas a uma série de outros porque

isso a gente tem acompanhado pela própria publicação que foi feita agora a programação das semanas dos museus. Você vê que cada vez mais se não aumenta pelo menos algumas instituições sempre matem, ou seja, fazem questão de participar de uma programação de alcance nacional, ou seja, fazem questão de aproveitar essa discussão que se torna mais fácil na mídia, por exemplo, para demonstrar o seu acervo, para demonstrar as suas atividades, para demonstrar a riqueza que está presente dentro da instituição e que muitas vezes não é aproveitada. Por outro lado, o Ibram a partir do momento que cria o estatuto dos museus né, e cria toda uma legislação específica para isso, tenta, eu ainda acredito muito nessa parte, tenta normatizar e regularizar esse campo, por mais que 2002, 2003 para cá nós tenhamos tido a criação de mais de 10 cursos de museologia no Brasil, esparramados Brasil a fora no Paraná nós não temos nenhum. Mais perto que a gente tem é Santa Catarina e Rio Grande do Sul e em SC se não me falha a memória em uma particular, pública só no Rio Grande do Sul (...) Então a gente ainda tem carência de uma mão de obra específica para poder inclusive nas instituições museais regulariza-las. Então existe um estatuto do museu, existe o plano museológico, eu assumo eu não tenho capacitação técnica para isso. Até uma certa altura eu consigo responder, depois eu não consigo, eu preciso de auxílio, eu preciso de suporte e eu não tenho.

Jaguariaíva: ICOM muito pouco. Ibram sim, nós temos algum conhecimento, a gente até participa dos debates com eles e tudo mais. O livreto que eles sempre lançam na Semana de Museus a gente sempre participa também, mas assim também não é tão grande quanto gostaríamos que fosse.

Castro: Sei que o Conselho Internacional de Museus é uma entidade que foi criada logo após a 2ª Guerra Mundial, com o objetivo de proteger o patrimônio cultural em situações de risco. É uma organização vinculada à ONU e que se relaciona com instituições museológicas e seus profissionais no todo o mundo através de representações nacionais. O Instituto Nacional de Museus foi constituído recentemente, 2009, assumindo o papel que o IPHAN exercia até então junto aos museus. É o órgão que estabelece a Política Nacional de Museus, ou seja, as diretrizes para o desenvolvimento das instituições, a regulamentação e a articulação entre os museus do Brasil. A PNM, no entanto, criada em 2003, pouco refletiu, em minha opinião, no dia a dia dos museus nacionais. Os financiamentos, a capacitação humana e tecnológica que são programas da PNM são escassos e quase nunca atingem os pequenos museus.

Tibagi: Sim, apoio aos Museus. Política Nacional dos Museus visou a revitalização dos Museus. O museu de Tibagi faz parte do Ibram com atividades e projetos para o Museus.

Telêmaco Borba: O ano passado nós não fizemos (Semana de Museus do IBRAM), foi um ano bem atribulado. Como eu disse a gente está pensando, temos muitas ideias para o museu, muita coisa só que há que se ter um certo cuidado porque como eu disse se você faz alguma coisa muito grande você vai receber muitas pessoas e corre o risco as vezes de se perder um objeto alguma coisa do museu. Então há que se ter esse cuidado por causa da estrutura

Pirai do Sul: Através de lei que regulamentou a profissão de museólogo houve muitas promoções em prol da museologia. A criação do IBRAM veio fomentar a política de aquisição e preservação de acervos e a ligação entre os Museus brasileiros.

As sete instituições estão cadastradas no Cadastro Nacional de Museus, primeira exigência e primeiro passo para a participação no processo de acesso às políticas públicas. Inclusive este é um dever presente no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, legislação mais recente e que regulamenta a lei de criação do Ibram e instituiu o Estatuto de Museus, o qual determina também outros deveres das instituições museológicas no Brasil:

Art. 4º Compete aos museus, públicos e privados:

- I - registrar os atos de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção dos museus no órgão municipal, estadual, distrital, ou, na sua ausência, no IBRAM;
- II - inserir e manter atualizadas informações:
 - a) no Cadastro Nacional de Museus, quando cadastrados;
 - b) no Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos;
 - c) no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;
- III - manter atualizada documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;
- IV - garantir a conservação e segurança do seu acervo;
- V - garantir a acessibilidade universal;
- VI - formular, aprovar ou, quando for o caso, propor para aprovação da entidade a que se vincule sua política de aquisições e descartes de bens culturais que integrem os seus acervos;
- VII - disponibilizar livro de sugestões e reclamações em local visível e de fácil acesso a visitantes, sem prejuízo de outros instrumentos a serem disponibilizados com a mesma finalidade, inclusive por meio eletrônico; e
- VIII - enviar ao IBRAM dados e informações relativas às visitas anuais, de acordo com ato normativo do Instituto.

Quanto à atuação do IBRAM, ela basicamente se resume na participação das duas grandes atividades que o Instituto promove: a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus. Ambos acontecem anualmente e tem por objetivo mobilizar os museus de todo país. A primeira edição da Semana foi realizada em 2003 e contou com a participação de 57 museus, na 11ª edição em 2013, 1.252 museus participaram da programação. A Semana acontece em comemoração ao Dia Internacional de Museus em 18 de maio e busca mobilizar diferentes instituições em torno de um mesmo tema. A Primavera dos Museus também possui a mesma dinâmica, propõe um tema para mobilizar as instituições as quais desenvolvem atividades especiais durante determinado período.

Além destes eventos, o IBRAM também promove premiações e concursos para financiar projetos. O Museu de Piraí do Sul foi contemplado em um desses concursos e é o único museu da região a receber este apoio direto. Em relação a estes editais a representante do Museu Histórico de Palmeira Astrogildo de Freitas, relata que:

Palmeira: Em 2008, se não me engano havia, era no caso pelo IPHAN que a gente poderia apresentar um projeto visando a questão do patrimônio imaterial né, e aí na época o Secretário deu a maior força, eu tentei me habilitar ou habilitar a nossa instituição no projeto da cultura imaterial. Só que aí o nosso projeto foi desqualificado já na fase Paraná, por alguns problemas técnicos. E depois a gente sabe que estas políticas estão muito voltadas para o eixo nordeste e se você não apresentar algum projeto baseado em cultura indígena e cultura afro você tem muita dificuldade de passar tá? Essas políticas nacionais pretendem recuperar né, nada contra isso, mas eles têm uma visão pelo o que eu senti em vários congressos que participei e tudo mais, uma visão assim que o Sul está muito bem servido e muito bem esclarecido. Então você pode observar que os projetos e tal, você já pega uma pontuação mínima nos editais se você for do sul. Eu acho que é muito direcionado, muito direcionado, e aí os megaprojetos ficam no eixo sudeste, Rio-São Paulo.

Analizando os resultados de editais do IBRAM, de fato, podemos observar uma baixa frequência de cidades no Paraná. No edital de Modernização de Museus, no ano de 2011 com 50 projetos aprovados, apenas dois são do Paraná e os dois na Capital do Estado. No ano de 2013, apenas Irati conseguiu aprovar um projeto. Quanto ao edital citado pela representante, o Prêmio Pontos de Memória (2012), traz três projetos paranaenses aprovados, dois deles trabalham memória indígena e africana respectivamente. Não se pode afirmar que apenas estas temáticas são contempladas, entretanto, sabe-se que a partir de 2003, há políticas públicas voltadas a questão social por parte do Estado e que envolvem diversos setores e no setor cultural não seria diferente.

Bertotto (2013) trabalha em sua tese a atuação das políticas públicas através destes editais, a autora faz um estudo comparado em o Rio Grande Sul e o Paraná. Segundo a sua pesquisa no Rio Grande do Sul, diversas instituições foram contempladas com verbas em editais, “o que identifica a capacidade dos profissionais em formatar os projetos”. O Estado do Rio Grande do Sul recebeu 12% dos recursos destinados aos editais. Já o “Paraná não teve a mesma quantidade de participantes, ainda é acanhada a formatação de projetos e, mais, a contemplação das instituições com as verbas solicitadas” (p.107). No Paraná foram nove projetos aprovados, entre 2004 e 2010. As cidades contempladas foram: Curitiba, Cambé, Londrina, Cascavel, Ibiporã (p. 141).

As sete instituições foram questionadas a respeito da COSEM, se possuíam conhecimento sobre órgão e se já participaram de alguma atividade proporcionada por ele. A representante do museu em Jaguariaíva apenas respondeu que não possuía conhecimento.

Palmeira: Até o ano de 2005-2006 eu participa de todas as oficinas que a COSEM promovia, que a Secretaria da Cultura Promovia, tanto que o meu curso técnico em museologia foi promovido pela COSEM. Depois não sei o que houve, não sei explicar o que aconteceu de 2006-2007 para cá nunca mais recebi um convite para participar de uma oficina. Sei que as vezes elas acontecem em alguns determinados lugares, mas de 2006 para cá nunca mais eu participei de nenhuma atividade ligada a COSEM. Inclusive, em 2006, acho que 2006 eu recebi a visita da coordenadora que veio aqui para fazer um diagnostico sabe, acompanhei ela nas visitas a outros museus em Palmeira, mas depois disso, digamos assim, me parece que falta um corpo a corpo da COSEM e falando aqui de uma particularidade e até digamos assim uma magoa: a COSEM e a própria Secretaria do Estado da Cultura está muito voltada e preocupada com Curitiba, muito preocupada com Curitiba. Tanto que uma vez eu fui ajudar a atender um estande da Secretaria do Estado da Cultura do Paraná em São Paulo, quando eu chego lá havia vários banners dos museus de Curitiba e aí eu me recusei a ajudar

a atender os banners. Porque COSEM seria para o Estado, então eu sei que eles fazem atividades maravilhosas, mas em Curitiba, o pessoal do interior.... Já houve! Sabe, não podemos negar isso, mas de 2006 para cá, 2007, 2008 esse povo desapareceu. Eu sei que eles dão uma atenção para a Lapa, aquilo que digamos assim já tem uma boa estrutura que vai aparecer na mídia, me parece, desculpe se eu to falando alguma coisa, mas é o meu olhar, me parece que até tem um pouco de atenção, os demais que precisam de um tudo a COSEM deixou de dar assistência.

Ponta Grossa: Eu sinto uma ausência muito grande. A COSEM principalmente na gestão do Beto Richa ela praticamente inexistiu. Na gestão do Requião ainda foi organizada uma semana de museus do paraná, alcance estadual, o 7º Encontro Estadual de Museus foi na gestão do Requião em parceria com a SEEC. O DEMU bancou a vinda de técnicos, de museólogos para dar cursos. Então, no Beto Richa não foi feito nada, não houve retrocesso, só que não progrediu um centímetro. Isso quer dizer que a COSEM não tenha pessoal capacitado, não. Isso quer dizer que a política pública do governo do Estado do Paraná travou a COSEM. Porque como é que você vai trabalhar praticamente 400 municípios, tudo bem são 399 no Paraná, não existem museus em todos os municípios, não sei bem ao certo quanto tem, mas eu acredito que em torno de 250 – 280 municípios do Paraná, mais até deva ter pelo menos um museu. Como é que você em alcance estadual vai promover atividades sem qualquer forma de recurso financeiro, somente via e-mail? É completamente diferente do governo federal, que pelo menos, nos manda programação, nos manda o convite de participação, nos manda publicações. Mas em nível estadual, tem que ir lá. Tem que ver qual é a necessidade, ver o que pode ajudar. A COSEM ela não pode existir somente para a capital. E a minha percepção é essa: ele só existe para a capital. Faz dois anos que eu estou em negociação para trazer uma exposição aqui para o MCG e eu não consigo, 2 anos! Com intermediação da COSEM e eu não consigo. Então ele está travado. A princípio a COSEM funcionou. Tanto é que a primeira publicação de museus paranaenses foi feita um pouquinho antes de eu assumir foi feita em 2008, a segunda publicação foi justamente no último ano de mandato do Requião que foi em 2010 e de 2011 para cá estagnou, parou. Então vamos pegar os dois anos que coincidem 2009-2010. Em 2009 e 2010, teve publicação de catálogo mapeando todos os museus e espaços museais do Paraná, ocorreu o 7º Encontro Paranaense de Museus, ocorreu curso de capacitação. Então no espaço de 2 anos tivemos pelo menos 3 que eu não classifico como pequenas atividades, foram grandes. Principalmente porque essa atividade do curso, eu participei de um porque esparramados pelo Paraná existiram uma série de outros. Conforme as áreas e regiões do Paraná ocorreram cursos cada um com uma característica ou talvez até com a mesma do que eu fiz. De 2011, 2012, 14 absolutamente nada foi ofertado pela COSEM, tanto é que se for olhar o site da COSEM ele não teve atualização ainda aparece o 7º Encontro de Museus. Isso é absurdo! Em 2009. Então isso daí eu leio claramente como uma despreocupação enquanto política pública. Não é um setor que tenha reconhecimento por parte do poder público e automaticamente você tendo reconhecimento tem investimento.

Castro: A Coordenadoria do Sistema Estadual de Museus é o órgão da Secretaria de Estado da Cultura que atua para qualificar os museus do Paraná, no entanto, suas ações encontram-se muito distantes das instituições. Há carência de cooperação institucional, estratégias de divulgação e articulação entre os museus, capacitação técnica para prática museológica, programas de intervenção para recuperação e conservação de acervos, suporte tecnológico para a gestão dos museus, etc., de modo que a Cosem deveria assegurar que estas modalidades de fomento pudessem atingir todos os museus do Paraná.

Tibagi: A COSEM, sim participei de cursos por dois anos promovido pela COSEM, e ela auxilia o Museu de Tibagi em exposições e visitas técnicas.

Telêmaco Borba: Nós temos contato, nós recebemos material da COSEM, inclusive essa semana ainda eu recebi da secretaria do estado senha enfim para entrar no sistema e inclusive para abastecer, alimentar, só que ainda não fiz isso, foi na quarta-feira hoje, foi segunda-feira que eles me passaram é um trabalho que alimenta todo esse questionário consta o que que tem no museu, como que é o museu, toda essa parte. A gente está trabalhando sim, recebemos material deles.

Piraí do Sul: Não participamos em nenhuma atividade da COSEM. O que falta em nosso Museu para participar dessas atividades são, além dos recursos humanos, recursos financeiros

A Coordenadoria do Sistema Estadual de Museus é compreendida pelas instituições como órgão que deveria estar mais próximo dos museus. Entende-se que pela dificuldade de encontrar profissionais qualificados nos municípios do interior a COSEM teria esse papel de apoiar através de consultorias ou proporcionar cursos de qualificação para os funcionários de museus em todo o Estado. Em relação ao relato do Museu Campos Gerais sobre a atualização do site foi constatado que a últimos arquivos eram mesmo de 2009. Entretanto, o *site* foi atualizado recentemente e é possível encontrar atividades mais recentes, como por exemplo, os relatórios anuais já citados. No relatório de 2012 consta auxílio técnico ao Museu do Tropeiro, no entanto esta ação não foi mencionada pelos funcionários do espaço.

Na última etapa da entrevista, os representantes foram questionados também sobre projetos da própria administração para os museus, nesse caso Prefeitura ou Universidade, com exceção de Jaguariaíva que não citou projeto algum, a não ser a expectativa de um novo concurso público para preencher o cargo de museólogo e Piraí do Sul que também não citou projetos. As outras cinco instituições também responderam algo muito próximo, todos os projetos consistem na restauração da sede do museu ou encontrar uma nova sede.

Palmeira: Atual gestão já sinalizou toda uma preocupação com museu, tanto é que consegui agora protocolar um projeto no Ministério do Turismo, onde a gente vai precisar agora captar os recursos via emenda parlamentar pedindo uma verba de 700.000 para a revitalização do espaço físico do museu. Então por isso que eu estou assim, quer dizer me animou muito nesse princípio de ano essa proposta. Vamos trabalhar para que isso de fato aconteça.

Ponta Grossa: No presente momento o projeto da Universidade vinculado ao museu é o restauro, então é um projeto grande, sem sombra de dúvidas, ou seja, ainda faltam 3 milhões e 900 mil para serem captados, então isso não pode ser deixado de lado, esse é o grande projeto, só que ao mesmo tempo nós temos uma série de outras necessidades. São necessidades menores, mas são necessidades. E daí essas necessidades é que ficam em descoberto pela própria Universidade. Por outro lado, a Universidade quando eu solicito auxílio para ir em evento, em algum curso de capacitação que seja da parte de museologia, mas não no Paraná, fora do Paraná, eu tenho apoio da Universidade. Então eu já fui participar de eventos em São Paulo, mais de um na realidade em que a questão da museologia era o foco central e eu tive total apoio, total respaldo financeiro digamos assim da Universidade para isso, para que eu trouxesse de lá ideia novas, novos conceitos, práticas, propostas, convênios, para entabular aqui no MCG. Só não me peça dinheiro para fazer exposições. Seria mais ou menos isso. Eu consigo me qualificar, mas só eu como diretora. É muito pouco. Eu

preciso ter profissional qualificado de padrão 40 horas seja funcionário de carreira, não posso viver única e exclusivamente a base de estagiário.

Castro: Sendo o Museu do Tropeiro um museu público municipal, cabe primeiramente à Prefeitura de Castro a sua manutenção e desenvolvimento. Já há alguns anos o prédio do museu apresenta problemas de conservação (goteiras, rachaduras, etc.) que se tornaram graves a ponto de acervo precisar ser deslocado para outro espaço a fim de ser salvaguardado e continuar acessível à visitação pública. A Prefeitura busca recursos para financiamento da obra de restauro que está orçada em cerca de meio milhão de reais e tem a perspectiva de obter o crédito junto ao Governo do Estado, porém está encontrando dificuldades para cumprir as exigências técnicas do projeto de restauro. Com a cobertura do imóvel se arruinando, emergencialmente a Prefeitura disponibilizou recursos para a recuperação do telhado e ainda assim precisou licitar a obra quatro vezes até que uma empresa habilitada para este tipo específico de trabalho se inscrevesse no processo. Assim, cremos que em breve, a cobertura do prédio do museu possa ser restaurada, enquanto aguardamos os recursos para a recuperação total e a volta do acervo ao seu prédio original. Simultaneamente a este projeto, está sendo realizada a regulamentação da documentação do acervo, numa parceria com a Associação de Amigos, que financia o projeto, enquanto a equipe do Museu e estagiários executam o trabalho. Este projeto deve inventariar e documentar todos os itens do acervo, para que ocorra o devido registro e tombamento destes bens, assegurando assim a sua guarda. Há ainda na Administração Pública o intuito de criar uma Casa da Memória ou Museu Histórico de Castro, a fim de conservar os vestígios históricos inerentes a outros aspectos da história da cidade. Caso este projeto se concretize, o Museu do Tropeiro poderá ater-se unicamente ao seu tema de origem, uma vez que hoje tornou-se depositário outros tipos de legados, por ser a instituição que mais recebe doações no município.

Tibaqi: Sim, a atual administração visa melhoras para o Museu, reforma no prédio e apoio aos Museus.

Telêmaco Borba: A gente tem, existe esse pensamento, desde o ano passado a gente tem conversado muito a respeito disso, verificado alguns lugares para viabilizar isso. Porque para você fazer o, criar o museu, porque eu falo criar, porque na verdade nós não temos um museu. Então não é só você construir uma sala, você precisa ter um museólogo para verificar a situação, ver como funciona cada peça. Pelo o que eu estava conversando com um rapaz as vezes esta peça pode ficar aqui a outra não pode, então é tudo muito complicado na questão do museu. Então nós temos tentando fazer o máximo possível. Dentro da possibilidade.

Seis museus pertencem a Secretarias de Cultura e um a Secretaria de Turismo (Piraí do Sul). Em Castro é Diretoria de Cultura e tem vínculo direto com o executivo. Os departamentos de Cultura recebem verbas específicas, entretanto os Museus não possuem orçamento próprio, ou seja, não há como estes espaços planejarem suas ações, pois estes não sabem como irão se manter durante determinado tempo. Outra questão é não possuir cargos efetivos e especializados para os museus e os cargos de gestão geralmente são cargos de comissão, os chamados “cargos de confiança” e o trabalho fica à mercê de interesses pessoais das gestões.

A principal carência é em relação administração direta é a falta de recurso específico. As sedes originais chegaram ao ponto de não poder mais abrigar o acervo por falta de manutenção. Não há planejamento de aplicação das verbas

disponíveis na atuação dos museus. E nesse caso não é apenas para os museus e sim para o segmento cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que uma pesquisa acadêmica não tem um fim absoluto e sempre pode trazer novos questionamentos, no entanto, pode-se concluir que conforme o objetivo proposto foi possível responder a questionamentos, construir um diagnóstico a respeito das instituições museológicas de administração pública dos Campos Gerais e indicar novas perspectivas.

Elaborou-se um breve histórico das instituições a fim de compreender o perfil da memória institucionalizada nos Campos Gerais. Identificou-se o tema Tropeirismo como uma questão que pode ser aprofundada, pois este é comum a todos os museus. Indica-se então que é possível estabelecer uma análise a respeito da identidade dos Campos Gerais e das instituições de memória através do tema em comum, ou seja, estabelecer uma pesquisa a partir na memória material destes espaços.

Nesse sentido, é possível afirmar que a expografia dos museus indica um *habitus* convergente em todos os espaços. Quanto as suas fundações, as instituições pesquisadas foram idealizadas e usufruídas por uma elite intelectual, portanto, correspondiam aos interesses e as expectativas propostas por estes grupos. A primeira questão é o tema Tropeirismo, encontrado em todos os museus, e a segunda é a exaltação de determinados personagens, como figuras públicas envolvidas com a política local ou então pertencentes às chamadas famílias tradicionais.

Deste modo, responde-se também outro objetivo da pesquisa, o qual consiste em compreender a posição que os espaços museais, bem como a lógica social de um campo cultural e a disposição de um *habitus* específico.

As instituições museais buscam diversificar suas atividades, entretanto, os espaços pesquisados, até então, possuem uma exposição que é permanente, sabe-se que o termo adequado segundo a museologia é “longa duração” justamente porque essas exposições não podem ou não devem ser estáticas. Exposições de longa duração são aquelas compostas das principais peças do acervo ou são as exposições que demonstram a identidade da instituição. Os museus pesquisados,

até o presente momento, possuem exposições que estão disponíveis há mais de 20 anos, por isso são consideradas permanentes. Entretanto, vale ressaltar que existem alterações, peças são substituídas, suprimidas ou novas peças passam a compor a exposição, no entanto, a essência permanece a mesma. Outra questão é o público, considera-se que esta característica de exposições “permanentes” não proporciona a formação de público local. Talvez este seja um dos motivos de o público destes museus hoje ser em grande medida escolar e as instituições serem reconhecidas mais como espaço de pesquisa e menos como espaço de lazer.

Constatou-se que o principal público dos museus dos Campos Gerais é o escolar e, em seguida, os turistas, ou seja, pessoas de outras localidades. Há então uma certa dificuldade em atrair o público em geral local. Muitas vezes a administração municipal não vê no museu um espaço de visibilidade, logo não faz investimentos, o que acaba por acarretar a falta de profissionais qualificados e, conseqüentemente, fomentam as más condições no atendimento e na conservação das instituições que não conseguem atrair novos públicos.

Em relação aos profissionais destes museus e aos gestores indiretos, a gestão dos espaços está vinculada diretamente a gestão geral administrativa. Não há projetos a longo prazo, as atividades estão a mercê da vontade política. Falas como “nesta gestão eu tenho esperança”, “na outra gestão não houve interesse” demonstram esta questão.

Outro objetivo da pesquisa era identificar se a partir das políticas públicas seria possível estabelecer um novo *habitus*. Considerando que:

Habitus é como um instrumento conceptual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores, e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. *Habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do *habitus* me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo. (SETTON, 2002, p. 61)

O campo museológico e a institucionalização da memória nos Campos Gerais são marcados pela história regional, pautada na historiografia tradicional. Ou seja, a história contada nos museus é a história oficial, a história dos vencedores. A Nova

Museologia traz conceitos que não são trabalhados no cotidiano dos espaços pesquisados, a participação social proposta nos documentos produzidos para e pelas ações de políticas públicas ainda não podem ser percebidas de maneira efetiva.

Contudo, é importante observar que há o reconhecimento por parte dos representantes das instituições que estes espaços necessitam de mão de obra específica. Há uma nova perspectiva, afinal, excetuando o Museu de Jaguaraiá, os outros espaços funcionaram durante mais de 20 anos sem a preocupação do conhecimento técnico. Este fato caracteriza o atraso da região neste quesito, posto que o documento que dá início a Nova Museologia é da década de 1970 e os espaços começam a receber mais informações a partir dos anos 2000. E ainda assim, hoje, nenhum dos espaços pode ser comparado, nos quesitos elencados acima, às instituições com maior visibilidade, como os museus da capital do Estado.

Considera-se que as atuais políticas públicas e a atuação federal e estadual perante os museus dos Campos Gerais possibilita a formação de um novo *habitus*, entretanto, a mudança nos paradigmas dos museus desta região é recente e está em processo de formação.

Portanto, o *habitus* não é um destino; em vez de um *fatum* – de acordo com a afirmação que me é atribuída -, trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências. Dito isso, vou proceder imediatamente uma correção: há uma probabilidade, aliás, inscrita no destino social associado à determinada condição social, de que as experiências que formaram o *habitus* dessas pessoas. Vou dissipar a dificuldade: o *habitus* – por ser um sistema e virtualidade – só se revela em referências a uma situação. Contrariamente às afirmações que me são atribuídas, é na relação com determinada situação que o *habitus* produz algo. Ele é semelhante a uma mola, mas é necessário um desencadeador; e, dependendo da situação, ele pode fazer coisas opostas. (BOURDIEU, 2011, p. 62)

Destarte, as políticas públicas e as ações que surgem a partir delas, funcionam como uma mola que está (trans) formando um novo *habitus* nos museus dos Campos Gerais. Desenvolvendo novas atividades, inserindo novos temas e sujeitos, ou então, propondo desafios que cobram mudanças de postura de seus gestores.

O museu é uma instituição a serviço de uma comunidade, todavia, é necessário criar condições para que sua atuação seja efetiva. As políticas públicas surgem de anseios da sociedade, entretanto, em alguns casos elas são

fundamentais para garantir os direitos e a cidadania enquanto nem todos as reconhecem.

Uma política que assuma os museus como espaço de ação política e, por isso, instrumentos da ação cultural deve procurar implementar, por meio das suas ações: o reforço da cultura como fator de desenvolvimento; a promoção de um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura; a valorização do patrimônio histórico e cultural como fator de desenvolvimento econômico; e valorização do papel das atividades culturais no apoio às políticas de emprego. Trata-se, no fundo, de incluir as políticas culturais como fatores determinantes para a inclusão e o desenvolvimento. (PRIMO, 2006, p.92)

Um dos questionamentos fundamentais da pesquisa consiste em entender a Política Nacional de Museus e a sua atuação nos Campos Gerais, ou seja, a atuação do IBRAM, âmbito federal. No entanto, é importante destacar que os representantes das instituições demonstraram que é preciso pensar as políticas locais e estaduais, as quais lhes parecem mais próximas e sobre as que levantaram duras críticas.

Ao longo do texto, procurou-se, conforme a problemática proposta: investigar as lutas simbólicas que se geram em torno da formação de um campo cultural, buscando apreender a relação entre políticas públicas culturais e sua relação com a construção de cidadania. Através das análises das fontes é possível concluir que os espaços museológicos dos Campos Gerais necessitam das ações das políticas públicas para cumprir sua função social.

Muitas vezes estes espaços são vistos como depósito de velharias e locais de disseminação de uma história apenas dos vencedores. É preciso que o Estado intervenha para a construção de novos horizontes e novas possibilidades, entretanto, conforme Bourdieu:

O problema do Estado só pode ser abordado, em meu entender, depois de saber como funcionam os campos e, em particular, como se constituem universos independentes em relação ao campo econômico. Então, o Estado torna-se o lugar de uma metaluta, de uma luta a propósito do poder sobre os campos. (BOURDIEU, 2011, p. 68)

Os museus se constituem enquanto um campo que na sua gênese possuem um significativo Capital Cultural, pois são espaços conhecidos e reconhecidos como espaços de educação e cultura. Viu-se que desde o surgimento dos museus eles

também estão relacionados ao capital econômico. No entanto, a realidade encontrada e exposta na pesquisa, indica que este campo não é alvo de interesse público local e estadual, devido a evidente falta de investimento e apoio.

Enquanto os museus estiverem vulneráveis às vontades e interesses políticos pessoais, sem a consolidação das políticas públicas culturais, estes espaços terão dificuldades em cumprir sua função social de possibilitar ao sujeito conhecer sua história, estabelecer laços indenitários e, conseqüentemente, auxiliar na construção da cidadania.

Identificar e reconhecer esse lugar de notável relevo dos museus em diferentes temporalidades e localidades implica o reconhecimento de que eles são, ao mesmo tempo, casas de memória, lugares de representação social e espaços de mediação cultural. Como casas de memória eles podem ser acionados visando o desenvolvimento de ações de preservação e de criação cultural e científica; como lugares de representação eles podem ser utilizados para teatralizar o universal, o nacional, o regional, o local, o étnico e o individual e como espaços de mediação ou de comunicação eles podem disponibilizar narrativas menos ou mais grandiosas, menos ou mais inclusivas para públicos menos ou mais ampliados. (CHAGAS, NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p.13)

Assim como outras políticas de afirmação ou de inclusão são impostas e necessárias para possibilitar o desenvolvimento social e diminuir as desigualdades, acredita-se que o crescimento das instituições museais a fim de transforma-las em instrumentos efetivos de construção de cidadania cultural passa pela criação e pelo fortalecimento de políticas que estejam acima de interesses pessoais e vislumbrem, como garante a Constituição Federal, o direito de acesso à cultura e à memória ao alcance de todos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana Facina Gurgel. **Uma Enciclopédia à Brasileira: O Projeto Ilustrado de Mário de Andrade**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio, Rio de Janeiro: 1997.

BERTOTTO, Márcia Regina. **Análise das políticas públicas para museus no Rio Grande do Sul** – um estudo de sua eficácia no desenvolvimento das instituições museológicas gaúchas, 2007, 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre.

_____, **Entre o paralelo 20 e o 30** – analisando e propondo políticas públicas para museus no sul do Brasil, 2013, 224 f. Tese (Doutorado em Museologia) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa-Portugal.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____, **O poder simbólico**. 16^a. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

_____, **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. 231 p

_____, **Os três estados do capital cultural**. Tradução Magali de Castro Escritos de Educação / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2^o edição. pp. 71-79. "Les trois états du capital culturel", publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6.

BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

BRASIL, Decreto de 31 de maio de 2004. Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo

BRASIL, Decreto de 31 de maio de 2004. Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

BRASIL, Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania, 2003.

_____, Portaria Normativa IPHAN nº01, de 12 de janeiro de 2007. Dispõe sobre as relações entre Unidades Especiais, Museus Regionais e Centros Culturais vinculados ao IPHAN e as suas Associações de Amigos.

_____. Caderno de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretarias de Estado da Cultura/ Superintendências de Museus, 2006. 2^a Edição

_____, Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

_____, Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, e dá outras providências

_____, Lei 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências

_____, Lei nº11.328, de 24 de julho de 2006. Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus

_____, Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006)Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências.

_____, Proposta de Emenda à Constituição nº575/2006. Altera os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para a preservação do Patrimônio Museológico Brasileiro.

_____. Política nacional de museus: relatório de gestão 2003 – 2006. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2006, 144 p.

_____, Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

_____. Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais. 2ª ed. revista e atualizada, 2008.

_____. Política nacional de museus: relatório de gestão 2003 – 2004. Brasília: MinC/IPHAN/Demu, 2005, 72 p.

BREFE, A. C. F. **Os primórdios do Museu:** da elaboração conceitual à instituição pública. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n.17, p.284,1998.

CÂNDIDO, M. M. D. **Museus como espaço de interdisciplinaridade e o ofício do historiador.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

CARNEIRO, C. M. S. B. **O Museu Paranaense e Romário Martins:** a busca de uma identidade para o Paraná 1902 a 1928, 2001. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel,

CHAUÍ, M. **Cultura política e política cultural**. Estud. av., São Paulo, v. 9, n.23, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 Jul 2008. doi: 10.1590/S0103-4014199500010000

COSTA, E. P. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100p.

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa [do] NEPP/UNICAMP, nº82, 2009, p. 1 – 29.

DIAS, G. **O patrimônio material do estado do Rio Grande do Sul**: política, ações e preservação. 2012, 113 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. FGV, Instituto de documentação. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

DINIZ, W.; MEDRONI, M. (orgs.) **Museus do Paraná**. Curitiba: Secretaria de e pesquisas, Rio de Janeiro. 2013. Estado da Cultura, 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, A. R.; JOHANSEN, E. Oficina História IV, Ponta Grossa: UEPG, 2009.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa**: por uma teoria interpretativa da Cultura. In. _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.03-21.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2007, p. 72-73.

GUARNIERI, W. R. **Museu, museologia, museólogos e formação**. Revista de Museologia. São Paulo, Ano 1, n. 1, p.9, 1989.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 285 p.

IBGE, Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010. Série Estudos

IBRAM, Fórum Nacional de Museus (2008: Florianópolis –SC). Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: relatório. Ministério do Cultura, 2010, 200 p.

IBRAM. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>> Acesso em: 10 out. de 2013. Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

KOPTCKE, L. S.; CAZELLI, S.; LIMA, J. M. de. **Museus e seus visitantes**: relatório de pesquisa perfil-opinião 2005. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2009. 76 f.
LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica** (6ª ed.). São Paulo: Atlas, 2005. (Trabalho original publicado em 1985)

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1981, 442 p.

MACHADO, A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: **Museus**: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna/Betânia Gonçalves Figueiredo, Diana Gonçalves Vidal, organizadoras. 2 ed – Belo Horizonte: Fino Trato, 2013

MACHADO, B. N. da M. **Direitos Culturais e Políticas para a Cultura** – Curso de Gestão e Desenvolvimento Cultural Pensar e Agir com Cultura, Cultura e Desenvolvimento Local 2007.

MACHADO, B. N. da M. **Os direitos culturais na constituição brasileira**: uma análise conceitual e política. In: Políticas culturais: teoria e práxis de Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 145 p.

MARQUES, J. G. **Museus Locais**: conservação e produção da memória coletiva. Revista Vox Museu arte e patrimônio. ISSN 2182-9489. Vol. 1 (2): pp. 235-246, 2013

MARTINS, L. C. **A constituição da educação em museu**: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência tecnologia. Tese, 2011, 390 f. (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MASSUCATE, Y. A. O papel do IPHAN na construção da brasilidade. In: **Mundo do Trabalho e Política Social**. Revista Virtú, UFJF. 7ª ed. Juiz de Fora: 2008.

MOUTINHO, M. C. XIII Atelier Internacional do MINOM. **Definição evolutiva de Sociomuseologia** – *Proposta de reflexão*. Lisboa / Setúbal. Acedido a 12 de Fevereiro, 2012, em <http://sociomuseologia.ning.com/>. n.23, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01

NASCIMENTO, S. S. do; ALMEIDA, J. P. M. de. **Traduzir e mostrar**: a mediação na fala de diretores de museus de ciências. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis novembro 2009. Issn: 21766940.

ORIÁ, R. **Memória e ensino de História**. In: BETTENCOURT, Circe (Org.). O Saber Histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128 – 148.

PACHECO, A. **As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

PARANÁ, **Lei N.º 9375 de 24 de Setembro de 1990**. Instituiu no Paraná o Sistema Estadual de Museus - SEM e a Coordenação do Sistema Estadual de Museus - COSEM.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

POULOT, D. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 159 p.

PRIMO, J. **A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas**. MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 2. Rio de Janeiro: IPHAN, DEMU, 2004. 87p. – 93p.

RODRIGUES, Ana Ramos. **O Museu Histórico como agente de Ação Educativa**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós- modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. S. dos. **Museus brasileiros e política cultural**. Rev. bras. Ci. Soc.[online]. 2004, vol.19, n.55, pp. 53-72.

SCHENEIDER S.; SCHMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas ciências sociais**. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Cadernos de Sociologia, v. 9, 1998 p. 49-87.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M.. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Psicologia USP, São Paulo, 4 (1/2), 285-298, 1993

SETTON, M.G. J. **A teoria em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago 2002 nº20. P. 60- 70. S

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

WACQUANT. L. J. D. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. Revista de Sociologia e Política nº19 nov.2002. 95-110, Curitiba.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você _____, está sendo convidado a participar da pesquisa **“CAMPO CULTURAL E MUSEU: UMA ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOS CAMPOS GERAIS-PR”** tendo como pesquisador responsável Milena Santos Mayer e como pesquisadora participante **Maria Julieta Weber Cordova** da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre preservação da memória, construção de identidades, acesso a cultura e cidadania, através das ações dos museus dos Campos Gerais-PR.**

A sua participação no estudo será de **responder algumas questões em uma entrevista semi-estruturada a respeito da instituição museal na qual se insere, bem como sobre suas atividades em relação a ela. Ressaltando que todos os dados e respostas tem o devido sigilo garantido e serão utilizados apenas para fins acadêmicos.**

Após as análises você será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

Milena Santos Mayer

Rua : Judith Silveira nº291 – Ponta Grossa /PR

Telefone: (42) 9952-1707

Maria Julieta Weber Cordova

Rua : UEPG campus Uvaranas , CIPP – Ponta Grossa /PR

Telefone: (42)9128-9161

Comitê de Ética em Pesquisa

100

Telefone: (42) 3220-3108.

UEPG campus Uvaranas, Bloco M, sala

Assinatura do convidado para a pesquisa

Assinatura pesquisador responsável

Assinatura pesquisador participante

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2014.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados gerais

Nome:

1. Conhece o histórico da instituição?
2. O que você entende por patrimônio?
3. O que você entende por museu?
4. O que representa a instituição para o município em que ele se encontra?
5. Quais as atividades que o museu desempenha para a comunidade? Quais as atividades que o museu deveria desempenhar? Quais as condições necessárias para que o museu possa desenvolver essas atividades?
6. Tem conhecimento sobre o ICOM – Conselho Internacional de Museus?

Comente.

7. Tem conhecimento sobre Política Nacional de Museus? Comente.
8. Tem conhecimento sobre o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus? Comente.
9. Tem conhecimento sobre a COSEM – Coordenadoria do Sistema Estadual de Museus? Já participou de alguma atividade?
10. Existe algum projeto da Administração Pública para a instituição?

ANEXO A- MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE

ICOM, 1972

I. Princípios de Base do Museu Integral

Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina.

Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade.

Santiago, 30 de Maio de 1972.

II. Resoluções adotadas pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

1. Por uma mutação do museu da América Latina,

Considerando:

- Que as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia;
 - Que a humanidade vive atualmente em um período de crise profunda; que a técnica permitiu à civilização material realizar gigantescos progressos que não tiveram equivalência no campo cultural; que esta situação criou um desequilíbrio entre os países que atingiram um alto nível de desenvolvimento material e aqueles que permaneceram à margem desta expansão e que foram mesmo abandonados ao longo de sua história; que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas;
 - Que os problemas colocados pelo progresso das sociedades no mundo contemporâneo devem ser pensados globalmente e resolvidos em seus múltiplos aspectos; que eles não podem ser resolvidos por uma única ciência ou por uma única disciplina; que a escolha das melhores soluções a serem adotadas, e sua aplicação, não devem ser apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os setores da sociedade;
 - Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais;
 - Que esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade; que, em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial;
 - Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem; que, de outro lado, o museu integral necessitará, a título permanente ou provisório, da ajuda de especialistas de diferentes disciplinas e de especialistas de ciências sociais.
- Que por suas características particulares, o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho;
- Que, tendo em vista as considerações expostas acima, e o fato do museu ser uma "instituição a serviço da sociedade, que adquire, comunica, e notadamente expõe, para fins de estudo, conservação, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem", a Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide de uma maneira geral

1. Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, socioeconômico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus;
2. Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do patrimônio cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social e evitar que ele seja dispersado fora dos países latino-americanos;
3. Que os museus devem tornar suas coleções o mais acessível possível aos pesquisadores qualificados, e também, na medida do possível, às instituições públicas, religiosas e privadas;
4. Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu caráter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latino-americanos;
5. Que os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade;
6. Que, levando em consideração os resultados da pesquisa sobre as necessidades atuais dos museus e sua carência de pessoal, a ser realizada sob os auspícios da UNESCO, os centros de formação de pessoal existentes na América Latina devem ser aperfeiçoados e desenvolvidos pelos próprios países; que esta rede de centros de formação deve ser completada e sua influência se fazer sentir no plano regional; que a reciclagem de pessoal atual deve ser garantida em nível nacional e regional; e que lhe seja dada a possibilidade de aperfeiçoamento no estrangeiro.

Em relação ao meio rural

Que os museus devam, acima de tudo, servir à conscientização dos problemas do meio rural, das seguintes maneiras:

- a) Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;
- b) Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência mais aguda sobre estes problemas, e reforçar as relações nacionais, a saber:
 - i. Exposições relacionadas com o meio rural nos museus urbanos;
 - ii. Exposições itinerantes;
 - iii. Criação de museus de sítios.

Em relação ao meio urbano

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

- a) Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- b) Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- c) Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- d) Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral.

Em relação ao desenvolvimento científico e técnico

Que os museus devem levar à conscientização da necessidade de um maior desenvolvimento científico e técnico, das seguintes maneiras:

- a) Os museus estimularão o desenvolvimento tecnológico, levando em consideração a situação atual da comunidade;
- b) Na ordem do dia das reuniões dos ministros de educação e (ou) das organizações especialmente encarregadas do desenvolvimento científico e técnico, deverá ser inscrita a utilização dos museus como meio de difusão dos progressos realizados nestas áreas;
- c) Os museus deverão dar enfoque à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos, por meio de exposições itinerantes que deverão contribuir para a descentralização de sua ação.

Em relação à educação permanente

Que o museu, agente incomparável da educação permanente da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- a) Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu;
 - b) Deverão ser integrados à política nacional de ensino, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;
 - c) Deverão ser difundidos nas escolas e no meio rural, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
 - d) Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de descentralização, o material que o museu possuir em muitos exemplares;
 - e) As escolas serão incentivadas a formar coleções e a montar exposições com objetos do patrimônio cultural local;
 - f) Deverão ser estabelecidos programas de formação para professores dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).
- As presentes recomendações confirmam aquelas que puderam ser formuladas ao longo dos diferentes seminários e mesas-redondas sobre museus, organizadas pela UNESCO.

Pela criação de uma Associação Latino Americana de Museologia Considerando

- Que os museus são instituições a serviço da sociedade, que adquire, comunica e, notadamente, expõe, para fins de estudo, educação e cultura, os testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem;
 - Que, especialmente nos países latino-americanos, eles devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos;
 - Que os museus e os museólogos latino-americanos, com raras exceções, sofrem dificuldades de comunicação em razão das grandes distâncias que os separam um do outro, e do resto do mundo;
 - Que a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os setores do público;
 - Que durante a oitava e a nona conferência geral do ICOM, que ocorreram, respectivamente, em Munique em 1968, e em Grenoble em 1971, os museólogos latino americanos que estiveram presentes indicaram a necessidade de criação de um organismo regional;
- A Mesa-Redonda sobre o papel dos museus da América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 a 31 de maio de 1972,

Decide:

1. Criar a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), aberta a todos os museus, museólogos, museógrafos, pesquisadores e educadores empregados pelos museus com os objetivos e através das seguintes maneiras:
 - Dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da experiência adquirida nos países latino americanos;
 - Constituir um instrumento de comunicação entre os museus e os museólogos latino americanos;
 - Desenvolver a cooperação entre os museus da região graças ao intercâmbio e empréstimo de coleções e ao intercâmbio de informações e de pessoal especializado;
 - Criar um organismo oficial que faça conhecer os desejos e a experiência dos museus e de seu pessoal aos membros da profissão, à comunidade a qual eles pertencem, às autoridades e a outras instituições congêneres;
 - Afiliar a Associação Latino Americana de Museologia ao Conselho Internacional de Museus, adotando uma estrutura na qual seus membros sejam ao mesmo tempo membros do ICOM;
 - Dividir, para fins operacionais, a Associação Latino Americana de Museologia em quatro seções correspondentes provisoriamente às regiões e países seguintes:
 - América Central, Panamá, México, Cuba, São Domingos, Porto Rico, Haiti e Antilhas Francesas.
 - Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia.
 - Brasil.
 - Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.
2. Que os abaixo-assinados, participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se constituem em Comitê de Organização da Associação Latino Americana de Museologia, e notadamente em um Grupo de Trabalho composto de cinco pessoas, quatro dentre elas representando cada uma das zonas acima enumeradas, e a quinta desempenhando o papel de coordenador geral; que este Grupo

de Trabalho terá como objetivo, no prazo máximo de seis meses, elaborar o Estatuto e os regulamentos da associação; definir com o ICOM as formas de ação conjunta; organizar eleições para a constituição dos diversos órgãos da ALAM; estabelecer a sede desta associação, provisoriamente, no Museu Nacional de Antropologia do México; compor este grupo de trabalho com as seguintes pessoas, representando suas zonas respectivas:

- Zona 1: Luis Diego Pígnataro (Costa Rica),
- Zona 2: Alicia Durand de Reichel (Colômbia),
- Zona 3: Lygia Martins Costa (Brasil), e
- Zona 4: Grete Mostny Glaser (Chile); coordenador: Mario Vasquez (México).

Santiago, 31 de Maio de 1972.

III. Recomendações apresentadas à UNESCO pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile

À Mesa-Redonda sobre o papel do museu na América Latina de hoje, convocada pela UNESCO em Santiago do Chile, de 20 e 21 de maio de 1972, apresenta à UNESCO as seguintes recomendações:

1. Um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural. Ela sugere que a UNESCO utilize os meios de difusão que se encontram à sua disposição para incentivar esta nova tendência.
2. A UNESCO prosseguiria e intensificaria seus esforços para contribuir com formação de técnicos de museus - tanto no nível de ensino secundário quanto ao do universitário, como ela tem feito, até agora, no Centro Regional "Paul Coreanas".
3. A UNESCO incentivará a criação de um Centro Regional para a preparação e a conservação de espécimes naturais, do qual o atual Centro Nacional de Museologia de Santiago poderá se constituir em núcleo original. Além de sua função de ensino (formação técnica) e de sua função profissional no campo da museologia (preparação de conservação de espécimes naturais), e de produção de material de ensino, este Centro Regional poderá desempenhar um papel importante na proteção das riquezas naturais.
4. A UNESCO deverá conceder bolsas de estudo e de aperfeiçoamento para técnicos de museus com instrução de nível secundário.
5. A UNESCO deverá recomendar aos ministérios de Educação e de Cultura e (ou) aos organismos encarregados de desenvolvimento científico, técnico e cultural, que considerem os museus como um meio de difusão dos progressos realizados naquelas áreas.
6. Em razão da importância do problema da urbanização na América Latina e da necessidade de esclarecer a sociedade a este respeito, em diferentes níveis, a UNESCO deverá encorajar a redação de um livro sobre a história, o desenvolvimento e os problemas das cidades na América Latina, o qual seria publicado sob forma de obra científica e sob forma de obra de divulgação. Para atingir um público mais vasto, a UNESCO deverá produzir um filme sobre esta questão, adequado a todos os tipos de público.

Fonte: PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.

Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno

ANEXO B-DECLARAÇÃO DE QUEBEC

PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA

1984

Introdução

Um movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na “Mesa- Redonda de Santiago do Chile” organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o caráter global das suas intervenções.

Proposta

1. Consideração de ordem universal

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico.

Para atingir este objetivo e integrar as populações na sua ação, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários.

Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro.

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.

Neste sentido, este movimento, que deseja manifestar-se de uma forma global, tem preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica.

Este movimento utiliza, entre outros, todos os recursos da museologia (coleta, conservação, investigação científica, restituição, difusão, criação), que transforma em instrumentos adaptados a cada meio e projetos específicos.

2. Tomada de posição

Verificando que mais de quinze anos de experiências de nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – pelo mundo foram um fator de desenvolvimento crítico das comunidades que adotaram este modo de gestão do seu futuro.

Verificando a necessidade sentida unanimemente pelos participantes nas diferentes mesas de reflexão e pelos intervenientes consultados, de acentuar os meios de reconhecimento deste movimento;

Verificando a vontade de criar as bases organizativas de uma reflexão comum e das experiências vividas em vários continentes;

Verificando o interesse em se dotar de um quadro de referência destinado a favorecer o funcionamento destas novas museologias e de articular em consequência os princípios e meios de ação;

Considerando que a teoria dos Ecomuseus e dos museus comunitários (museus de vizinhança, museus locais...) nasceu das experiências desenvolvidas em diversos meios durante mais de 15 anos.

É adotado o que se segue:

A - que a comunidade museal internacional seja convidada a reconhecer este movimento, a adotar e a aceitar todas as formas de museologia ativa na tipologia dos museus;

B - que tudo seja feito para que os poderes públicos reconheçam e ajudem a desenvolver as iniciativas locais que colocam em aplicação estes princípios;

C - que neste espírito, e no intuito de permitir o desenvolvimento e eficácia destas museologias, sejam criadas em estreita colaboração as seguintes estruturas permanentes:

- Um comitê internacional “Ecomuseus/ Museus comunitários” no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus);

- Uma federação internacional da nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá;

D - que seja formado um grupo de trabalho provisório cujas primeiras ações seriam: a organização das estruturas propostas, a formulação de objetivos, a aplicação de um plano trienal de encontros e de colaboração internacional.

Quebec, 12 de Outubro de 1984.

Fonte: PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.189-191; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CARACAS

Declaração de Caracas

ICOM, 1992

Dentro da reflexão sobre a missão do Museu no mundo contemporâneo propiciada pela UNESCO, pelo Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCALC), e pelo Comitê venezuelano do Conselho Internacional de Museu (ICOM), com o apoio do Conselho Nacional da Cultura (CONAC) e da Fundação do Museu de Belas Artes da Venezuela, realizou-se o Seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992. Tal Seminário, inscrito no Programa Regular de Cultura da UNESCO para a América Latina, reuniu um selecto grupo de personalidades vinculadas a funções directivas em museus de diversos países latino-americanos, que reflectiu sobre a missão actual do museu, como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região. Em tomo deste tema chave, em que está implícita a consciência da proximidade do século XXI, discutiu-se uma série, de aspectos, entre os quais cabe destacar: A inserção de políticas museológicas nos planos do sector de cultura. Tomada de consciência do poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos. Reflexão sobre a acção social do museu. Análise das proposições teóricas em torno dos museus do futuro. Estratégias efectivas para captação o controle dos recursos financeiros. Suportes legais e inovações de organização dos museus. O perfil dos profissionais para as instituições museológicas. O museu como início de comunicação. A metodologia do Seminário se ajustou às recomendações propostas pela UNESCO e pelo ICOM, relativas às actividades de treinamento para o desenvolvimento e promoção dos museus (ref. 89/séc. 17). Em consequência, o temário se organizou em três módulos ao longo dos quais se integraram diversas actividades: palestras magistrais, fóruns painelisticos, reuniões e mesas de trabalho, exposições de casos, apresentação de documentos de análise, visitas a museus e discussões plenárias. No desenvolvimento deste evento foram tratados numerosos aspectos, alguns dos quais foram analisados com especial ênfase, visto que durante as sessões, ficou evidenciada a singular relevância de sua relação com o desempenho dos museus, que são: Museus e Comunicação, Museus e Gestão, Museus e Liderança, Museus e Recursos Humanos e finalmente Museus e Património. No Seminário estiveram presentes delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela, além da participação do arquitecto Hernan Crespo Toral, Director do Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe da UNESCO (ORCALC), do Dr. Hugues de Varine Bohane da arquitecta Yanni Herreman, como conferencistas internacionais, e também de importantes conferencistas nacionais. Em atenção à significativa importância do Seminário e do tema tratado, os participantes do mesmo concordaram em emitir o presente documento, no qual se reúnem as considerações e recomendações aprovadas por unanimidade.

Antecedentes

Há 20 anos se realizava em Santiago do Chile a "Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento" e o papel dos museus no mundo contemporâneo". Essa reflexão foi o fundamento para o novo enfoque na acção dos museus na região. Entre seus postulados, estava a construção do Museu Integral, destinado a "situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência de sua problemática como homem-indivíduo e homem-social". Ao cabo de duas décadas e à luz dos acontecimentos políticos, sociais e económicos que se sucederam nos países latino-americanos, se constata ainda a vigência dos postulados essenciais da "Mesa-Redonda de Santiago". Muitas são as realizações da América Latina nestas duas décadas no campo dos museus. Experiências valiosas, administradas pelo Estado, pela sociedade civil e por pessoas particulares que trataram, em numerosos casos, com êxito, de transformar o museu em um organismo vital para a comunidade e no instrumento eficaz para seu desenvolvimento integral. Organismos internacionais de cooperação como a UNESCO contribuíram com o Estado para desenvolver valiosas iniciativas através de seus organismos regionais, para aperfeiçoar as tarefas do museu mediante a capacitação do seu pessoal e as acções que são próprias, e na criação de uma consciência pública sobre a defesa do património cultural e natural de nossos povos. A nova era em que nos encontramos, e sua multifacética problemática requerem uma nova reflexão e acções imediatas e adequadas para que o museu cumpra com sua acção social.

Vinte anos depois da reunião de Santiago do Chile, devemos actualizar os conceitos e renovar os compromissos adquiridos naquela oportunidade. Com este espírito e convencidos de que o museu tem um importante papel no desenvolvimento integral da América Latina, resolvemos emitir a presente:

Declaração de Caracas

1. América Latina e o museu

Já entramos em um novo século: a história se acelera. Velhos dogmas que pareciam imutáveis caem, e com eles os muros que marcavam fronteiras ideológicas e políticas. Ao finalizar a guerra fria, a humanidade parecia disposta a construir uma paz duradoura. Entretanto, os fatos nos demonstram que esse momento ainda não chegou; se aprofunda a brecha entre os países do primeiro mundo e os outros, os chamados em desenvolvimento. Neste processo se constata o velho desejo do homem em afirmar sua identidade, que o identifica como pessoa humana única e como integrante de uma comunidade ligada por uma maneira de ser e por anseios compartilhados. O chamado processo de globalização não traz a igualdade dos povos. Pelo contrário, se formam poderosos blocos económicos que acrescentam diferenças entre ricos e pobres. Somos testemunhas de um desenvolvimento extraordinário da ciência e da tecnologia: o homem se empenha na conquista do universo e investiga detidamente os microcosmos, e até é capaz de alterar os processos da natureza. A biotecnologia e a biogenética abrem imensas possibilidades de melhoras na qualidade de vida, mas ao mesmo tempo abrem insondáveis abismos. O homem manipula tecnologia em busca de bem estar, mas em muitos casos a tecnologia o avassala. Essa mesma tecnologia lhe serviu para atentar contra a natureza, produzindo tremendos desequilíbrios que inclusive ameaçam sua sobrevivência. Estamos na época da comunicação. Reduziram-se sensivelmente as distâncias.

Por um processo quase milagroso podemos saber o que se passa com nossos antípodas.

Entretanto, esse mesmo milagre tecnológico é capaz de estandarizar o homem e homogeneizar sua cultura mediante a difusão de paradigmas, quando não de desvirtuar a essência dos povos com a propagação de antivalores. A América Latina vive um momento crucial de sua história. As esperanças que se haviam desenvolvido com base nos modelos económicos e tecnicistas dos anos 70 sofreram um rotundo fracasso, pois não correspondiam a sua realidade sócio-cultural existente. Devido às políticas de endividamento agressivo, nossos povos sofreram as chamadas políticas de ajustes, que trouxeram consigo um empobrecimento generalizado, cujas consequências se prolongaram além da chamada "década perdida". O nível de vida desceu sensivelmente: hoje, entre 46 e 60% de nossa população se encontra nos limites da pobreza crítica. A dívida externa da América Latina, que é superior a quarenta bilhões de dólares, implica que cada ano exportemos mais de 30 milhões de dólares, unicamente por seu serviço. Paradoxalmente, nos convertimos de receptores em puros exportadores de capital para os países desenvolvidos, o que torna mais profunda nossa dependência. Intimamente ligada à parte económica vemos um deterioramento dos valores morais: a corrupção se generalizou, hoje nos açoitam o tráfico de drogas e a lavagem de dólares. Parece que se institucionalizou uma cultura da violência, que não só atenta contra o homem, mas também contra a natureza. A exploração indiscriminada dos recursos naturais e a contaminação ambiental a que se soma um processo de urbanização descontrolada - fruto das imensas migrações de camponeses que procuram as cidades, e um desmedido afã de lucro - a América Latina afronta também uma crise educativa devido à mediocrização do ensino, aos sistemas obsoletos e à adoção de modelos estranhos à realidade. Enfim, uma crise política que põe em risco a democracia, depois de ter sido alcançada com tanto esforço em quase toda a América Latina. Também a cultura tem sido afectada pela crise: todos os fenómenos a que fizemos alusão incidiram em um processo de perda de valores, não só no que é tangível, mas também no mais íntimo e definidor dos nossos povos. É lamentável a carência de uma política cultural coerente que transcenda a temporalidade e garanta a continuidade das acções. Por outro lado, a tendência que prevalece no momento actual, à privatização e a confiar à sociedade civil responsabilidades que normalmente cabiam ao Estado, pode acarretar riscos em relação ao património cultural. O Estado não pode abandonar totalmente seu papel de gerenciador do acervo patrimonial de nossos povos, e

deve contribuir para garantir sua conservação e integridade como o organismo mais idóneo. Apesar de todos estes factores negativos, a América Latina alenta uma firme esperança: é depositária de um enorme acervo de riqueza humana, estendida em um vasto território com imensos cursos naturais e variados ecossistemas, que garantem um justo equilíbrio de imprescindível valor universal. A cultura que nos caracteriza - una e plural - foi se desenvolvendo por milénios; é produto da simbiose do indígena, do ibérico, do africano, do europeu e do asiático. Suas expressões materiais vão desde as antigas cidades indígenas, declaradas pela UNESCO como património da humanidade, e o imenso acervo dos bens móveis que se encontram nos museus e em mãos particulares, até as numerosas culturas populares e a tradição oral, ainda em plena vigência. É este, portanto, um momento de afirmação do ser latino-americano e de seu destino, quando existe a decisão política de cristalizar a integração - esse velho anseio de Simón Bolívar - como o demonstra a reunião de Presidentes e Chefes de Estado, de Guadalajara, em julho de 1991. Nesta ocasião se reconheceu que a cultura é o fundamento da integração latino-americana e as identidades culturais, sua riqueza mais valorizada. A

cultura parece também alentar processos que adquirem cada vez maior força: a consciência do particular, do local, em uma espécie de contrapartida à globalização.

Sua luta para conseguir uma equidade na descentralização dos recursos que garantam o desenvolvimento dos próprios.

Com estes antecedentes podemos afirmar que o museu tem uma missão transcendental a cumprir hoje na América Latina. Deve constituir-se em instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural de nossos povos, e para seu conhecimento mútuo, - fundamento da integração - tem também um papel essencial no processo de desmistificação da tecnologia, para sua assimilação no desenvolvimento integral de nossos povos. Por fim, um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmónico e indivisível.

1.1. Museu Hoje: Novos desafios

A partir do reconhecimento da profunda crise social, política, económica e ambiental que atravessa a América Latina, os participantes do Seminário consideram esta como a ocasião inadiável para examinar os novos desafios do museu hoje, e para postular acções para enfrentá-los. Depois das análises efectuadas no transcurso deste Seminário, seus participantes determinaram os seguintes aspectos como prioritários:- Museu e Comunicação- Museu e Património- Museu e Liderança- Museu e Gestão- Museu e Recursos Humanos

O estudo de cada um destes temas vai precedido de uma introdução, e contém as considerações e recomendações dos participantes do Seminário nos seguintes termos:

2. Museu e Comunicação

A função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas do Museu, tais como a colecção, conservação e exibição do património cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interacção da comunidade com o processo e com os produtos culturais

É necessário definir a natureza específica do "meio" MUSEU, tendo em conta, que sua forma tradicional, ainda dominante na América Latina, não responde às mudanças ocorridas no mundo contemporâneo.

2.1. Considerando

Que o museu como um meio de comunicação transmite mensagens através da linguagem específica das exposições, na articulação de objectos-signos, de significados, ideias e emoções, produzindo discursos sobre a cultura, a vida e a natureza; que esta linguagem não é verbal, mas ampla e total, mais próxima da percepção da realidade e das capacidades perceptivas de todos os indivíduos; que como signos da linguagem museológica, os objectos não têm valor em si mesmos, mas representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos; Que o museu deve reflectir as diferentes linguagens culturais em sua acção comunicadora, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos códigos comuns entre as instituições e seu público, acessíveis e reconhecíveis pela maioria; Que o processo de comunicação não é unidireccional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo; Que os modelos tradicionais da linguagem expositiva privilegiam em seus discursos as perspectivas científicas e académicas das disciplinas correspondentes à natureza de suas colecções, usando códigos alheios à maioria do público; Que na América Latina os museus, geralmente, não são conscientes da potencialidade de sua linguagem e de seus recursos de comunicação, e muitos não conhecem as motivações, interesses e necessidades da comunidade em que estão inseridos, nem seus códigos de valores e significados; Que o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva;

Que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.

2.2. Recomendamos

Que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu património, e como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização; Que se desenvolva a especificidade comunicacional da linguagem museológica, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e com as mensagens

culturais, através do uso de códigos comuns e acessíveis ao público, e da linguagem interdisciplinar que permite recolocar o objecto em um contexto mais amplo de significações; Que o museu oriente seu discurso para o presente, enfocando o significado dos objectos na cultura e na sociedade contemporânea e não somente em como e por que se constituíram em produtos culturais no passado; neste sentido o processo interessa mais que o produto; Que se levem em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos sectores do público, buscando novas formas de diálogo, tanto no processo cognitivo como no aspecto emocional e afectivo de apropriação e, internalização de valores e bens culturais; Que se desenvolvam investigações mais profundas e amplas sobre a comunidade em que está inserido o museu, buscando nela a fonte de conhecimento para a compreensão de seu processo cultural e social, envolvendo-a nos processos e actividades museológicas, desde as investigações e colecta dos elementos significativos em seu contexto, até sua preservação e exposição; Que se aproveitem os ensinamentos que oferecem os meios de comunicação de massas, com sua linguagem dinâmica e contemporânea, propondo-se ao mesmo tempo os museus como alternativas a esses meios, como espaço de reflexão crítica da realidade contemporânea que possibilite estimule as vivências mais profundas do homem em sua integridade; Que o museu contribua para a capacitação permanente dos indivíduos e comunidades no uso dos meios tecnológicos, dos processos e dos instrumentos científicos, desmistificando-os em benefício do desenvolvimento individual e social; Que se valorize constantemente a comunicabilidade dos discursos e sistemas expositivos, buscando novas formas e parâmetros de análise que ultrapassem a perspectiva simplista e quantitativa de medidas de comportamento e reacções no espaço da exposição, ou seja, da absorção de informações; e Que se busque sua forma de acção integral e social por meio de uma linguagem aberta, democrática e participativa que possibilite o desenvolvimento e o enriquecimento do indivíduo e da comunidade

3. Museu Património,

museu é a instituição idónea para resgatar o património, estudá-lo, documentá-lo e difundi-lo através de uma mensagem coerente, que se apoie nos objectos como forma essencial de comunicação.

Entende-se por património cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam.

3.1. Considerando

A importância de se contar com um marco jurídico que normalize, em nível nacional, a protecção do património; Que tradicionalmente foram usados critérios restritos na valorização dos objectos que constituem o património do museu, valendo-se somente daqueles representativos das disciplinas académicas, de "importância histórica" e "excepcionais" por sua natureza, excluindo determinadas formas de expressão cultural igualmente valiosas e importantes; Que a existência de problemas de conservação nos museus, originados por carência de recursos, más condições de armazenagem e instalações inadequadas, contribuem para o deterioramento e perda do património; Que não existe uma correcta organização do inventário em muitos de nossos museus, e inclusive algumas vezes as instituições carecem do mais insignificante controle de suas colecções; Que a actual tendência da América Latina para a privatização de empresas estatais que formaram colecções patrimoniais de valor nacional, constitui uma ameaça a sua segurança e integridade; e, Que existe um valioso acervo de bens culturais em mãos da sociedade civil e uma preocupação crescente pela sua conservação.

3.2. Recomendamos

Que se promova a actualização e instrumentalização efectiva da legislação especialmente dirigida à conservação e à protecção do património cultural e natural, que garanta o controle sobre sua integridade, evitando sua possível dispersão, desaparecimento ou destruição; Que se valorizem o entorno e sua contextualização como critérios de partida na formação das colecções, atendendo a seu valor referencial e sem discriminar nenhum objecto ou disciplina; Que se reformulem as políticas de formação de colecções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, em função do estabelecimento de uma relação mais significativa com a comunidade na qual o museu desenvolve suas actividades; Que se hierarquize no museu, no que concerne, à conservação do património, aproveitando-se ao máximo os recursos humanos materiais e físicos destinados a estes fins; Que se estabeleçam sistemas de inventário, que levem à automatização dos dados básicos das peças, com o fim de estabelecer seu controle a nível do museu e das instâncias a que corresponda;

Que se promova, por parte dos museus, um trabalho de aproximação com as instituições e coleccionadores particulares, com o fim de conhecer e documentar a existência deste património e contribuir para sua preservação e integridade; Que se desenvolvam mecanismos de relação, apoio e estímulo à sociedade civil em seu interesse de conservar o património; Que o Estado não descuide de seu papel de guardião do património e garanta a sua conservação e integridade, em vista das novas responsabilidades que vai assumindo a sociedade civil e a empresa privada; Que os museus

organizem estratégias que permitam desenvolver a participação da comunidade na valorização e protecção de seu património; Que o museu incentive a investigação desenvolvida pela comunidade para o reconhecimento de seus próprios valores,

4. Museu e Liderança

No marco da realidade latino-americana, abre-se ao museu a possibilidade de um, grande espaço de actuação: o resgate da função social do património como expressão da comunidade e da cultura, entendida esta como o conhecimento integral do homem em seu quotidiano.

Esta conjuntura confere ao museu um papel protagónico, pois se apresenta como uma oportunidade de participar activamente no processo de recuperação e socialização dos valores de cada comunidade, para o qual o museu deve se preparar devidamente.

4. 1. Considerando

Que o museu é um espaço adequado para que a comunidade possa se expressar, Que os museus necessitam definir seu próprio espaço social para cumprir sua missão; e, Que o museu pode actuar como catalisador das relações entre a comunidade e as diferentes instâncias e autoridades públicas e privadas;

4.2. Recomendam

Que cada museu, tenha clara consciência da realidade sócio-económica a que pertence, tendo em conta os índices de "desenvolvimento humano", a definição de suas metas, e de sua acção, e a preparação do seu pessoal; Que o museu propicie a activação da consciência crítica da comunidade através de novas leituras do património; Que o museu assuma sua responsabilidade como gestor social, mediante propostas museológicas que contemplem os interesses do seu público, e que reflectam, através das exposições, uma linguagem comprometida com a realidade como única possibilidade para transformá-la; e, Que os museus especializados assumam seu papel de liderança nas áreas temáticas que lhes são próprias, e que contribuam para desenvolver uma consciência crítica de seu público.

5. Museu e Gestão

desenvolvimento da potencialidade do Museu está em relação directa com a sua capacidade de gerar e administrar eficientemente seus recursos e de sua eficácia na materialização de seus objectivos.

A situação crítica actual da América Latina e o papel protagónico do museu como factor de mudança, merece a inovação e consolidação de modernas estratégias de gestão, entendendo esta como o aproveitamento optimizado dos recursos humanos, técnicos e financeiros, com os que conta o Museu.

5.1. Considerando

Que um museu tem determinada uma missão transcendental e única que exige dele conhecer as respostas às perguntas chaves tais como: para que existe? o que procura? para quem trabalha? com quem? quando? e como? Que as debilidades da instituição se reflectem em pressupostos deficitários, descontinuidade administrativa e programática, falta de reconhecimento social e de estímulos económicos a seus funcionários, além de não dispor de suficientes recursos técnicos e materiais de acordo com sua complexa actividade; Que a falta de gerência eficiente e autonomia de gestão afectam, o desenvolvimento normal do trabalho do museu da América Latina; Que o apoio da opinião pública, o reconhecimento do sector político e a existência de legislação e políticas de apoio à instituição são factores que facilitam a gestão do mesmo; Que a empresa privada reconheceu o valor estratégico - como imagem corporativa - da inversão no âmbito cultural e em particular nas instituições museológicas

5.2. Recomendam

Que o museu defina claramente a missão que lhe compete na sociedade à qual serve. Que o museu defina a estrutura organizativa de acordo com seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente; Que os planos e programas elaborados com instrumentos de planeamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso, e que a realização de tais planos e programas leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objectivos e metas a longo, médio e curto prazo; Que o museu em sua necessidade de gerar recursos determine políticas claras de autofinanciamento, e que também recorra a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados que lhe permitam executar projectos; Que se elabore projectos atractivos para as empresas privadas interessadas em investir no sector, cultural, sem alterar a missão do museu; Que se promovam políticas culturais coerentes e estáveis que garantam a continuidade da gestão do museu; Que se consiga uma boa comunicação com os sectores do poder da sociedade, com a finalidade de obter apoio para a gestão do museu; Que se utilizem estratégias tanto de mercado - para conhecer o usuário - como também de sensibilização de opinião pública; Que se implementem cursos internacionais de capacitação em

gestão de museus; Que se tomem em conta os princípios éticos que devem guiar sempre a gestão dos museus.

6. Museu e Recursos Humanos

A profissionalização do funcionário de museus é uma prioridade que esta instituição deve encarar, como premissa para contribuir para o desenvolvimento integral dos povos. Sua formação deve capacitá-lo para desempenhar a tarefa interdisciplinar própria do museu actual, ao mesmo tempo que lhe conceda os elementos indispensáveis para exercer uma liderança social, uma gerência eficiente e uma comunicação adequada.

6.1. Considerando

Que o museu, na América Latina é uma instituição social cuja especificidade exige dele recursos humanos capacitados, que permitam ao museu valorizar e desenvolver seu potencial; Que o funcionário de museus tem uma formação heterogénea com fortes desníveis; Que na América Latina a experiência é um factor importante na capacitação de funcionários de Museus para suprir, em grande parte a dificuldade de aquisição de uma formação académica; Que a função do museólogo não foi ainda totalmente reconhecida como o especialista indispensável para o cumprimento da missão do museu; e Que se faz necessária a organização de cursos, ateliers e seminários para a actualização de conhecimentos dos funcionários de museus, não só no que diz respeito às suas diferentes especialidades, mas também em relação à visão interdisciplinar que o museu deve ter.

6.2. Recomendamos

Que os museus priorizem e sistematizem a realização de programas de capacitação de recursos humanos; Que se estabeleçam parâmetros para o reconhecimento social, para a colocação profissional, para a remuneração económica dos funcionários de museus, de acordo com sua formação e experiência; Que se desenvolvam programas de formação que capacitem o museólogo para detectar valorizar e dar respostas adequadas às necessidades das comunidades, Que se valorize o papel que o museólogo desempenha, garantindo as oportunidades de participação, formação, estabilidade e remuneração de acordo com seu nível de especialização; e , Que se promova uma maior e mais estreita relação com o ICOM através do Comité Internacional de Formação de Pessoal, com o fim de obter seu apoio.

7. Novos Desafios

O museu da América Latina deve responder aos desafios que lhe impõe hoje o meio social no qual está inserido, a comunidade a que pertence e o público com que se comunica. Para enfrentá-lo é necessário:

1. Desenvolver sua qualidade como espaço de relação entre os indivíduos e seu património, onde se propicia o reconhecimento colectivo e se estimula a consciência crítica.
2. Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a acção do museu.
3. Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa.
4. Reflectir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria.
5. Revisar o conceito tradicional de património museal a partir de uma nova perspectiva, onde o entorno seja ponto de partida e de referência obrigatória.
6. Adoptar o inventário como instrumento básico para a gestão do património.
7. Lutar pela valorização social do funcionário de museus em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração.
8. Priorizar na instituição museológica a formação profissional integral do funcionário de museus.
9. Estabelecer mecanismos de administração e captação de recursos como base para uma gerência eficaz.

Conclusão

O propósito do Seminário "A Missão do Museu na América Latina hoje: Novos Desafios" nos conduz a reflectir sobre a vinculação entre o museu e seu entorno social, político, económico e ambiental, com resultados alentadores. A nova dimensão do museu na América Latina é a de ser protagonista de seu tempo. Esta função convoca em primeiro lugar os trabalhadores do museu, e em particular seus directores, que devem assumir a dinâmica da mudança e preparar-se para enfrentar com êxito esta transcendente oportunidade. Este novo enfoque envolve, por igual, as instâncias de poder, em especial o poder político, cuja decisão facilitará o cumprimento desta nova missão do museu. Há vinte anos da "Mesa-Redonda de Santiago do Chile", e ante a proximidade de um novo milénio, o museu se apresenta na América Latina não só como instituição idónea para valorização do património, mas,

além disso, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo.

Com a satisfação do sucesso alcançado e animados pelo espírito de solidariedade e irmandade latino americana, assinamos o compromisso de transmitir e materializar as decisões tomadas nesta reunião.

Em Caracas, aos cinco dias de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, subscrevem a presente declaração:

Argentina - Nelly Decarolis

Bolívia - Norma Campos Vera

Brasil - Maria de Lourdes Parreiras Horta

Chile - Daniel Quirroz Larrea

Colômbia - Leonor Carriazo Castelbondo

Cuba - Moraima Clavijo Colom, José Antonio Navarrete

Equador - Patrícia Von Buchwald

México - Laura Orceguera

Nicarágua - Carmen Sotomayor Rocha

Peru - Luísa Fiocco

Venezuela - Lina Vengochea, Rafael Principal T. Gerardo García, Ana Maria Reyes, Luisa Rodrigues Marrufo, Mirian Robles, Julga Uzcátegui, Ciro Cabalio Peffichi, Mélida Mago.

Hemán Crespo Toral - Director da ORCALC

Yanni Herreman - Presidente ICOM México

Milagros Góniez de Blavia - Coordenação Geral Presidente ICOM Venezuela

Maria Ismênia Toledo - Secretária Técnica

Fonte: PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. Cadernos de Sociomuseologia/ nº 15, Págs.243-265; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal